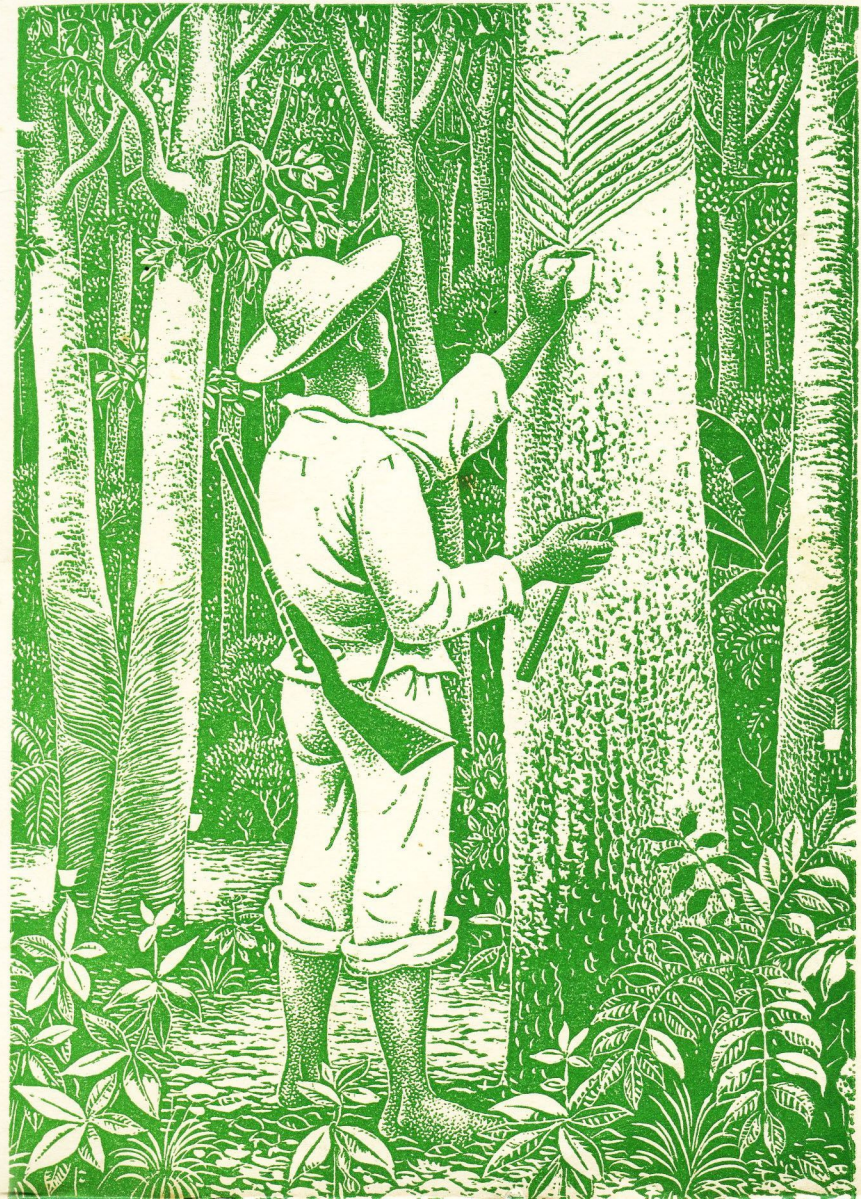
A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

JULHO 72/JUNHO 73 N.º 8



CNDDA

A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

Boletim n.° 8

Publicado pela CNDA
1973
Rio de Janeiro (GB)

NOSSA CAPA — O SERINGUEIRO — Bico de pena de autoria de Percy Lau

"O SERINGUEIRO"

"Nas várias espécies de seringueiros perdidos no vale amazônico, destacam-se duas, curiosas não somente pelos pontos opostos, geograficamente falando, em que se acham, como ainda pelas dissemelhanças de hábitos, de físicos, de sentimentos, de ambientes.

A primeira, conhecida como seringueiro das Ilhas, habita no estuário do Amazonas, povoando o grande arquipélago a oeste de Marajó. Tipo fraco, roído pelas febres, a sua timidez natural o envolve num halo de simpatia. Ictiófago e canoeiro, vive do peixe do mato apanhado nos igapós e nos igarapés com a tarrafa e com a rede, abatendo o timbó, tapando as lagoas. A terra, anfíbia ainda, ora embaixo dágua, ora fora, só o deixa trabalhar à luz meridiana e na vasante da maré. Filho da região, adaptado ao solo por hereditariedade (...) Humilde, desambicioso, alheio ao conforto, mora em palhoças sobre terrenos alagadiços (...) Usa como arma a espingarda, a pica-pau ordinária, mas sabe, como o ancestral remoto, frechar. Profundo conhecedor da floresta e identificado com a fauna, não tem medo e não se deixa surpreender pelas feras e pelas serpentes. Imita os macacos, os pássaros, os quadrúpedes, assobiando, cantando, batendo. (...) É senhor, em suma, dos ardis e das sutilezas do índio...

Olhai agora o seringueiro das cabeceiras. Nascido no nordeste, é andarilho e carnívoro, se bem que seu alimento principal seja o feijão (...) Corta de noite. O desconforto de sua barraca, levantada do solo enxuto sobre espeques, não sintetiza a indiferença, sim a transitoriedade, o sentido da volta, o desejo insopitado de regressar, de largar tudo (...) Arredado de qualquer convívio humano, isolado, no mato ou na rede, trabalhando ou dormindo, torna-se mais rústico. Carrega por arma a carabina Winchester (...) Salta da rede ao assobio dos pás-

saros notívagos pelas três da manhã, toma um gole de cachaça ou bebe uma xícara de café, veste-se e enfia-se na vereda ironicamente chamada estrada de seringa, tirada a facão. Caminha prestes (...) Dá com o machadinho um, dois, três golpes oblíquos no cortex da hevea, encrava-lhe abaixo das cesuras as tijelinhas de flandres e parte de novo, para de novo parar (...) Chega às duas da tarde em casa. Cozinha o feijão ,assa um pedaço de jabá, almoça e inicia a defumação da borracha, que termina com o esconder do sol, quando vai ao igarapé próximo lavar roupa e tomar banho para descansar até a madrugada seguinte. Deita-se e dorme como uma pedra, exausto, mal ouvindo o urro soturno do sapo-boi no ôco dos paus. (...) É o seringueiro do alto Amazonas que anda, na frase justa de Euclides da Cunha, amansando o deserto." (Raymundo Moraes, in "Na Planície Amazônica", ed. Civilização Brasileira — Rio de Janeiro, 1926).

"O Brasil quer viver em paz e amizade com todas as outras nações. Há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que eles intervenham nos negócios internos do País. Se houver uma só nação que não queira sujeitar-se a esta condição, sentiremos muito, mas nem por isso nos haveremos de humilhar ou submeter à sua vontade".

José Bonifácio de Andrade e Silva

Patrono da Independência

1822

(Palavras a Mr. Chamberlain, Encarregado de Negócios da Inglaterra no Brasil)

COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Presidente de Honra

Professor Arthur Cezar Ferreira Reis

Presidente

Tácito Livio Reis Freitas

Sede Provisória: Avenida 13 de Maio, 13 — Grupo 1202 (Clube Positivista)

Rio de Janeiro (GB)

OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E COBIÇA ESTRANGEIRA *

Arthur Cezar Ferreira Reis **

É com alegria muito grande que falo a respeito da região onde nasci. Sou amazonense, filho de pai carioca e mãe cearense. Estou com 66 anos de idade e já posso dispor de alguma experiência para comunicar a respeito das coisas de uma região que ainda é problema grave no Brasil, pois que não as sabemos realisticamente, em todos os detalhes e minúcias, de maneira a permitir programar-lhe a integração total ao complexo brasileiro, como cogitação permanente no Brasil.

Devo confessar aos senhores que tenho hoje uma alegria imensa não só em lhes estar falando, mas porque há agora, realmente, uma consciência brasileira formada em torno da problemática da Amazônia.

Quando iniciei, há muitos anos passados, a campanha procurando despertar o interesse do País, mostrando a gravidade do problema que a Amazônia representava como grande vazio do Brasil, e como região que despertava interesse externo profundamente perigoso à nossa soberania, fui recebido com grandes reservas, naturais reservas, porque não se tinha consciência de que ocorresse, efetivamente, essa ameaça externa. Hoje, porém, há uma consciência brasileira, despertada, e a nação sabe que é preciso abandonar a fase contemplativa da exaltação, do sensacionalismo, e passar a realizar, objetivamente, alguma coisa definitiva para dar certeza à própria nação de que já ocorre uma política de Estado, política de Estado de que devem participar não apenas os elementos que exerçam o poder, o Governo, mas também toda a coletividade brasileira, para isso mobilizada e para isso despertada.

Na realidade, insisto na afirmação, há hoje interesse, e o brasileiro toma ciência do que representa esse espaço gigantesco,

---

* Conferência pronunciada na ABI durante o I Ciclo de Conferências "Amazônia Brasileira em Foco", promovido pela CNDDA.

** Historiador. Sociólogo. Ex-governador do Amazonas. Membro do Conselho Federal de Cultura (MEC). Presidente de Honra da CNDDA.

que precisa conhecer, em profundidade, e onde pode localizar, não só as suas próprias populações, nacionais, como receber outras que queiram participar, conosco, da grande aventura política, sem criar-nos problemas que ponham em perigo o exercício da nossa soberania, e trazendo-nos seus estoques culturais e também aquela experiência de séculos de vivência, que possa ser utilizada por nós.

Hoje há plano, programa e decisão, e isso significa muito, porque mostra que o Brasil passou aquela fase de ufanismo ou de negativismo, para ingressar na fase que podemos chamar de realismo cru, mas realismo necessário.

O que será, porêm, a Amazônia? Neste curso, que hoje se inicia, os vários aspectos que consideramos seja necessário indicar vão ser abordados por especialistas que dirão, aos que vierem frequentá-lo, sobre esses vários aspectos: solo, subsolo, utilização da floresta, problemas de circulação, problemas da ocupação do espaço, desenvolvimento econômico, político, sanitário e educacional, enfim, tudo que deve monopolizar a nossa atenção e que está sendo objeto de cuidado e de atenção particular do próprio poder público, pela importância de que se reveste.

Podemos definir a Amazônia, apesar de que as definições nunca são perfeitas nem exatas? Escapa sempre tanta coisa do que deveria estar dentro da definição! Como professor, não adoto o sistema de definir, pois constato sempre a existência de falhas, omissões, muitas vezes graves.

A Amazônia, apesar das restrições que possamos apresentar, pode, porém, ser indicada, em linhas gerais, como espaço continental sul-americano, caracterizado, nas suas primeiras linhas, por uma floresta extensa, fechada, contínua, e por uma rede hidrográfica, a maior do mundo. Esses são os dois grandes aspectos que marcam, do ponto-de-vista físico, o que é a Amazônia. Vêm depois outros elementos para permitir a constatação da Amazônia: população rala, espalhada e vivendo às margens dos rios; economia ainda de certo modo extrativista, apenas dois núcleos urbanos de categoria, núcleos centrais que se desenvolveram sôbre todos os demais; clima que não é um clima hostil nem também o clima que Bates imaginou, o clima maravilhoso que ele sonhava e que afirmava existir na Amazônia. Enfim, um mundo que não será, também, aquele que o nosso grande Euclides afirmou: região onde o homem ainda estava acampado, pois se tratava da última página do Gênesis: a terra não estava formada; a disciplina ainda não havia sido estabelecida e o homem ainda não tinha conseguido realizar aquilo que, em outras regiões do mesmo Brasil, havia conseguido: a sua vitória e o seu êxito sobre a Natureza rude e às vezes até hostil.

A Amazônia será, portanto, em linhas gerais, e para uma primeira compreensão, o que eu não defini, mas caracterizei através desses aspectos que a singularizam.

Falei na existência de uma Amazônia como um mundo sul-americano. Porque não há uma Amazônia somente brasileira. Há uma Amazônia que pertence a 6 países. O Brasil é o detentor do maior espaço, mas ela é também da Bolívia, do Peru, do Equador, a menor de todas, da Colômbia e da Venezuela.

O Equador é a nação que dispõe de menor espaço do mundo amazônico, pois, na questão de limites com o Peru e com a Colômbia, perdeu grande parte dos territórios de sua Amazônia. Mesmo assim, o Equador ainda dispõe de áreas até onde chegam águas da Bacia Amazônica, dos rios caudalosos que são os afluentes da calha central do Amazonas.

Esse mundo amazônico começa agora a despertar o interesse dos outros governantes sul-americanos, portanto não apenas o do Brasil. É que todos eles se estão apercebendo da importância da região e dos perigos que a cercam.

Em 1967, janeiro, o Itamarati promoveu, em Manaus, uma reunião denominada "Itamarati II". O "Itamarati I" havia sido realizada em Roma. Fôra a reunião de nossos embaixadores, na Europa, que encontrando-se com o nosso Ministro das Relações Exteriores, davam o balanço de suas atividades, examinando os problemas com que se defrontavam e, discutindo, formulavam orientações para os respectivos comportamentos. No caso do "Itamarati II", íamos examinar as políticas que estavam sendo adotadas, no mundo amazônico, a brasileira e a dos países que dispõem de áreas amazônicas, para verificar como estavam sendo conduzidas, permitindo, depois, o que andava no pensamento governamental brasileiro: a articulação de um plano global que envolvesse as seis Amazônias. Evidentemente, um plano em que não poderíamos ter uma participação de comando, de hegemonia, mas de iniciativa, pela condição toda particular do espaço do Brasil ser o maior, de nossa presença ser muito mais ativa, e portanto a experiência de ser mais ponderável, mais atuante. Essa reunião realizou-se com a presença de nossos representantes diplomáticos naqueles cinco países. Também os chefes dos serviços brasileiros que funcionam na Amazônia, como a antiga SPVEA, hoje SUDAM, o Banco da Amazônia, os bancos regionais e os vários organismos menores: o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Museu Goeldi, o Instituto de Patologia "Evandro Chagas". Todos deram a sua colaboração e disseram como estavam agindo, o que já tinham podido realizar, contribuindo, assim, através de sua atividade, para um melhor planejamento global, que seria então a nossa participação no planejamento continental.

Verificamos, nesse primeiro balanço, que alguns daqueles países ainda não se tinham apercebido da gravidade do problema da Amazônia. Por exemplo, a Venezuela não tinha elaborado, sequer, planos de defesa nacional para sua Amazônia. A fronteira com o Brasil é uma fronteira onde não há problemas; nem população na área brasileira, nem população na área venezuelana. Sendo, assim, verdadeiro deserto. Os venezuelanos não se preocupavam em ter, em consequência, plano de desenvolvimento, nem mesmo de segurança, pois a região não lhes causava preocupação. Já a Colômbia tinha o seu planejamento; o Peru, velho detentor de espaço amazônico, tinha também o seu. A Bolívia não apresentava programa muito intenso, em todo caso não desconhecia a existência do problema amazônico. Mesmo porque, de todos eles, era aquela que sentira na carne a gravidade do problema, uma vez que, em consequência dos movimentos nordestinos de expansão, atingindo áreas que estavam reconhecidas pelo Brasil como de soberania boliviana, haviam depois passado ao exercício de nossa soberania, formando o que chamamos o Estado do Acre.

Dado o balanço acerca da política que se vinha adotando, formularam-se conclusões novas, todas elas entrosadas para um grande plano que definisse o mundo amazônico, como há um mundo platino e como há um mundo andino, que começam a ser objeto de planejamentos globais dos países que os constituem.

No particular do Brasil, com relação à Amazônia, só agora, dão-se maiores passos no sentido de uma política de integração continental. É certo que o Itamarati tem realizado uma série de contatos com os países vizinhos. Tem também elaborado e firmado convênios, tratados, que, de certo modo, podem ser considerados como primeiras atitudes no sentido de permitir uma formulação de programas continentais das seis nações.

A Amazônia, que está exigindo essa política continental, na parte que nos pertence, como, realmente, se vem desenvolvendo? Ela, que representa, efetivamente, hoje, no continente brasileiro? A Amazônia começou sua vida no século XVI, fora da área de soberania portuguesa, como sabem, pois, pela Linha de Tordesilhas, pertencia à Espanha, e o descobrimento foi realizado por espanhóis, expedições de Orellana, que desceu o Pacífico, depois a de Pedro de Ursua que, também desceu o Pacífico. O primeiro noticiário que circulou na Europa, circulou pelas mãos e por linhas escritas por espanhóis. Depois, os ingleses e os holandeses, ainda no século XVI, instalaram-se na Amazônia ocupando trechos do que é hoje o Território do Amapá, o delta do rio, trechos da Ilha de Marajó, a zona dos estreitos, fundando estabeleci-

mentos mercantis para a exploração da Natureza, pequenos estabelecimentos militares, fazendo comércio ativo com os nativos, exportando, para a Europa, isto é, para a Inglaterra e para a Holanda, os produtos naturais da região. Dentro desse objetivo mercantil, fizeram plantações de cana e fabricaram o açúcar mascavo, o rum, que exportavam para a Europa. Mas chegaram os portugueses, e depois de 30 anos de lutas os estrangeiros foram, por fim, expulsos. Resulta unicamente da passagem desses ingleses e holandeses uma cidade, que teve origem no forte holandês levantado na região dos estreitos: é a cidade de Gurupá, originalmente fortim de Orange, e que foi talvez a primeira restauração de patrimônio histórico e artístico, determinada pelo Presidente da República, Dr. Washington Luís, que também mandou restaurar a igreja de São Francisco, na Bahia.

Em companhia do Marechal Rondon, visitamos o lugar e ele me deu peças que me falaram muito ao coração: a chave da antiga fortaleza, um pedaço de canhão, que transportei de Manaus e estão no Museu do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Expulsos e vencidos aqueles estrangeiros, fundado o primeiro núcleo, português, que é origem da cidade de Belém, o Forte do Presépio, em 1616, 12 de janeiro, começou a expansão, partindo daquele pequeno estabelecimento militar, que explica toda a conquista que vai se realizar durante o resto do século XVII e XVIII.

A penetração amplia-se, atinge o Rio Negro. Sobe-se o Rio Negro em toda a extensão. Atinge-se o vale do Rio Branco e, através do Tocantins, o Brasil Central. Pelo Madeira, Mamoré e Guaporé, atinge-se Mato Grosso, o que foi de uma importância capital, pois por esse caminho o ouro da região saiu para a Europa e não por São Paulo ou pelo Rio de Janeiro, como sucedeu com o ouro de Minas e de Goiás. Existe, no Pará, documentação gigantesca a esse respeito, e um paulista de Itu, João de Sousa de Azevedo, contratador de abastecimento alimentar da zona de mineração de Mato Grosso, em uma de suas expedições desceu o Rio Guaporé-Madeira alcançando Belém e transformou se na maior autoridade no conhecimento do caminho no vai-e-vem entre Belém, Vila Bela e Cuiabá. Seis ordens religiosas atuaram no processo de incorporação. Os Franciscanos de Sto. Antônio foram os primeiros a chegar, talvez ainda em 1616, fundando, perto de Belém, o seu convento. Depois vieram os Carmelitas, Jesuítas, Mercedários, uma ordem espanhola que veio de Quito, no Equador. Por fim, outros frades franciscanos, os da Conceição e

os da Beira e Minho. Esses religiosos montaram dezenas de pequenos núcleos, amansando a população gentílica. Foram, por essa atuação expressiva, os responsáveis pelo que ainda resta dos núcleos indígenas, muitos deles aniquilados, não em conflito com os bandeirantes, com os sertanistas, com os pioneiros que penetravam na região, mas em consequência das mudanças de técnicas de vida e das enfermidades que brancos ou mestiços, vindos do Nordeste, transmitiram. Em consequência de nenhuma capacidade de resistência, desses grupos indígenas, a essa modificação, resultante da empresa de militares, colonos, religiosos, a população indígena diminuiu. Entre 1743 e 1749, por exemplo, morreram de varíola, na Amazônia, nas aldeias montadas pelos religiosos, 40.000 índios, desfalque muito grande no conteúdo humano para a empresa de domínio que os portugueses pretendiam, para dar garantia e segurança à expansão.

Quando, em 1750, Alexandre de Gusmão, depois de ouvir sertanistas da Amazônia, em Lisboa, ou de verificar as informações que lhe mandavam, inclusive João de Sousa de Azevedo, conseguiu vencer as dúvidas e as restrições espanholas para fixar, através do Tratado de Madri, a primeira fronteira positiva do Brasil, respeitada em suas grandes linhas em 1777, no Tratado de Santo Ildefonso, havia um vasto império de Portugal na Amazônia. Na realidade, porém, o que se estava fazendo era ignorar a existência do Tratado de Tordesilhas e reconhecer o que de grandioso e gigantesco tinha sido realizado pela expansão desses sertanistas, desses pregadores de gentios e mais ainda das ordens religiosas, das autoridades militares, que tinham levantado fortins para segurança do domínio, como o de São Joaquim, no Rio Branco, Marabitanas e São Gabriel, no alto Rio Negro, Tabatinga na região do alto Solimões. E mais tarde, em Mato Grosso, o Príncipe da Beira, cujos canhões e cujo material de construção foram levados através das águas do Madeira.

Entre 1750 e 1777 estava, assim, definido o espaço. O grosso da população era indígena. Havia também um processo de mestiçagem muito intenso, fundamental para a empresa política de domínio efetivo da região. Tinham chegado, como imigrantes, açorianos, os mesmos açorianos que ocuparam Santa Catarina e o Rio Grande, fundaram Viamão e Pôrto Alegre, partindo de Laguna. Trazidos para a Amazônia instalaram-se como colonos de novo tipo. Até então, os que chegavam da Península vinham na condição de solteiros. Agora, eram casais. Algumas cidades amazônicas são fruto da ação deles: Macapá, capital do Território do Amapá, e Bragança, que é a cidade mais importante da região bragantina, no Estado do Pará.

Quando se fez a independência, a Amazônia tardou em aceitá-la, pois a força e o prestígio das autoridades militares e do alto comércio português, no Pará, era muito forte. Apesar do esforço representado nos levantes locais e de uma conspiração permanente, visando à emancipação, só em agosto de 1823 foi possível conseguir a incorporação da Amazônia ao Império, encerrando-se esse episódio a 9 de novembro de 1823, com a adesão do que é hoje o Estado do Amazonas, então Capitania de São José do Rio Negro.

A Amazônia, no período de Pombal, havia se desenvolvido intensamente. Além do extrativismo, que não fora abandonado, fizera-se a tentativa, cheia de êxito, da exploração agrícola com plantações intensas de cacau, cana, fabricação de açúcar, cultivo do café. Como sabem, o café introduziu-se no Brasil vindo da Guiana, pelo Pará, café produzido tão intensamente que a primeira legislação regulando-lhe o comércio, em Portugal, determinava que nenhum café fosse usado, bebido em Portugal, que não fosse o do Brasil, portanto o da Amazônia. Ora, o café que era produzido nessa época era o café do Pará, das grandes plantações que se faziam nas cercanias de Belém. A experiência agrícola tinha alcançado sucesso espantoso. Em meados do século XIX, todavia, abandonou-se um pouco o esforço agrícola por um novo extrativismo. Na região do Solimões havia um grupo de índios chamados Cambebas ou Omaguas. Esses índios apresentavam uma particularidade física — as crianças quando nasciam tinham as suas cabeças entaladas, do mesmo modo porque os chineses faziam com os pés das crianças. Esses índios trabalhavam, sarjando uma árvore e de lá extraindo leite, com que impermeabilizavam seus objetos de uso. Passando pela região, em 1743, um francês, Charles Marie de la Condamine, achou interessantíssima aquela atividade. Era um homem de ciência, da Academia de Ciências de Paris. Ao chegar à sua cidade, além do que está em registro de seu livro de viagem, fez comunicação especial à Academia a respeito do que lhe pareceu aquela novidade, o que aquele leite poderia representar nos destinos econômicos do mundo. No século XIX, descoberta por Goodyear a possibilidade da vulcanização e a utilização da borracha para fins industriais, criava-se assim, uma oportunidade para a produção florestal nativa da Amazônia. O empreendimento agrário, que havia sido realizado por iniciativa portuguesa e principalmente no período de Pombal, entrou em declínio. Fortificou-se o extrativismo através do assalto à floresta, podemos assim chamar, da presença do homem na montagem dos seringais e da exploração dos seringais por métodos predatórios, intensos, criminosos. Esse homem, a princípio, além do amazônico, era também o que imigrava do Ma-

ranhão. Duas cidades, uma no Purus e outra no Solimães, resultaram desse movimento migratório: Fonte Boa e Lábrea. Fonte Boa foi cidade fundada por Rocha Tury, que era maranhense, trouxe a família e emigrantes maranhenses. A cidade de Lábrea, no Rio Purus, foi fundação do Dr. Pereira Lábrea. A multidão brasileira, que veio realizar a Amazônia nessa fase era, porém, a nordestina: cearenses, pernambucanos, alagoanos, sergipanos. Esse nordestino instalou-se na Amazônia por duas razões: as grandes secas do Nordeste e o motivo econômico, que chamamos hoje polo de atração, a borracha, para o mercado mundial, sendo a região a única produtora dessa espécie nova vegetal.

O processo de exploração era predatório, como disse: as árvores eram cortadas de cima para baixo, esgotavam-se e perdiam toda e qualquer seiva. Em breve, os seringais da região do baixo Amazonas, que é um trecho entre o Estado do Amazonas e o Pará, davam a impressão de estar empobrecidos pois as árvores da floresta mais próxima, onde os seringueiros trabalhavam, já estavam destruídas. Dois alemães, Keller e Leusinger, que trabalhavam para o governo imperial, tendo visitado a região do Madeira, apresentaram relatório ao Govêrno brasileiro, afirmando que era preciso política que permitisse ao homem viver no seringal, não naquela condição primaríssima de vida em que estavam vivendo, mas como ser humano na plenitude de seus direitos. Era preciso que nos seringais se plantasse ou se criasse o necessário para a manutenção de uma vida mais digna e menos inferiorizante. Mais ainda: era preciso adotar um novo tipo de corte das árvores, para evitar-lhe a destruição e o desaparecimento da espécie. E concluíram — se isso não acontecesse, se o Brasil não adotasse essa política, sucederia o seguinte: outras regiões semelhantes, ecologicamente, fariam a experiência das plantações e nas usinas haveriam de encontrar-se sucedâneo para a borracha nativa. A palavra dos dois alemães não foi ouvida. Plantaram-se seringais no Oriente, que fizeram a concorrência e empobreceram a Amazônia durante um período de mais de 50 anos. Apareceu, depois, o sintético, fruto do trabalho realizado nos laboratórios, borracha sintética que já começa a ser produzida no próprio Brasil. O que aqueles dois alemães haviam dito estava certo. Ninguém se apercebera, nenhuma providência fora tomada. Pimenta Bueno, jornalista, gerente da Companhia de Comércio do Amazonas, fundada por Mauá (Irineu Evangelista de Souza), escreveu monografia sobre a borracha, publicada no "Jornal do Comércio", depois em separata, e em cujas páginas examinava a produção da borracha e lembrava também a política que constava das sugestões de Keller e Leusinger.

Já no século XX, conquistada toda a região amazônica por esses nordestinos, que foram aos pontos mais distantes localizados à margem dos rios, o Brasil crescera territorialmente com a incorporação do Acre. A concorrência do Oriente trouxera, porém, a decadência. Poucos compreenderam os perigos que a região corria. Um interesse estranho começou a criar-se, sem que se tomassem providência adequadas. Um projeto recente, o do Instituto Hudson, constituiu capítulo sensacional desse interesse. Pelo projeto, criar-se-ia um lago entre o baixo Amazonas e o Solimões. Municípios do Pará e do Amazonas desapareceriam, afogados no lago, justamente a área onde se faz agricultura da juta, cacau e pimenta do reino, onde se estão descobrindo minérios de alto teor, onde se faz criação de gado com grande sucesso. É a região mais povoada.

Pelos estudos feitos por técnicos da Universidade do Para, a própria segurança do eixo da terra ficaria abalada com o volume das águas desse lago fantástico. Na cidade de Manaus, por exemplo, onde nasci, toda sua frente desapareceria e justamente ali estão a Alfândega, a Catedral, a Secretaria de Viação, o mercado, grande parte do comércio, o Palácio do Governo, a Prefeitura Municipal. Todo esse conjunto desapareceria coberto pelas águas do lago que o diretor do Instituto Hudson queria fazer construir na Amazônia, à revelia do Govêrno brasileiro. Este, depois do escândalo decorrente da denúncia que fiz, mandou verificar, por técnicos brasileiros, o que havia na tentativa do Instituto Hudson. Condenou-a, encerrando-se o projeto. A matéria fora considerada sem interesse para o Brasil, e, ao contrário, perigosa à própria segurança nacional. A idéia não foi adiante, como já havia ocorrido antes com o projeto do Instituto da Hiléia, formulado por um brasileiro, Paulo Berredo Carneiro, que o elaborara tendo por objetivo a mobilização da alta ciência mundial para inventariar a Amazônia. O órgão seria da ONU, mas liberto de qualquer preocupação com o exercício de soberania nova, que viesse substituir a dos países que possuem efetivamente o espaço amazônico. Acontece que, aprovado o projeto, o adido militar do Brasil em Roma, hoje General do Exército brasileiro, foi procurado por oficial do Estado-Maior da Itália, que lhe perguntara qual a parte que caberia à Itália, na Amazônia. Entendia-se que o Instituto partilharia a região pelos países membros da ONU. Alarmado, o adido comunicou o fato ao Governo brasileiro, mantendo também correspondência ativa com seu amigo pessoal, que se chamava Artur Bernardes, já não mais Presidente da República mas apenas deputado federal por Minas Gerais. Artur Bernardes denunciou o assunto da tribuna do Parlamento. A convenção assinada pelo

Brasil, para a criação do Instituto, foi desaprovada pelo Congresso Nacional.

Agora, com a consciência nacional despertada, o Govêrno apercebe-se de tudo isso, que já é passado, mas passado que não merece ser esquecido, começaram novos tempos. Há uma frase do ex-Ministro do Interior, a propósito da região, como justificativa desses novos tempos — "integrar para não entregar". Certo. Muito certo. Eu poderia dizer a vocês que hoje tenho tanta certeza do êxito da política que se inaugura, que ainda ontem, minha filha, que trabalha no INCRA, viajou para passar algum tempo em Altamira, no Pará (e eu não criei nenhum empecilho a essa viagem), a serviço dos projetos de colonização da Transamazônica.

A Amazônia vai, portanto, agora com a política nova com recursos e investimentos realizados, integrar-se como parte da vida brasileira. Nas conferências que se vão seguir vocês terão informações objetivas, pela palavra de técnicos que dirão, como adiantei no início desta conversa, o que é o solo, o que é o subsolo, o que a floresta representa, a rede de circulação, a população como está sendo distribuída; dirão, enfim, dos problemas que ainda angustiam a região e quais as soluções que estão sendo adotadas pelo Governo brasileiro.

Não costumo afirmar as coisas para expressar apenas uma posição momentânea. Digo as coisas quando eu as entendo certas. Já tive, por exemplo, quando Governador, muitos aborrecimentos, devido a essa minha forma de ser e de agir. Com o Presidente da República de então, o Marechal Castelo Branco, muitas vezes desentendi-me porque dizia as coisas cruamente. Depois voltávamos às boas e, como consequência, nunca tivemos relações estremecidas; ao contrário, sempre nos respeitávamos muito e eu sempre acabava conseguindo o que pleiteava para meu Estado. Só não consegui êxito numa sugestão: a do projeto criando o Ministério da Amazônia, que seria seguido pelo Ministério do Nordeste. Ele leu a exposição que lhe fiz sobre o assunto, virou-se para mim e disse: "O que o senhor está querendo é um vice-reinado"; ao que retruquei: " O senhor está enganado, porque, se aceita minha sugestão, haverá dispositivo que dirá que em nenhum momento será Ministro da Amazônia o Professor Arthur Cezar Ferreira Reis".

A Amazônia vai ser integrada. Acredito. E a Transamazônica, que é um dos capítulos sensacionais dessa empresa de Estado, ligando a Amazônia ao Nordeste e o Atlântico ao Pacífico, veio realizar o sonho de dois homens: Mauá e Euclides da Cunha. Mauá não pensou na integração da Amazônia, embora servisse a ela criando a Companhia de Navegação que permitiu um primei-

ro surto de progresso na região. Mauá p e n s a v a na ligação Atlântico—Pacífico, o que significaria a nossa presença no outro lado do continente. Seria uma estrada de ferro, pois, na época, o grande surto era o da ferrovia e não o das estradas de rodagem; estrada de ferro que saísse de Paranaguá, atingisse Cuiabá e infletisse em direção a La Paz, e como já havia estrada de La Paz ao Pacífico, teríamos chegado àquele oceano. Esse projeto de Mauá, um dos raros projetos que ele não conseguiu realizar, é hoje uma realidade. O outro, sonho de Euclides da Cunha, que vivia a região, sentia-a em todo o seu esplendor e em sua face negativa, era a Trans-acreana, grande estrada, que cortaria o Acre, ligando-o em toda a extensão com a fronteira dos países vizinhos e permitindo a integração t o t a l daquele território. O Acre, convém lembrar, ainda é região que só se percorre por intermédio do avião.

Por terra, não é possível. Se seu governador precisa ir a Sena Madureira, no vale do Juruá, terá de usar navio, descendo o Purus, indo a Manaus, subindo o Solimões, ou o Juruá, para atingir aquele trecho do Estado. A Trans-Acreana, do pensamento de Euclides, teria apressado o processo de integração. Com a Transamazônica, integra-se o Acre no contexto brasileiro. E cabe aqui, a propósito, referir que, realmente, tudo está mudando no Brasil. Quando eu era estudante, no Rio de Janeiro, e ia passar minhas férias com minha família, em Manaus, levava 26 dias em navio do Lóide. Demorava 3 semanas em Manaus e voltava ao Rio, pois já estava na época de matrícula nova e abertura das aulas. Depois, fiz a primeira viagem de avião: três dias. Saí de Manaus, dormi em Belém, porque o avião não voava à noite; depois, dormi em Recife e no terceiro dia cheguei ao Rio. Mais tarde, passei a fazer essa viagem Rio—Belém—Manaus em sete horas e meia. Fi-la agora em três horas, em avião que vem do México, avião brasileiro, da Varig — pousa em Manaus e depois no Rio. Três horas de vôo — Manaus—Rio. Está-se construindo agora, em Manaus, o aeroporto supersônico. Os aviões supersônicos levarão, de Manaus ao Rio, 45 minutos. Como os senhores vêem, a mudança é real, e com ela está-se alterando o quadro da vida em nossa Pátria.

A dificuldade de comunicação da capital amazonense, exemplificando, com o interior do Estado, era enorme. Como as mesmas comunicações com o Rio de Janeiro. Ouvia-se, em Manaus, Nova Iorque, Moscou, Havana mas, com muita dificuldade, o Rio. Hoje, a situação alterou-se completamente. Por toda parte o rádio de pilhas funciona. As ligações telefônicas de Manaus com o interior são efetivas. Organizei companhia de capital mis-

to, que montou aparelhagem nos municípios do interior, permitindo as comunicações rápidas e permanentes.

A Zona Franca de Manaus é outro centro ponderável na modificação do "status" em meu Estado natal. Criada, no Govêrno Juscelino Kubitschek, por iniciativa do deputado Pereira da Silva, mas nunca instalada eftivamente, foi restaurada no Govêrno do Marechal Castelo Branco. Quando assumi o governo do Amazonas, verifiquei a situação, que expus largamente ao Presidente, e ao Ministro Bulhões, daí resultando a reformulação, elaborada pelo assistente-chefe do ministro. Está hoje em rendimento pleno, êxito total, inclusive com início de implantação de parque industrial em Manaus.

A Amazônia, como lhes digo, é agora mundo novo que se integra na operação desenvolvimentista do Brasil. Mas, é tempo de concluir: está perdendo aquele caráter de mundo exótico, diferente, provocador de sensacionalismo. Está passando o período do mistério. Neste curso, haverá informação minuciosa do que ela representa e é realmente, como parte integrante do Brasil continente-arquipélago. Obra consciente, de nós brasileiros, acordados, atentos, dispostos à empresa de conquistá-la e transformá-la de mero espaço físico geográfico em terra disciplinada, pela nossa vontade, pela nossa técnica, pela nossa maturidade, como povo. A civilização brasileira completa-se, no seu contexto material, com esse episódio, de sua história atual. Vencemos o trópico, tão negado até bem pouco, criando uma área humanizada por nós. Permitam que repita — vencemos o trópico.

ECOLOGIA DA PAISAGEM E AGRICULTURA RACIONAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA *

Dr. Harald Sioli **

Uma das condições ecológicas mais características da paisagem da Amazônia Brasileira, pelo menos em quasi todas as áreas central e da Baixa Amazônia, é além do clima equatorial úmido, a pobreza extraordinária, dos solos da terra firme, em reservas de nutrimentos inorgânicos para o crescimento das plantas. Trata-se das zonas ocupadas pelos sedimentos do Terciário (Série das Barreiras, Formação Pará, Formação Manaus e grandes partes da Formação Pebas), por arenitos do cretáceo, por xistos e arenitos, etc., do pressiluriano, siluriano e devoniano, e pelo complexo cristalino, composto de granitos e gnaises.

Exceções desta situação geral oferecem-se nas faixas do carbonífero ao norte e ao sul do Baixo Amazonas, com depósitos de calcáreo e gipsita, como também nos lugares de afloramento de diabásio, de origem, provàvelmente, no período rético, e nas pequenas manchas de "terras pretas" que são solos antropogênicos, formados nos sítios das habitações centenárias ou até milenárias de índios hoje extintos. Sendo, porém, que todas estas áreas juntas representam somente poucos porcentos, talvez nem 1%, da superfície total da região em questão, elas não serão consideradas neste artigo. Da mesma forma ficam fora das reflexões também as Várzeas do Amazonas, pois elas representam um prolongamento da faixa pré-andina que acompanha o grande rio e forma uma zona ecologicamente estranha através da Amazônia central e oriental (FITTKAU, contribuição a este simpósio).

A mencionada pobreza foi constatada por estudos científicos como, igualmente, por experiências agrícolas, práticas. Como primeiro indício da mesma podem-se interpretar os resultados das primeiras análises químicas de algumas águas amazônicas, exe-

* Conferência pronunciada durante a realização do II Simpósio e Fôro de Biologia Tropical Amazônica (Colômbia, 1969).

** Diretor da Divisão de Ecologia Tropical do Instituto Max Planck, da Alemanha Ocidental. Consultor Científico do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

cutadas por KATZER no fim do século passado, e que são comentadas por aquele eminente geólogo com palavras como "água de extraordinária pureza", "águas mais puras do mundo", "incomumente pobres em componentes dissolvidos", etc. (KATZER, 1903, pp. 44, 50 ,51).

Sendo que estas análises revelaram uma pobreza geral das águas em todos os iônios, deve-se implicitamente aceitar também uma pobreza correspondente naqueles iônios especiais que servem de nutrimento para as plantas, como por exemplo, fósforo e potássio.

Mais tarde, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um grande número de amostras de águas colhidas nas mais diversas partes de todas as regiões geológicas citadas, foram analisadas nos laboratórios do Instituto Agronômico do Norte (hoje: Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte) em Belém-Pará, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Manaus-Amazonas e do Instituto Max Planck para Limnologia, em Plon, Alemanha (SIOLI, 1954, 55, 57, 63 e 67). Os resultados sempre confirmaram a extraordinária pureza e pobreza química das águas examinadas, que devem ser compreendidas como amostras representativas para as devidas regiões.

As águas naturais, água freática e águas das fontes e de córregos, representam extratos de solos, percolados pela água da chuva a qual dissolve, no caminho através do solo, as substâncias que se tornaram solúveis pelo intemperismo que age sobre o solo e a rocha viva em baixo deste último. Desta forma, uma região de clima úmido onde há bastante percolação nos solos, os resultados de análises químicas de águas de fontes e de igarapés, permitem conclusões sobre a qualidade e a quantidade de substâncias inorgânicas solúveis que são postas em liberdade pelos processos de decomposição que agem sobre o solo e o subsolo. Encontrando, pois, uma pobreza notável das águas naturais em sais dissolvidos, deve-se admitir que são igualmente pequenas as reservas destas substâncias que ficam disponíveis, nas camadas superiores das áreas de cabeceira dos cursos d'água examinados.

A pobreza dos solos nas zonas enumeradas da Amazônia foi, simultâneamente com as primeiraes análises de águas feitas no Instituto Agronômico do Norte, também diretamente constatada por análises de solos efetuadas por aquele Instituto (CAMARGO, 1948) e, posteriormente, confirmada por contínuas investigações pedológicas por aquele Instituto e, finalmente, pelo estudo de SOMBROEK (1966), em missão da FAO. Para caracterizar, de grosso modo, o que resulta de quase todas estas análises de amostra de solos, basta citar Camargo, 1948, pp. 125/6: "... o solo é extremamente pobre, sendo destituído de elementos nutritivos de re-

serva... a fertilidade desse solo reside na água em circulação. Na parte sólida, M. Gutteman, realizando exames espectográficos, encontrou em média 98% de grãos de quartzo, o que indica ausência de minerais que, pela decomposição, p o s s a m fornecer elementos químicos indispensáveis à alimentação das plantas".

Tais resultados de estudos sobre as reservas de solos de terra firme na Amazônia eram, no início, surpreendentes pois pareciam representar uma contradição à existência da maior floresta equatorial do mundo, e uma das mais exuberantes, justamente em cima de tais solos. E já ALEXANDRE VON HUMBOLDT dissera que os solos que suportavam aquela mata impressionante deviam ser da maior fertilidade.

Porém, as tentativas de utilização deste solos para fins agrícolas já podiam ter demonstrado que a existência não disturbada de uma vegetação luxuriante não implica em igual fertilidade do solo no qual ela cresce.

Como se explica, agora, a evidente discrepância entre a massa de vegetação viva e a pobreza do solo em reservas nutritivas para a mesma?

A solução se encontra no fato que nem a massa da vegetação existente, quer dizer, o "standing crop", nem a velocidade da produção primária naquela vegetação depende das reservas de nutrimentos contidos no solo.

Pois a floresta amazônica vive e se alimenta num circuito fechado das substâncias nutritivas. Trata-se de uma vegetação clímax cuja biomassa permanece constante desde centenas ou milhares de anos, de forma que os nutrimentos inorgânicos contidos nela depois de serem acumulados na mesma, durante um tempo prolongado, continuam circulando, em quantidades sempre iguais, através do ciclo vital da vegetação. A floresta amazônica nos dá também um exemplo da economia com a qual a vegetação trata os nutrimentos em circulação: o material vegetal, quando morre, cai no chão onde, no clima quente e úmido, apodrece e se decompõe em pouco tempo, pondo em liberdade, por estes processos de remineralização, as substâncias inorgânicas contidas nele. A camada de humus, em cima do solo, que, em zonas de climas mais frios representa, entre outras coisas, um acumulado de reservas, é muito escassa, mas todas as árvores da floresta amazônica possuem redes densas de raízes superficiais que ocupam a superfície do solo numa profundidade de somente até mais ou menos "um palmo". (20 cm). Por esta adaptação, quase todas as substâncias inorgânicas liberadas da folhada da floresta, pela decomposição rápida, são imediatamente reabsorvidas pelas árvores vivas, sendo desta forma recuperadas para a continuação dos processos vitais na vegetação florestal, e entram logo

de novo em circulação na biomassa. Naturalmente, apesar de tais meios de providência na morfologia funcional da vegetação, haverá sempre algumas perdas. Talvez para diminuí-las ainda mais, algumas espécies de árvores dispõem, além das raízes superficiais, de uma raiz espigão que penetra profundamente no solo e vai buscar de lá, com a água freática, também uma parte daqueles produtos da remineralização que escaparam da recuperação superficial e foram arrastados, pela percolação do solo com a água da chuva, até maiores profundidades.

Os iônios que são eliminados de uma área coberta de uma vegetação clímax pelo sistema de drenagem, quer dizer, com o escoamento da água freática nas fontes e com os cursos dos igarapés e rios até finalmente ao mar, representam, pois, o excesso não usado pela vegetação. E, numa vegetação clímax, na qual, com a biomassa, também a quantidade dos componentes inorgânicos contidos nela é constante, estes iônios correspondem quantitativamente aos iônios liberados pelo intemperismo no solo e no subsolo da área drenada, mais aqueles trazidos e adicionados pela água da chuva que cai naquela área.

Os estudos de UNGEMACH apresentados neste simpósio indicam que as quantidades contidas nas águas de chuvas não são negligenciáveis para a vegetação amazônica e representam até mais ou menos a metade das reservas adicionalmente disponíveis.

Entende-se, pois, que a floresta amazônica vive não tanto do solo, necessitando dele como fonte de nutrimento, mas somente em cima do mesmo, usando-o como substrato para a fixação mecânica e como elo intercalado no seu circuito metabólico.

Sendo esta a situação ecológica natural, nas maiores partes da terra firme amazônica, é fácil imaginar quais serão as consequências quando o homem começar a interferir no eco-sistema original, baseado na circulação fechada dos nutrimentos.

Com o procesos tradicional de derruba e queima da mata, a circulação fechada dos nutrimentos na biomassa, acumulados nela durante longos tempos, é interrompida, e os nutrimentos, liberados pela queima, de uma vez, são expostos nas cinzas. Daí, uma parte será aproveitada pelas plantas cultivadas na roça; uma outra, a maior parte, porém, será dissolvida e levada pelas chuvas e conduzidas, pelos rios, ao grande receptor final, o mar. Também a possibilidade de uma fixação dos sais das cinzas nos solos é praticamente nula, pois os solos das regiões em questão não possuem bastantes colóides que pudessem exercer uma capacidade de absorção significante. A plantação naquela roça, pois, dará uma colheita remuneradora somente no primeiro e até no segundo ano. Depois, a "fertilidade" do solo esgotar-se-á, e após dois, no máximo às vezes três anos, a roça é abandonada, e uma nova roça

é preparada na mata virgem no mesmo estilo, geralmente longe da primeira, na qual uma capoeira começa a crescer, acumulando, na sua biomassa, os restos dos sais das cinzas e os diminutos suplementos provenientes do intemperismo e das chuvas. Depois de dez anos, às vezes derruba-se e queima-se novamente aquela capoeira, aproveitando-se a área da roça abandonada para um nova plantação, porém para um ano só, após o qual a roça é geralmente abandonada definitivamente.

Assim é a experiência agrícola geral na terra firme da Amazônia desde os tempos dos indígenas, antes da descoberta e da colonização portuguesa. O método, traçado em linhas gerais, era e é tolerável enquanto a população humana da região fôr bastante escassa. As roças, bem distantes uma das outras, significam apenas picadas de agulhas na vastidão da floresta amazônica, que cicatrizam logo e por completo, sendo as áreas derrubadas protegidas, contra a erosão, pelo mato alto circundante, do qual também podem afluir alguns nutrimentos adicionais, e, depois de talvez 30 anos, somente um botânico pode reconhecer pela composição específica, não pelo aspecto da nova vegetação florestal, que se trata de uma capoeira e não de mata virgem.

A situação, entretanto se torna totalmente diferente, quando a floresta é atacada e derrubada em escala maior por um maior número de habitantes humanos que se dediquem à agricultura ou por meios técnicos, p. e. "bull-dozers" etc., que são mais possantes e efetivos, ou seja, mais destrutivos que o braço humano e o machado. O exemplo clássico para o que acontece com o impacto maciço da atividade humana "cultivadora" na selva amazônica, e o que foi observado em escala menor em outras tentativas de colonização agrícola, é a afamada "Zona Bragantina", a leste de Belém-Pará. Outrora coberta de uma das florestas mais vigorosas da Amazônia, planejou-se, já há mais de 80 anos, aproveitar aquela zona por uma colonização dirigida e intensiva, a fim de abastecer a crescente capital de Belém com os necessários gêneros alimentícios a serem produzidos na vizinhança. Nos decênios seguintes construiu-se uma estrada de ferro, além de simples estradas de rodagem, e importaram-se colonos nordestinos e estrangeiros, de maneira que a Zona Bragantina é, hoje, a parte mais densamente populada de toda a Amazônia Brasileira, alcançando já em 1959, mais ou menos 20 habitantes por km2.

Mas a produtividade almejada não se concretizou, ao contrário criou-se uma situação de pobreza e miséria. Como escreveu CAMARGO em 1948 (p. 126): "Na região da Estrada de Ferro de Bragança, matas seculares têm sido destruídas com queimadas para produção de duas ou três safras de farinha (de mandioca) ou de cereais e o terreno vai sendo abandonado como improdutivo

transformado em capoeiras de segunda ou terceira categoria. Os próprios leigos dizem que essas terras só são produtivas enquanto existir um resto de cinza da floresta". E conclue EUGÊNIA GONÇALVES EGLER (1961), num estudo sobre a Zona Bragantina: "O resultado final foi atingido em prazo relativamente curto. Em menos de cinqüenta anos completara-se o quadro de uma paisagem fantasma, cujo toque característico é representado pelas extensas áreas de capoeiras. Já hoje não se duvida mais da pouca fertilidade dos solos. A pesquisa técnica e as análises realizadas comprovaram plenamente esta deficiência, condenando as áreas de "terra firme", constituídas de latossolos amarelos e, em alguns trechos, de laterita concrecionária, para qualquer prática agrícola de ciclo anual". CAMARGO, logicamente, já fizera proposta de localizar a agricultura de ciclo curto nas Várzeas, e de reservar as terras firmes para uma silvicultura (CAMARGO, 1949, 1958).

Mas falhas em tentativas passadas não devem desanimar. A população do Brasil cresce numa porcentagem anual maior do que na China ou na Índia, tendo-se duplicado nos últimos 25 anos, e, conseqüentemente, o Brasil começou a olhar àquele vazio demográfico que ainda é o interior da Amazônia, visando o seu aproveitamento econômico e iniciando, recentemente, uma integração planejada por órgãos do Governo Federal. Este desenvolvimento significa também o povoamento das terras firmes com um número sempre maior de pessoas humanas, e estas devem comer e, pois, praticar uma produção agrícola também naquelas zonas.

É, pois, imprescindível procurar outros métodos para uma utilização racional da paisagem amazônica visando o seu aproveitamento agrícola, métodos que estejam em acordo com as suas condições ecológicas. Uma tendência sadia que se nota em muitas partes dos trópicos, é a de se afastar dos sistemas de exploração extensiva — que foram fortemente desenvolvidos em épocas coloniais — e substituí-los, o mais possível, por uma utilização intensiva das áreas restritas. As vantagens deste princípio são evidentes:

1) poupa-se a paisagem original em maiores extensões, respeitando para o bem de futuras gerações o aspecto, a biota e o funcionamento do eco-sistema da natureza herdada;

2) sendo menores as áreas cultivadas, evita-se uma erosão em grande escala, com todas as conhecidas conseqüências nocivas; e

3) áreas cultivadas menores podem ser tratadas com maior zelo, sendo a soma do trabalho a mesma, para garantir o máximo em produção e o funcionamento do novo equilíbrio ecológico, dirigido pelo homem na paisagem de cultura.

Para uma boa e contínua produção agrícola, necessitam-se de 5 fatores básicos: 1) espaço; 2) energia solar; 3) calor; 4) água e 5) nutrimento orgânicos para o crescimento das plantas.

Os fatores 1 a 4 são, geralmente, disponíveis na Amazônia Brasileira, em quantidades pelo menos suficiente, senão ótimas. A energia solar, o calor e a água são constantemente fornecidos de novo pela natureza e pelo clima equatoriais, e o espaço da terra firme amazônica torna-se, com a introdução de métodos intensivos de utilização, praticamente inesgotável para muitas gerações futuras de habitantes.

O fator 5, entretanto, encontra-se num "minimum" e limita a produção agrária, reduzindo-a e até mesmo anulando-a após o seu esgotamento rapidíssimo, como foi visto anteriormente.

Necessita-se, pois, uma constante adição e restituição dos nutrimentos inorgânicos para o crescimento das plantas a serem cultivadas e colhidas, pois é óbvio que aquilo que se remove dos solos com as colheitas (e por outras perdas), deve ser restituído por qualquer medida agro-técnica.

Esta necessidade, entretanto, não se cumpre por simples introdução de uma adubação intensa por fertilizantes minerais, pois como também já foi mencionado, os solos, em geral, *não dispõem de colóides para fixar os sais minerais adicionados*. As primeiras chuvas os levariam com a percolação da água através do solo, e eles perderiam a sua finalidade, o crescimento das plantas. Uma adubação química periódica, cada 1 ou 2 semanas, seria então necessária para superar a lixiviação, mas as perdas de sais fertilizantes e de labor humano a tornaria antieconômica.

Surgiu, então, a tarefa de se elaborar um método apropriado para um abastecimento duradouro e econômico dos solos cultivados com os adubos exigidos pelas culturas.

Este problema foi resolvido, em princípio e na prática, pelo proprietário de um terreno a 20 km a leste de Belém-Pará, na Zona Bragantina, engenheiro Ernesto Rettelbusch, pela combinação de uma criação intensiva de animais com uma plantação também intensiva. Naquela propriedade perto de Marituba na "Granja Imperial" (um terreno de 240 hectares, dos quais é cultivado, até agora, somente mais ou menos uma terça parte, sendo o resto ainda parcialmente mata virgem), são plantados cerca de 20.000 pés de pimenteiras (pimenta-do-reino, *Piper nigrum*) e

se criam até 20.000 galinhas, 500 suinos e, no início, 60, atualmente 160, cabeças de gado bovino, incluindo os bezerros. Em vez do adubo mineral, importa-se de fora a maior parte da comida para os animais. Ingerida pelos animais, estes aproveitam, para o crescimento dos corpos e para o metabolismo, as proteínas, as gorduras, os carbohidratos como também alguns minerais (incluindo os elementos menores); eliminam eles, porém, a maior parte dos minerais contidos na comida, em conjunto com colóides orgânicos na forma do complexo do estêrco de estábulo, o qual é aplicado à plantação como um fornecedor de nutrimentos incomparavelmente mais durável do que o adubo mineral.

Segue-se, pois, quasi o exemplo da Europa antiga — antes da introdução da adubação mineral — onde o estêrco foi, durante séculos, a base da fertilidade contínua dos campos. Existe, porém, uma diferença básica: na Europa produzia-se a comida para os animais nas mesmas áreas que, posteriormente, seriam adubadas com estêrco, de forma que os minerais retirados dos solos com as colheitas de produtos vegetais e a alimentação dos animais, foram sempre restituídos aos mesmos que, ainda assim, possuiam bantantes reservas desses minerais. Na Amazônia, entretanto, a comida para os animais com os minerais nela contidos, deve ser importada de longe, geralmente do sul do Brasil. A necessidade de minerais, da plantação como dos animais da criação, é cumprida, na maior parte, por material alóctono — em princípio seguindo a simples constatação de que, onde não há, nada se pode retirar.

A tarefa técnica de substituir o método de adubação mineral, não viável na Amazônia, por um outro adequado às condições ecológicas foi então resolvido pela intercalação de animais domésticos entre a importação, para os animais, de alimentação rica em minerais, carentes nos solos, e a produção vegetal de alto valor (pimenta-do-reino). O aspecto econômico deste procedimento é, em linhas gerais, tal que, os produtos animais cobrem mais ou menos as despesas do estabelecimento enquanto que a pimenta-do-reino representa o lucro.

Naturalmente o entrosamento de criação de animais com uma plantação é, nas minúcias, mais complicado do que se pode descrever. Também surgirão sempre necessidades de adaptar a produção às alterações verificadas nos mercados locais e internacionais etc., etc., de maneira que não se pode apresentar uma "receita perene" para uma agricultura lucrativa na Amazônia. Mas as readaptações, menores ou maiores, que vão se mostrar necessárias, são somente como variações de um tema basal e não modificam em nada o princípio estabelecido para uma utilização da terra firme amazônica, correspondente às já citadas condições eco-

lógicas. Este princípio reconhece as condições pedológicas, químicas como físicas, e o clima: e ele significa, pela orientação, a uma cultivação intensiva de áreas relativamente pequenas, um afastamento do antigo sistema "colonial" da exploração devastadora de áreas sempre maiores. Em vez disso, ele oferece a tendência a transformar partes de uma "selva", cheia de vida, em uma paisagem de cultura que se manterá estável e viva pela constante ação reguladora do homem, que não deverá ser somente um aproveitador mas, antes de tudo, um zelador.

A TRISTE HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO INDÍGENA

Mario Chimanovitch

No dia 23 de fevereiro do ano passado, um grupo de índios bororós (pacificados há mais de meio século), que vive no Posto Indígena do Perigara, na zona do pantanal mato-grossense, assassinou o funcionário da Fundação Nacional do Índio Justino Ferreira de Lima, a golpes de facão e enxada. O motivo: não havia aguardente naquele posto e o funcionário Justino havia negado álcool farmacêutico aos índios que, acrescentando-lhe água, pretendiam improvisar um *coquetel*.

A VERDADE

Supor ou afirmar que no Brasil, nos dias de hoje, o índio está sendo virtualmente exterminado em nome de uma política governamental deliberada, que tem como fim a ocupação da Amazônia, é, francamente, um absurdo, fruto, talvez, de idéias que têm mais objetivos políticos a definir do que a efetiva defesa da integridade física ou cultural desse mesmo índio.

Negar, no entanto, que o índio tem sido afetado de maneira catastrófica pelos processos de desenvolvimento e integração do território nacional seria, na verdade, negar uma evidência.

Nessa situação paradoxal, que começou já em 1500, os fatos têm demonstrado que, muito mais grave do que contaminar o índio com todas as epidemias e vícios da civilização, é, na verdade, despojá-lo daquilo que lhe é mais caro e significa, invariavelmente, a garantia de sua própria sobrevivência em condições, às vezes, extremamente adversas: a terra.

Assim, enquanto o mundo vê com apreensão a marcha brasileira para a ocupação da Amazônia, com a implantação das agrovilas ao longo das estradas que vão sendo abertas e que, a médio e longo prazo, poderão significar uma ameaça efetiva ao índio, habitante ainda em estado semi ou totalmente selvagem daquelas regiões, um drama de maior intensidade já vem se desenrolando por anos e anos em outras áreas dessa mesma Amazônia.

Diante de interesses de iniciativa privada envolvendo áreas imensas de terra, principalmente em Mato Grosso, o índio vai sendo gradativamente expulso do seu *habitat*, sem que os encarregados de sua proteção possam obstar, de maneira legal ou não, a ação daqueles que, acobertados por apadrinhamentos de influência, contribuem para a sua destruição sistemática, física e cultural, induzindo-o a toda sorte de vícios, que variam do alcoolismo à prostituição.

No Brasil, a própria história o demonstra, já se mataram muitos índios, não só pela gripe, tuberculose ou sarampo. E como ligeiro exemplo, deve-se relembrar a tristemente célebre *Chacina do Paralelo Onze* no Aripuanã, quando um grupo de índios cinta-larga foi metralhado e envenenado com arsênico, por gente interessada em explorar a borracha, o ouro e o diamante, abundantes naquelas terras.

O processo, envolvendo gente muito importante de Cuiabá, até hoje, após 10 anos, não obteve a solução que se esperava, dada, principalmente, a repercussão do crime. Na cadeia pública da capital de Mato Grosso permanece preso apenas um dos indiciados, de 67 anos, justamente quem menos culpa deve ter em toda a história. Os outros ou morreram de maneira um tanto misteriosa ou foram deliberadamente esquecidos.

Hoje, entretanto, não é mais necessário recorrer-se a expedientes bárbaros para se ter acesso às riquezas existentes no território cinta-larga: a própria Fundação Nacional do Índio concedeu autorização a sete empresas de exploração mineral para que realizem prospecções no Parque Indígena do Aripuanã. No mesmo local onde, no ano passado, os cintas-largas, certamente revoltados com a presença de brancos na sua terra e guardando viva na memória a lembrança da *Chacina do Paralelo Onze*, massacraram o jornalista Possidônio Bastos e o radioperador Acrísio Lima, àquela época à serviço da Funai, no subposto Roosevelt.

A história documenta da mesma forma, com fartas narrativas, os morticínios a que também foram submetidos os índios kaingangs, no interior de São Paulo, quando da implantação dos trilhos e dormentes da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. E, mais recentemente, o caso dos infelizes parakanãs, ao longo da Transamazônica, quase que dizimados por um surto de blenorragia transmitido por funcionários da própria Funai.

O CASO ARIPUANÃ

Não se sabe ao certo quantos índios habitam o Aripuanã, localizado nos limites do Território Federal de Rondônia, com o Estado de Mato Grosso. Supõem-se, entretanto, que a população

indígena ali existente seja estimada em cerca de 5 mil indivíduos, constituindo-se, assim, numa das maiores concentrações indígenas em estado ainda arredio e mantendo uma certa hostilidade para com o branco.

No Parque Indígena do Aripuanã, criado pelo Decreto número 64.860, de 23 de julho de 1969, espalhados por mais de 20 aldeias, vivem os índios cinta-larga, suruí, gaviões e bocas-negras. O primeiro contato com essas tribos foi feito por Francisco Meireles, em 16 de junho do mesmo ano, sendo então instalada uma base de operações às margens do igarapé Sete de Setembro, criando-se ainda mais três subpostos: Riozinho, Roosevelt e Serra Morena.

A primeira preocupação de Francisco Meireles, tão logo manteve contato com aqueles índios, foi a de expulsar os intrusos que estavam operando na área do parque — seringueiros, garimpeiros e caçadores de peles.

Assim, com o necessário apoio oficial, o velho sertanista pode afastar, aparentemente, uma ameaça que pesava sobre os trabalhos de pacificação. Mas de nada valeram as boas intenções para evitar que estranhos invadissem o parque. A Cia. Colonizadora Itaporanga, dos irmãos Melhorança, de São Paulo, é um exemplo típico disso.

Sem dispor, ao menos, de um registro no INCRA que a defina legalmente como Companhia de Colonização, a Itaporanga foi estendendo os seus domínios através do parque com seus lotes, hoje, fazendo quase divisa com o subposto Roosevelt, onde morreu Possidônio Bastos.

Os protestos de Apoena Meireles, até então diretor do parque, acabaram custando-lhe a exoneração do posto, assim como a seu pai, Chico Meireles, que deixou de ser o titular da 8.ª Delegacia Regional, sediada em Porto Velho.

Na época em que os cintas-largas destruíram as instalações da Funai no rio Roosevelt, não faltaram até mesmo versões fantásticas para explicar as mortes de Possidônio Bastos e de Acrísio Lima. A verdade, entretanto, não conseguiu se dissimular sob o manto da fantasia: os índios preocupados com a invasão de suas terras, viam nos homens da Funai, sediados no Roosevelt, a imagem de uma quinta-coluna em franca operação de invasão em seus territórios. Mais uma vez, os erros de uma política custaram duas preciosas vidas.

Hoje, a situação no Aripuanã é de exttrema tensão. O representante do INCRA em Rondônia está tentando expulsar o pessoal da Itaporanga que, por sua vez, dispondo de algumas armas, afirma que não deixará o local. Os colonos da Itaporanga, gente humilde que durante toda a sua vida sonhou com um pedacinho de

terra, foram, simplesmente, iludidos pelos Melhorança, que sabiam de antemão da irregularidade de seu projeto, mas desenvolveram-no acobertados pela influência de um ex-Governador de Rondônia.

Na última semana, um dos procuradores-jurídicos da Funai deslocou-se até o local. Trata-se do Sr. Romildo Carvalho, que tentará resolver os problemas ali existentes. Sabe-se, entretanto, que o presidente do órgão, General Bandeira de Melo, tem se mostrado irredutível diante da questão, estando disposto, a não permitir a expulsão dos colonos da Itaporanga.

Se são boas as intenções do presidente da Funai, diante de um problema de tão grandes implicações sociais que irá se conflagrar com a retirada de milhares de colonos da área, pergunta-se para que serviria, então o decreto de criação do Parque Nacional Indígena do Aripuanã.

PARADOXOS

Estive no Aripuanã em novembro do ano passado, tentando apurar as razões que levaram os cintas-largas, depois de contatados por Apoena Meireles, a massacrarem Possidônio Bastos. Acrísio Lima e destruírem com não menos ferocidade as instalações do posto construído às margens do belíssimo rio Roosevelt.

Na ocasião, dois dias após a minha chegada, que acabou se revestindo de lances rocambolescos, pois a Funai não queria ninguém no Parque e Apoena estava francamente disposto a seguir as ordens de Brasília (tanto que chegou a ameaçar colocar pedaços de madeira na rústica pista para que o frágil aviãozinho de que eu me servia lá não descesse), os cintas-largas atacaram o subposto pela segunda vez, deixando o repórter apavorado e ferindo o sertanista.

A região pode ser catalogada como uma das mais ricas e exóticas ainda em estado selvagem em todo o mundo. A cobiça sobre as suas riquezas está mais do que justificada.

O segundo ataque, felizmente, foi rechaçado com eficiência pelo pessoal do posto que acabou se valendo de fogos juninos para manter à distância os temíveis cintas-largas que, apesar do pouco mais de metro e meio de altura, são de uma ferocidade ímpar.

Tão logo cessou o ataque, Apoena, um jovem idealista de 22 anos, ainda ferido, apontava a Itaporanga como principal responsável por aquela situação. E a própria Fundação Nacional do Índio, que àquela altura também protestava pela invasão da Itaporanga, criava, por sua vez, situações paradoxais.

Assim é que uma autorização oficial, datada de 14 de maio de 1971, assinada pelo então delegado regional do órgão em Porto Velho, Chico Meireles, obedecendo a ordens emanadas de Brasília,

instruía ao funcionário Luís Vicente dos Santos, encarregado do subposto Roosevelt, sobre a expedição de ofício número 87/71, "endereçado ao Senhor Francisco Teles de Albuquerque, em que autorizamos aos requerentes a proceder provisoriamente a exploração de garimpo de diamantes na área do subposto Roosevelt, obedecendo aos critérios preterminados pela nossa orientação de procedimentos juntos aos indígenas locais".

Essa autorização, para a exploração de diamantes no Roosevelt, refletia-se como um mistério de configurações paradoxais, pois a Funai, que havia promovido a retirada de milhares de garimpeiros da região e protestava pela invasão da Itaporanga, concedia, inexplicavelmente, aval para que estranhos retirassem minérios daquela região.

Ora, fui testemunha de que não há nada mais pernicioso ao índio, ainda em estado selvagem, do que o contato com o garimpeiro, o seringueiro ou o caçador de peles. É através desses homens que o selvagem toma conhecimento da existência do álcool e, em troca de bugigangas, cede sua muher ao aventureiro, permitindo que ele opere no seu território retirando ilegalmente quanto ouro ou diamante o possa fazer.

Mas o quadro não se afigura menos trágico diante do que constatei andando pela Rondônia. Nas vilas de Riozinho e Pimenta Bueno, vi índios suruí, despidos, entregando-se pelas mãos de civilizados sorridentes ao alcoolismo, à degradação. Trocando suas flexas por aguardente e fumo e cedendo suas mulheres por camisas coloridas, contas de matéria plástica e outros tipos de bugigangas que fazem a sua inocente alegria.

Esses índios foram pacificados há pouco mais de dois anos por Apoena Meireles. Andam ainda pintados à jenipapo e a urucum. A pequena palha trançada que usam à guisa de protetor do pênis é sempre motivo de perversa curiosidade dos senhores e senhoras *civilizadas* das vilas de Riozinho e Pimenta Bueno.

Enquanto isso, a situação continua tensa com o pessoal da Itaporanga, falando-se, inclusive, que já teria sido solicitado pelas autoridades de Rondônia reforço federal para manter a paz diante da decisão dos colonos que, armados, afirmam não se deixar expulsar.

ATITUDES LOUVÁVEIS

O fato de a Fundação Nacional do Índio resolver agora tomar medidas efetivas, ao lado do INCRA, contra a presença ilegal da Colonizadora Itaporanga em áreas de Parque Indígena, se bem que, como já disse, possa se constituir em fato polarizador de grave situação social, já que os colonos são os mais ino-

centes em toda essa história, seria, de toda forma, uma atitude louvável em relação ao índio, se não houvesse, porém, um senão: ao mesmo tempo em que procura expulsar os colonos, na verdade iludidos em sua boa-fé pelos irmãos Melhorança, a Fundação Nacional do Índio incorre, mais uma vez, em um dos seus inexplicáveis paradoxos.

No dia 10 de fevereiro deste ano, sob memorando número 049/DGPI/72.assinado pelo senhor J.B. Cavalcanti de Melo, diretor-substituto do DGPI — Departamento Geral do Patrimônio Indígena — eram encaminhadas ao novo titular da oitava DR, em Porto Velho, substituído — o sertanista Chico Meireles "de ordem do senhor presidente" (General Bandeira de Melo) — as autorizações para que sete firmas mineradoras realizassem trabalho de prospecção no Parque Nacional Indígena do Aripuanã.

As sete empresas beneficiadas foram as seguintes: Mineração São Carlos Ltda.; Cia. Espírito Santo de Mineração — Cesmi; Cia. Estanífera do Brasil; Minal — Mineração Alcione Ltda.; Mivale — Mineração Vale do Madeira Ltda., e Mineração Vale do Roosevelt Ltda.

A título de informação transcrevo alguns itens de uma dessas autorizações, concedida à Cia. Estanífera do Brasil:

"AUTORIZAÇÃO: Nos termos da petição apresentada pela firma Cia. Estanífera do Brasil (*grifo no original*), conforme processo FUNAI/BSB/1122-A/71, concede *AUTORIZAÇÃO* à citada empresa de mineração no sentido de proceder trabalhos para pesquisa mineral na área de 50 mil ha., tendo aproximadamente como eixo e ponto focal a interseção do meridiano de 61°40' com o paralelo de 10°30', área encravada no Parque Indígena do Aripunã, de domínio da União e posse indígena, delimitado pelo Decreto número 64.860, de 23 de julho de 1969".

A seguir, no mesmo documento, são emitidas algumas disposições para o desenvolvimento das atividades da Cia. Estanífera do Brasil, algumas das quais extremamente controversas: "...c) *limitar a turma de prospecção a 10 elementos, afora o geólogo responsável e alguns (?) outros homens para o apoio logístico, e, quanto ao pessoal para a construção da estrada e campo de pouso, ao mínimo indispensável...*" (o grifo é nosso).

O item acima limita a turma de prospecção a 10 elementos, "afora o geólogo responsável", mas, ao mesmo tempo, determina "alguns outros homens para o apoio logístico" e o mínimo indispensável para o pessoal encarregado da construção de estradas e campo de pouso .Alguns, sim, mas quantos? A presença do homem branco tem causado somente transtornos no Parque do Aripuanã. O cinta-larga — principalmente — o mais violento fisi-

camente por essa presença, já deu provas inequívocas de que não tolerará essas invasões.

O antropólogo suíço René Fuerst, um dos integrantes da missão inglesa da "Aborigenes Protection Society" — Sociedade de Proteção ao Aborígene — que ora se encontra no Brasil realizando um levantamento de âmbito nacional, a convite oficial, sobre a situação do índio, é um homem que conhece o problema em profundidade, tendo, inclusive, convivido por algum tempo com algumas tribos e publicado inúmeros trabalhos no exterior, inclusive a famosa *Bibliografia Para um Genocídio*.

Quando nos encontramos, acidentalmente, em Rondônia, numa noite em que regressávamos da visita a algumas aldeias da região, o antropólogo, como que tomado de profundo desânimo, revelou, antes mesmo de concluir a missão que o tinha novamente trazido ao Brasil, juntamente com Edwin Brooks, John Hemming e Francis Huxley, "que o único índio em condições de sobreviver física e culturalmente em face da situação que lhe tem sido imposta, é o xavante."

Acredito, francamente, que René Fuerst tenha exagerado. Mas a sua observação não é totalmente desprovida de fundamento. Com efeito, o xavante é o único índio, depois de mais de 20 anos de pacificação, que guarda integralmente um forte apego às suas tradições culturais somadas ainda a uma latente vocação para a luta. Ele, durante todos esses anos, reagiu a todas as investidas feitas no sentido de uma violentação cultural. E ainda hoje, não hesita em ir à guerra para defender as suas terras, atualmente ameaçadas por alguns projetos agro-pecuários. E vai defendê-las violenta e orgulhosamente se necessário for.

Basta lembrar os últimos acontecimentos verificados em Pimentel Barbosa, Couto Magalhães e Areões. Eles estão francamente dispostos a expulsar os invasores de suas terras e continuam reclamando com insistência a demarcação de suas reservas, o que lhes foi prometido por Francisco Meireles — o seu pacificador — em 1946.

E desde essa data, os orgulhosos xavantes têm ouvido, com paciência exemplar, as promessas de que suas terras seriam demarcadas e respeitadas pelo homem branco. É bastante conhecido o fato de que, logo após a pacificação, Apoena — o mais famoso chefe guerreiro xavante — ter dito a Francisco Meireles, no momento em que recebia deste os presentes como prova de amizade, a seguinte frase, em sua língua: "Agora, Chico, está tudo muito bom e bonito. Mas, o que virá por trás disso?"

"UTI POSSIDETIS"

Ao que tudo indica, apesar das pressões que os xavantes têm feito, incendiando algumas propriedades de fazendeiros, principalmente no rio das Mortes, as reservas destinadas a esses índios, a menos que os transfiram para outras áreas, demorarão bastante a serem efetivadas.

Em Pimentel Barbosa, por exemplo, numa das áreas reclamadas por eles, existe um projeto agropecuário de propriedade de 25 médicos goianos, que adquiriram ali, através da influência de políticos do Estado na área federal, terras com a extensão de 30 mil hectares. O projeto, que já tem, inclusive, financiamento oficial da ordem de Cr$ 500 mil, compreende três fazendas onde se localizam as aldeias xavantes.

Em Areões, onde a situação é mais tensa, em terra que os xavantes reclamam com sendo de sua propriedade, o que não deixa de ser um legítimo anseio, pelo menos historicamente, anotei vários projetos, com financiamento do Banco do Brasil, que tem a particularidade de dispensar certidões da Funai, atentando ou não a presença de agrupamentos indígenas no local.

Eis a relação: Antônio Ragiotto — área de 5.062 hectares — financiamento do Banco do Brasil, pela Agência de Marília, em São Paulo; Valdemar e Ibrahim Ragiotto — área de 4.840 hectares — financiamento do Banco do Brasil, agência de Barra do Garça, Goiás; Antônio Ribas de Andrade — área de 480 hectares — Banco do Brasil, também de Barra do Garça; Aderbal Luís Arantes — área de 29.040 hectares — recursos próprios; União Sogaúcha ou Fazenda Dois Corações — área de 35.500 hectares e financiamento também do Banco do Brasil.

Diante disso, a explicação mais lógica é evidenciada pelos próprios fatos em questão. Se a área está sob a ação de projetos em franco desenvolvimento, como, então, demarcar as reservas de acordo com as exigências dos xavantes?

Há pouco mais de duas semanas, em Couto Magalhães, uma propriedade foi atacada. Em Areões existem fazendeiros apavorados diante da perspectiva de morte e de destruição de seus patrimônios. Os xavantes reclamam que o gado simplesmente afugenta a caça (que garante a sua sobrevivência) já bastante escassa.

Esses índios, que em outros tempos guerreavam até mesmo entre si, têm, como já disse, forte vocação para a luta. Agora, as aldeias de Pimentel Barbosa, Couto Magalhães, Areões e Sangradouro estão unidas em torno de uma causa comum. São milhares de índios. Cabe, nesse caso, à Funai, também a última palavra.

DEGRADAÇÃO

Deixando os xavantes diante da perspectiva de uma nova guerra, retornei a Cuiabá pretendendo ir verificar as condições em que vivem os pacíficos bororós, índios muito queridos de Rondon e que, segundo informaram-me, estavam sendo praticamente dizimados pelo álcool e pela tuberculose, sobrevivendo em condições inumanas.

Os bororós, que se constituíram numa das maiores tribos do Brasil Central, cujo território atravessava todo o centro de Mato Grosso, indo das fronteiras com a Bolívia até o Triângulo Mineiro, estão hoje reduzidos a pouco mais de 500 indivíduos dominados, quase que totalmente, pelo alcoolismo.

Assim, resolvemos fazer uma visita a um dos aldeamentos localizado às margens do rio Tatarumã, bem próximo ao centro urbano de Rondonópolis, a pouco mais de 200 quilômetros da capital de Mato Grosso.

A tribo, não mais que 30 indivíduos esfarrapados e com fome crônica, que só têm, como constatei um único objetivo em toda a sua miserável vida: conseguir meios para comprar a ração diária de aguardente, necessária ao seu vício.

Vivem em casebres imundos e infectos, que chegam a fazer um contraste irônico com a bem cuidada residência do encarregado do posto, de nome Orlando, que, no dia de minha visita, não se encontrava no local.

Por uma acidentada estradinha, que passa pelo interior de uma fazenda de propriedade de um sírio, bem dentro da reserva ou vice-versa, topei com uma típica família bororó: marido, mulher, filho (de quatro anos de idade no máximo) e c u n h a d o s Cobertos de andrajos e com sacos às costas, mais se assemelhavam aos catadores de papéis do Rio e de São Paulo. Esses *zumbis*, que se diferenciam dos catadores por trazer um sorriso perene e meio enlouquecido nos lábios, levavam, cada um, a sua garrafa de cachaça, conseguida com extrema facilidade em qualquer bar ou armazém de Rondonópolis.

Pediram-me logo cigarros e dinheiro, "para comprar comida, estamos com fome" e, sem nenhum constrangimento, resolveram dar início a um *espetáculo* que primou aos meus olhos como horror e degradação: começaram a ingerir a aguardente como se fosse ela água ou um simples e adocicado refresco, em goladas tais que fariam inveja a qualquer inveterado alcoólatra urbano. E como se estivessem a disputar um torneio, apostavam entre si para ver quem conseguia beber a maior quantidade de cachaça no menor tempo possível, diante dos olhos assustados do menino.

Mais tarde, em Rondonópolis, em conversa com alguns comerciantes melhor intencionados, que não vendem a bebida a índio, fiquei sabendo que, na falta de aguardente, os bororós valem-se do seguinte expediente: compram álcool nas farmácias, adicionam-lhe água e o bebem como se fosse cachaça.

Esses índios, pelas suas condições de vida — vício e fome, além da tuberculose que é crônica e mata impune — vivem como se fossem verdadeiros párias no melhor estilo hindu.

Roubam e matam pelo álcool. O assassinato do funcionário da Funai, Justino Ferreira de Lima, no ano passado, é exemplo típico dessa situação. Justino pretendia erradicar o vício do grupo de que era encarregado. Negou-lhes álcool farmacêutico. Sua mulher está grávida e, informaram-me, está passando por sérias dificuldades.

O caso das terras dos bororós, outro capítulo à parte em toda a história, é um dos maiores escândalos de Mato Grosso, envolvendo governadores, políticos, banqueiros, muita gente.

Para os assassinos de Justino Ferreira de Lima, a Funai tem a solução certa: Crenaque, o campo de *reeducação* para índios, que funciona no município do mesmo nome, em Minas Gerais.

A PREOCUPAÇÃO

Enquanto antropólogos, sertanistas, religiosos e técnicos ligados ao problema do índio formulam teorias e soluções para amenizar os impactos, quase sempre desastrados, que o contato com a civilização exerce sobre toda uma estrutura sócio-cultural do índio, o que vi por quase todo o Brasil, foi uma contínua desmistificação daquilo que se convencionou denominar como Política Indigenista.

As ressalvas, no entanto, devem ser feitas. Existe e sempre existiu nos quadros do antigo Serviço de Proteção aos Índios, bem como na atual Fundação Nacional do Índio, gente abnegada que não hesitou em sacrificar suas vidas e carreiras em nome de um ideal.

Convém lembrar, contudo, que o Governo, agora, tem se mostrado bastante interessado em acabar de uma vez por todas com as especulações que têm sido feitas em torno do nosso índio, principalmente através da imprensa européia. A presença da Aborigenes Protection Society no Brasil é prova cabal disso. Os quatro antropólogos foram oficialmente convidados pelo Itamarati para realizar um levantamento de âmbito nacional, e estão munidos de salvo-condutos para visitar aqueles locais jamais conhecidos por qualquer jornalista ou observador.

AS INFLUÊNCIAS

Quando Cláudio Vilas-Boas definiu o índio, em seu diário, "como uma pequenina ilha humana, cercada de inimigos por todos os lados", ele não estava exagerando. À época do descobrimento, nossos índios, segundo cálculos de estudiosos, eram mais de quatro milhões de indivíduos. Hoje, são menos de 200 mil.

Muitas causas têm contribuído para que a população indígena brasileira venha diminuindo de ano para ano. Alguns antropólogos apontam as seguintes razões para esse extermínio: o erro tático das missões ao lidar com os índios; a falta de elemento humano qualificado para exercer esse tratamento; a falta de dinheiro; os interesses políticos; o contato com as frentes pioneiras; a invasão sistemática das terras indígenas — desarticulando a vida tribal e gerando a escassez alimentar — o contágio endêmico (gripe, sarampo, tuberculose, doenças venéreas); a mistura com outras raças e, por fim, as guerras intertribais.

Já houve época no Brasil em que particulares exterminavam índios jogando bombas sobre suas aldeias ou fornecendo comida envenenada. Hoje, os tempos mudaram, é verdade. Mas o indígena continua a ser inexplicavelmente dizimado pelas endemias e pelos vícios, sem que os programas de preservação surtam os efeitos desejados.

De um lado existe o missionário religioso, preocupado em dar ao índio um Deus menos severo, numa demonstração de violentação cultural. No outro, existe o cientista que defende a tese de que o índio deve permanecer índio para sempre, sem ser corrompido por todos os males trazidos pela civilização. Há ainda aqueles que preconizam a necessidade de o selvagem ser integrado o mais rapidamente possível, pondo-se-lhes às mãos todos os instrumentos necessários para que essa transformação se efetive de maneira ainda que brutal. "Precisamos salvar o índio" — gritam em coro.

O padre jesuíta e antropólogo Adalberto Holanda Pereira, vice-presidente do Conselho Indígena Missionário, define taxativamente a questão:

— O que transforma o sistema social indígena não é a adoção de instituições estranhas, mas a paulatina destruição de suas estruturas. As mudanças são mais de dentro para fora, do que de fora para dentro. O mais revolucionário nas mudanças culturais é a transformação de sociedades fechadas em sociedades abertas, trazendo como corolário logo a mudança de divisão de trabalho, a individualização econômica e o aparecimento de instituições vinculadas ao mundo de fora.

E adverte:

— Cuide o agente aculturativo que a integração do índio não se processe através e a custo da desintegração do grupo.

Padre, o professor Adalberto Holanda Pereira manifesta-se de maneira clara e objetiva a respeito da catequese religiosa:

— É notório o apego do índio a seus valores religiosos. A catequese cristã não solapa os fundamentos da religião tribal, enquanto se apoiar no conjunto de suas instituições. Uma catequese eficiente e inteligente exige do missionário grande conhecimento da língua e do mundo religioso do grupo que se propõe catequisar. Do contrário, expõe-se ao perigo de desenvolver atividade altamente nociva ao mesmo grupo, sobretudo gerando traumas psíquicos na mente do índio. Além disso, é capital que a catequese respeite as diversas culturas dos grupos tribais, ajudando-as a evoluir de acordo com as suas características próprias. Como solucionar, como salvar.

Pacificador de grupos de Xavantes, Gaviões, Macurapes, Caiapós, Pacaas-Novas, Caripunas, Massacais e outros tantos índios ao longo dos seus mais de 30 anos de serviços prestados ao SPI e à Funai, o sertanista Francisco Meireles, com 64 anos de idade, e pai do não menos famoso Apoena Meireles, afirma melancolicamente, que, "enquanto o Governo não resolver o problema social de milhões de brasileiros, não irá, certamente, solucionar o dos índios".

Apesar de parecer bastante pessimista, Meireles crê que tem razões de sobra para pensar assim, principalmente quando ele se recorda, quase às lágrimas, dos xavantes que pacificou em 1946, "um povo valente, altivo e muito orgulhoso de suas tradições".

— Hoje, quando vejo esses índios lutando por uma terra que sempre foi sua, onde os encontrei pela primeira vez, autênticos como sempre permaneceram, não posso deixar de entristecer-me — desabafa o velho sertanista, que diz acreditar que as melhores intenções não irão minimizar os efeitos negativos do contato de brancos com índios:

— É preciso muito trabalho, isto sim.

Revela que o Serviço de Proteção aos Índios, marcado, sobretudo, pela presença de homens românticos e idealistas, não pode ser virtualmente acusado por crimes que, em verdade, não cometeu:

— De modo geral, o SPI teve a sua época áurea quando foi orientado por oficiais da Comissão Rondon, de 1910 a 1930. Nunca houve, contudo, a preocupação de criar novos quadros para o futuro. Êsses homens foram morrendo, e o serviço com eles.

Em toda a história do serviço, Chico Meireles é o homem que detém o maior número de pacificações, razão pela qual foi apelidado como "o maior malfeitor do SPI".

— É uma brincadeira do Noel Nutels, que considera a atração do índio ao contato civilizado verdadeiro crime. Mas, mesmo diante disso tudo, o que não seria do índio, se não fôssemos nós os primeiros a fazer tal contato, amenizando o choque?

A tese do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, bem expressada no seu livro *A Sociologia do Brasil Indígena*, em que se indaga se "estará a Fundação Nacional do Índio tecnicamente habilitada para minimizar os efeitos da abertura da estrada, bem como da instalação de empresas estimuladas pela política econômica coordenada pela Sudam?", Chico Meireles, responde sugerindo que a única solução para esse impasse seria a efetiva criação das reservas indígenas, "e mantendo-se por elas o devido respeito legal":

— Depois de criadas, policiar aquelas áreas, e, na medida em que o índio for solicitando, nós atenderemos às suas exigências. Enfim, deixá-lo no seu *habitat* e assisti-lo de fato sem maiores interferências no seu *modus vivendi*. No SPI julgava-se, erroneamente, que o índio jamais deveria trabalhar para assegurar a sua manutenção. Devemos, repito, assistir o índio e dar-lhe condições de sobrevivência, seja na elaboração de uma agricultura racionalizada, seja por quais outros meios se fizerem necessários.

Sobre a Fundação Nacional do Índio, o velho sertanista é taxativo, ao expor seus pontos-de-vista:

— Falta na Funai um conselho de homens honestos e leais, com experiência de sertão. Esses homens deveriam funcionar como uma espécie de assessoria técnica à presidência, que é bem intencionada, mas mal informada dos verdadeiros problemas que vêm ocorrendo sob a sua administração.

Esse conselho — prossegue Chico — não teria a incumbência de elaborar uma política paralela à da presidência, como quiseram alguns em sua interpretação falha. Ele seria uma espécie de órgão assessor, nada mais do que isso, devendo ser ouvido, e com a atribuição de esclarecer a cúpula. Enfim, acho que a solução do problema do índio brasileiro resume-se em não tocar nas terras que lhe pertencem. A nossa responsabilidade no problema tem sido criminosa, omissa. O índio se aproxima, impressionado com o nosso aparato, pedindo-nos que o transformemos num civilizado. No fim, resta o que você viu, o que nós sabemos: o indígena, a troco de bugigangas, praticamente destrói toda a sua personalidade, toda a sua cultura. E' nessa política que o SPI fracassou e a Funai também está incorrendo nos mesmos erros, apesar das boas intenções.

O sertanista afirma que não houve, e nem há, um esforço sério, em nenhum campo específico, no sentido de se integrar, efetivamente, o índio:

— O maior erro do SPI foi a sua descontinuidade administrativa, e o que vem acontecendo na Funai, ainda que em menor escala. Faz falta um plano diretor de trabalho, o que seria fundamental; mesmo que ocorressem mudanças, os sucessores não se perderiam no complexo.

FOME E MORTE RONDAM OS NHAMBIQUARAS

Apesar de a Constituição, em seu Artigo 198, garantir ao índio o direito de posse permanente da terra e usufruto das riquezas naturais nela existentes, a Fundação Nacional do Índio, neste momento, dá prosseguimento à remoção de mais de 500 índios nhambiquaras das terras que habitavam no vale do rio Guaporé, em Mato Grosso, para reserva criada às margens da BR-364, que liga Porto Velho a Cuiabá.

As terras férteis ocupadas por esses índios, no vale do Guaporé despertaram o interesse de dezenas de companhias agropecuárias e de colonização, que atualmente já se encontram instaladas na região. E apesar de diversos pareceres contidos em relatórios contrários à mudança, elaborados por funcionários do próprio órgão que estiveram acompanhando a questão, a Funai baixou portaria há um ano determinando a transferência desse povo para a reserva do rio Camararé, de terra infértil, entremeada de cerrados.

Como poderá o índio, ainda em estado de semi-aculturação, sobreviver no cerrado? E' uma boa pergunta que, infelizmente, a Funai não tem se preocupado em responder. Das belíssimas matas localizadas no vale do Guaporé, o nhambiquara — dividido em subgrupos bastante hostis entre si — vê-se, agora, removido quase que à força, para uma região de terra árida onde a caça é pràticamente inexistente.

A corrida de empresários, na sua maioria sulistas, à região, já teve, no ano passado, efeitos fatais: contaminada pela gripe, em poucos meses, a população tribal situada na faixa abaixo dos 15 anos, foi quase que totalmente dizimada.

CONTRASTE

Enquanto sobrevoávamos o vale do Guaporé num pequeno monomotor, a preocupação pelo mau tempo e pela turbulência, que pareciam fazer do aviãozinho uma minúscula folha ao sabor do vento, foi substituída pela estupefação: separadas apenas por dois

ou três quilômetros, das sedes das fazendas, as malocas nhambiquaras compunham um contraste, nos sabendo a uma espécie de folclore muito mais trágico do que cômico.

O espetáculo, sem exageros seria digno de qualquer filme italiano que tem abordado coisas do mesmo gênero, de preferência na África semibárbara.

Quando o avião, finalmente, conseguiu descer numa acidentada pista de pouso, bem junto a uma grande maloca, ficamos sabendo que nos encontrávamos não em terra indígena, mas, simplesmente, na Fazenda Sararé, patrimônio de importantes, influentes e poderosos grupos econômicos de São Paulo.

Mal descemos, um grupo de índios esquálidos veio ao nosso encontro. Fazia frio, muito frio, com a temperatura, de acordo com o instrumento da aeronave, marcando dez graus.

Enregelados e mal falando uma palavra em português, êsses índios, desesperadamente, pediam-nos, através de sinais, que lhes conseguíssemos roupas e, sobretudo, comida.

Pareciam um tanto agressivos, julgando-nos, talvez, gente encarregada de transferi-los. Na maloca, apenas algumas bananas verdes, e nem sombra de qualquer outro alimento. Prometemos-lhe, também por meio de sinais, que voltaríamos brevemente trazendo os agasalhos e a comida, e tratamos de decolar em direção a outra maloca, desta vez em terras de *propriedade* de uma companhia de mineração.

Naquele lugar a cena era a mesma, mas com uma ligeira diferença: dois trabalhadores brancos, a serviço da tal companhia, davam os últimos retoques no pequeno campo de pouso ali existente.

Na cabeceira da pista, a maloca nhambiquara, o mesmo frio e a mesma fome. Os civilizados, na mais perfeita intimidade com índios e índias despidos.

A comunicação, também desta vez, foi praticamente impossível, mas ficamos sabendo, através dos dois trabalhadores, que aqueles índios já estavam de mudança marcada para o Camararé, "não devendo permanecer por ali mais do que 20 ou 30 dias."

OS NHAMBIQUARAS

Os índios do grupo nhambiquara estão atualmente distribuídos em cerca de 16 grupos espalhados por Mato Grosso. Existem entre esses índios grandes diferenças culturais e linguísticas. Eles habitavam o Noroeste do Estado, em regiões próximas aos rios Roosevelt e Guaporé. Os primeiros contatos com o grupo foram feitos em 1908 por Rondon, na sua marcha de instalação dos postes telegráficos entre Cuiabá e Porto Velho.

Esses índios, desde o seu contato com os brancos, vêm sendo gradativamente dizimados, pois ocupam terras de uma fertilidade excepcional, próprias para agricultura .

Os nhambiquaras dos grupos Sararé e Galera sofreram vários surtos epidêmicos em decorrência do contato com os brancos, e o mais grave deles verificou-se no ano passado, quando toda a população tribal situada na faixa abaixo dos 15 anos não resistiu à gripe e ao sarampo, levados por trabalhadores brancos ligados aos projetos agropecuários e de colonização que já estão operando na região.

Segundo moradores da região, que testemunharam o surto, o auxílio prestado a esses índios durante a ocorrência de gripe e sarampo, foi obra de estudante do Projeto Rondon e de técnicos do Parasar, que transportaram os índios em estado mais grave para locais de melhor assistência médica.

Apesar do relatório datado de 5 de fevereiro de 1971, encaminhado à diretoria do Departamento-Geral do Patrimônio Indígena (DGPI), da Funai, apontando as inconveniências representadas pela transferência dos nhambiquaras para a reserva às margens da BR-364, a medida vem sendo aplicada em caráter irredutível.

Vejamos o relatório: "Processo FNI/ BSB/592/70. Senhor Diretor do DGPI, estudando o caso dos índios nhambiquaras para efeito de escolha de reservas territoriais de melhor conveniência para os mesmos, deparamo-nos com diversos aspectos de difícil avaliação. Assim temos: 1 — O vale do Guaporé é habitado secularmente pelos índios nhambiquaras; Rondon ali os encontrou em 1905. 2 — Forte despopulação vêm sofrendo os diversos subgrupos nhambiquaras, esparsos ao longo do vale, nestes últimos dez anos. 3 — O encurtamento e aniquilamento de seus territórios de caça, devido à abertura de agropecuária nas proximidades de suas aldeias. 4 — A dificuldade e a impossibilidade de aldeá-los todos juntos em uma só área no vale ou na Reserva nhambiquara criada pelo Decreto 63.368, visto encontrarem-se nos mais diversos estágios de aculturação e terem constantes desavenças subgrupais, como a havida entre índios do rio Sararé e do rio Galera, no fim do ano de 1969, e que somente a longo prazo terão fim. — Total ausência, até no momento, do órgão incubido de promover uma assistência sistemática aos grupos ali aldeados, como falha da obrigação constitucional de preservar a integridade social e territorial do grupo indígena. 6 — Os fatos havidos recentemente no rio Sararé, com respeito a epidemias e seus resultados *funestos* (o grifo é nosso), apesar do esforço improvisado e dispendioso da Funai, constituem testemunho evidente da irracionalidade de métodos no trato dos problemas

críticos do índio, com o consequente despropósito de dispêndio de recursos financeiros. 7 — A ocupação da região como consequência da inversão de capitais de grupos empresariais alentados pelos incentivos fiscais, através da Sudam, numa escala que se apresenta irreversível, sob pena de prejuízos relevantes que afetariam a política desenvolvimentista deflagrada pelo Governo.

Desta forma não cremos que uma solução simplista venha dar termo ao assunto :

1 — A fixação de uma reserva única para os nhambiquaras, como a criada pelo Decreto 63.368, é uma solução cuja validade é contestada por não ter sido levado em conta: os anseios dos grupos; as cisões grupais; os recursos naturais; as diferenças climáticas e fisiográficas e o *habitat* tradicional dos grupos. A propósito, no atual estágio de aculturação dos subgrupos nhambiquaras, *somente um trabalho longo e técnico poderia determinar-lhes o convencimento de aceitarem a transferência como s o l u ç ã o.* (o grifo é nosso).

2 — A fixação de reserva para cada subgrupo implicaria, nas condições atuais, a delimitação de áreas extensas a fim de garantir-lhes sua sobrevivência, fato que, se concretizado na forma das garantias constitucionais, os grupos investidores na região teriam que ser afastados.

Diante da realidade constatada, sugerimos que se busque uma solução conciliatória de interesses, onde os índios tenham garantidas as condições de subsistência e de desenvolvimento, e os investidores tenham a segurança necessária para darem curso aos seus projetos."

SUGESTÕES

O documento, que é assinado pelos funcionários da Funai, Hélio da Rocha Santos, Márcio Fernando... (sobrenome ilegível) e José Valdênio Lopes Viriato, sugere as seguintes medidas a serem tomadas:

"Convocar os investidores no vale do Guaporé para acordar:

1 — Delimitações da gleba definida para cada subgrupo com área suficiente e em condições de cultura. 2 — Doação, por parte dos investidores, do equivalente à taxa percentual de 1 a 2% do valor de cada projeto na área do vale do Guaporé, a fim de: implantar nas respectivas áreas uma infra-estrutura capaz de modificar o sistema econômico do grupo, visando integrá-lo ao regional; organizar e implantar um sistema operacional de assistência médico-social, baseado em um posto volante, capaz de atender aos grupos indígenas interessados; elaborar-se, através do DGEP, um

plano de desenvolvimento comunitário a ser posto em prática em cada área."

"São estas" — conclui — "as medidas que ao nosso ver devem ser tomadas, visando a uma solução definitiva para os nhambiquaras."

O ÊXODO

Apesar da veemência do relatório que acima transcrevemos, elaborado, repetimos, por funcionários do próprio órgão, a Fundação Nacional do Índio resolveu não levá-lo em consideração e tratou de apressar a transferência dos nhambiquaras, a esta altura entregue à competência duvidosa do sertanista Fritz Paul Tolksdorf, que em Cuiabá se limitou a nos informar que "a mudança está se processando normalmente, tanto que o General Bandeira de Melo, presidente da Funai — deu-me um jipe novinho, para que as coisas se processem de maneira mais rápida."

Cumpre-nos transcrever também trecho do relatório do missionário André Daniel Muller, presidente da Missão Cristã-Brasileira, que, operando há muitos anos junto aos nhambiquaras, conhece o problema em toda plenitude de seu drama.

O documento, protocolado na Funai sob número 002640, em 15 de outubro de 1970, é encaminhado ao Sr. João Batista Cavalcanti de Melo, secretário-executivo da Fundação Nacional do Índio:

"...O aldeamento principal, onde antigamente moravam quase todos os índios pertencentes a esse grupo de nhambiquaras, e onde está, também, o campo de pouso, fica à margem esquerda do rio Sararé e à direita do rio Atoleiro... Infelizmente o caso de nosso grupo de índios é lamentável, pois, em documento expedido pelo Dr. José de Queiroz Campos (então presidente da Funai) à Sapé-Agropecuária S.A., em 3 de setembro de 1968, estes índios estão entregues à mercê da cobiça dos civilizados. Ainda bem que o gerente da referida Sociedade Anônima é gentil. Não obstante isso, ele diz francamente que considera "propriedade do índio" somente suas casas e suas roças. Pergunto eu: que direito temos nós nessas terras, se o índio, amparado pela lei, mas desamparado por quem devia zelar pela lei, tem de retirar-se do seu *habitat*, por lhe faltar a caça, visto essa firma já haver desmatado seus terrenos desde a serra dos Parecis até a pista de pouso, sita onde era o seu aldeamento principal?... Senhor Doutor, permita-me que se pergunte: qual é a posse do índio? Nosso plano é fazermos simples casas para acomodar os enfermos, visto amanhã podermos ser repelidos pela Sapé? Fiz essa pergunta ao Dr. Queiroz Campos por ocasião do I Simpósio Indigenista, mas

ele nada fez por este grupo de índios. Nosso íntimo chora por esses índios enxotados como se fossem animais..."

Para efetuar a transferência, os missionários estão tendo que apelar para a "boa vontade" dos fazendeiros, pedindo-lhes, ou melhor, mendingado-lhes alguma comida, algum dinheiro.

Na reserva do Camararé, onde estivemos, o quadro não é o menos terrível. Os índios estão morando em barracões, na melhor expressão da palavra, lembrando-me habitantes de favelas.

No Camararé, um velho nhambiquara, magro, quase à morte, disse-me chorando, ainda que no seu português engrolado:

— Aqui só comemos mandioquinha, todos os dias. Vamos morrer. Não há caça.

Para transferir os nhambiquaras, a Funai chegou a expedir certidões negativas atestando que não existem índios no vale do Guaporé.

São mais de 20 projetos subvencionados pelos incentivos fiscais através da Sudam, que já estão se usufruindo das férteis terras nhambiquaras.

Para finalizar, faz-se-nos também imperioso que transcrevamos alguns trechos do relatório elaborado pelo funcionário Olímpio Serra, sobre o mesmo "caso nhambiquara", referente ao processo FNI/474/70, dirigido ao presidente da Funai, General Oscar Jerônimo Bandeira de Melo, e datado de 16 de março de 1970:

"...5. Tradicionalmente os nhambiquaras habitam a área compreendida entre os paralelos 58°30 e 60°30w meridianos 15°S, num total aproximado de 400 mil hectares. Assim, a área delimitada pelo Decreto 63.368 (Criação da reserva do Camararé), de 8-10-68, só incluiu três das 20 outras aldeias nhambiquaras.

Nessas circunstâncias, tudo leva a crer que a intencionalidade implícita do Decreto seria a reunião de todos os nhambiquaras numa só reserva.

Face as razões aqui expostas, Vossa Senhoria pode aquilatar a inexequibilidade desse plano, e as ocorrências na aldeia Sararé vêm requerer solução imediata para os problemas que afligem a maioria dos índios nhambiquaras.

Com esse intuito, tomamos a liberdade de propor a Vossa Senhoria as medidas abaixo relacionadas, em sua grande parte já sugeridas a essa Presidência no relatório do Dr. David Price — antropólogo da Universidade de Oxford — (Prot. FNI/nº 1339, de 11-7-69).

a) — Solicitar ao Sr. Delegado da 5.ª D.R. plano de criação de pequenas reservas destinadas aos índios nhambiquaras não contemplados pelo Decreto nº 63.368 de 8-10-68. b) — *Apreensão das Certidões Negativas emitidas por essa P r e s i d ê n c i a*, assim que constatada a presença de grupos indígenas nas áreas a que se refere (?) — (o grifo ainda é nosso)".

(Transcrito do "JORNAL DO BRASIL", de 10, 11 e 12-9-72)

A CONTRADIÇÃO ENTRE A OCUPAÇÃO E DEFESA DA AMAZÔNIA POR BRASILEIROS, E UMA POLÍTICA DE LIMITAÇÃO DA NATALIDADE *

Dr. Mário Vítor de Assis Pacheco **

Aceitamos as indicações de ordem médica para evitar a gravidez, de modo temporário ou mesmo definitivo. Não discutimos as razões de foro íntimo dos que não desejam filhos ou pretendem espaçar o nascimento dos mesmos por prazos diversos. Em ambas as situações cumpre ao médico indicar o melhor processo a ser adotado, desde que legalmente permitido e cientificamente aprovado. Condenamos de forma categórica a limitação da natalidade como política de população de governo.

Os métodos atualmente mais usados para o controle da natalidade são os que empregam as chamadas pílulas anticoncepcionais e os dispositivos intra-uterinos ou DIU. Não aconselhamos nenhum desses dois instrumentos antinatalistas quando há razões para evitar a gravidez, por motivos que adiante serão expostos.

Os antinatalistas, também chamados neomalthusianos, propalam que a superpopulação é causa da fome e da miséria dos povos subdesenvolvidos; que o Brasil estaria sob a grave ameaça dos efeitos maléficos da explosão demográfica; que o aumento de nossa população, nas taxas atuais, constitui entrave ao desenvolvimento econômico, e que em nosso País seriam provocados anualmente 1 milhão a 1 milhão e meio de abortos.

Os natalistas ou anti-neomalthusianos, entre os quais nos incluímos, afirmam que o subdesenvolvimento, a fome e a miséria é que causam a superpopulação; que o aumento da população brasileira nas percentagens atuais, longe de constituir obstáculo, entrave, é fator de promoção do desenvolvimento; que o Brasil, de modo algum está ameaçado de explosão demográfica e, ainda afirmam que, fazendo restrições à veracidade das cifras de abortos

---

* Conferência na ABI durante a realização do I Ciclo de Conferências "Amazônia Brasileira em Foco", promovido pela CNDDA.

** Médico. Ginecologista. Secretário Geral da Associação Médica do Estado da Guanabara (AMEG).

provocados no Brasil apontadas pelos antinatalistas, não se combate o aborto criminoso usando instrumentos destinados a provocá-los, como são os DIU. E com referência a mais de metade do nosso território — a Amazônia — situam-se também em posições extremamente opostas os antinatalistas e os natalistas.

O Sr. Glycon de Paiva Teixeira afirmou: "É erro pensar-se em dezenas e dezenas de milhões de pessoas um dia empenhadas em promover economia na Amazônia. O contingente só iria frenar o difícil progresso da região e a racional valorização da área, que para isso pede mui pouca gente. O problema da Amazônia é de recursos humanos de alta qualidade, de enorme contribuição de capital e de ampla participação do engenho privado para uma partida de poucos polos necessários à utilização racional da área. Enganam-se os que imaginam racionalmente preencher vazios demográficos interiores pela multiplicação calculada dos brasileiros. Seriam esses lá desnecessários e incômodos. E permanecerão aqui no litoral como matéria-prima de implosão urbana, fonte de insegurança e de poluição" (1). Para o Sr. Glycon de Paiva Teixeira o Brasil estaria atualmente com 25 milhões de excedentes [2].

Os natalistas pensam exatamente o contrário, já que não admitem haver excedentes no Brasil tão vasto, tão rico, tão desabitado e tão cobiçado. Para nós o brasileiro jamais é incômodo em parte alguma e nunca se constitui em fator de poluição ou de insegurança, sempre que se propõe a trabalhar e a produzir, defendendo a ocupação da Amazônia por brasileiros, ainda que não sejam de alta qualidade técnica, mesmo quando deficientes em saúde, mas crendo no Brasil.

O General Rodrigo Otávio Jordão Ramos afirmou: "Ou nos apressamos e aceitamos o desafio ou estamos ameaçados de perder o domínio sobre a região. Não é mais possível transferir à geração vindoura esta tarefa"... "Ou satisfazemos firmemente este intento, transformando em objetivo político básico, ou deixamos de atender à preservação da Pátria"... "Querer ignorar a existência de pressões exteriores é querer negar realidades positivas — a Amazônia continua a constituir objeto da cobiça internacional" (3).

Em nossa opinião não há de ser com a iniciativa privada, com a contribuição de enormes capitais, que só poderiam também ser estrangeiros, e aguardando futura alta qualificação técnico-científica do brasileiro, que deixaremos de transferir para gerações futuras a preservação de nossa Amazônia. Não será, também, com o uso de anticoncepcionais em massa, a nós tão aconselhados, que apressaremos a ocupação de mais da metade de nosso território. O crescimento demográfico brasileiro resulta, realmente, de excessivo e crescente aumento das taxas de natalidade?

Vejamos o QUADRO I:

Crescimento da População Brasileira
Taxas por Mil

Período	Natalidade	Mortalidade
1890	46,5	30,2
1900	46,0	27,8
1920	45,0	26,4
1940	44,0	25,3
1950	43,5	19,7
1960	42,6	18,8
1970	37,7	9.4

Fonte: Dados oficiais do IBGE

Observamos que o crescimento demográfico do Brasil resulta das acentuadas quedas da taxa de mortalidade, de 30,2 para 9,4 por mil, e não do aumento das taxas de natalidade, as quais em quase um século caíram de 46,3 para 37,7 por mil. Os antinatalistas, aliás sabem disso. Contudo pretendem influir sôbre a variável demográfica — a taxa de natalidade — cujo comportamento, de nenhum modo, explica a "explosão" que tanto anunciam. Vejamos nossa densidade demográfica, ou seja, o número de brasileiros por km2, comparada com a de outros países, no QUADRO II.

Densidade Demográfica de Alguns Países
(Habitantes/km2) — 1966

País	Dens. Demg.
Holanda	348
Bélgica	309
Alemanha Ocidental	239
Reino Unido	224
Itália	176
Alemanha Oriental	157
Índia	156
Suiça	142
Israel	119
Paquistão	110
França	88
Portugal	99
China	79

País	Dens. Demg.
Indonésia	58
URSS	10
EUA	21
BRASIL	10

Fonte: Enciclopédia Barsa, 1967

Vemos que a Holanda e a Bélgica, com densidade demográfica mais de 30 vezes superior à nossa de 10 habitantes por quilômetro quadrado, e a Alemanha Ocidental e o Reino Unido 20 vezes mais densamente povoados que nós, são países adiantados, sem problemas de fome e com apreciáveis índices de recuperação econômica pós-guerra. Aqueles países, vencedores e vencidos da Segunda Guerra Mundial, não obstante densamente povoados não "explodiram". Temos ainda a nosso favor a circunstância altamente favorável de que nossa área ecumênica, isto é, que possibilita a permanência constante do homem graças ao clima, altitude e condições ótimas de produção agrária e de criação pecuária, é de 95% da área total, de vez que não temos regiões excessivamente altas, quentes, frias, pantanosas ou desérticas, como ocorre em outros países também de dimensões continentais, o que aliás, pode ser apreciado no QUADRO III:

Áreas Não Ecumênicas em Países de Dimensões Continentais

Países	Percentagem de área Não Ecumênica
Brasil	5%
Estados Unidos da América	40%
Austrália	70%
Canadá	85%
URSS	?
China	?

Fonte: Pimentel Gomes, Ruy — Porque não somos uma grande potência? Civilização Brasileira, 1965

O Brasil gastará muito menos tempo e terá menos trabalho e despesas para incorporar a seu ecumenismo área muito inferior que as dos demais países citados acima.

Mas o censo de 1970 nos revela os seguintes dados, no QUADRO IV:

Percentagem da População Brasileira
Por Regiões

Região	%
Norte	3,86
Nordeste	30,34
Sudeste	42,68
Sul	17,65
Centro-Oeste	5,47
Brasil	100,00

Norte e Nordeste: 34,2%
Sudeste, Sul e Centro-Oeste: 65,8%

Fonte: IBGE — Censo de 1970, Sinopse preliminar

Os 34,2% de nortistas e nordestinos vivem em área maior que os 65,8% que habitam as demais regiões fisiográficas do Brasil, mas é justamente na área mais densamente povoada do país que mais se consome alimentos e onde é menor a taxa de mortalidade, bem como de morbidade.

A correlação entre consumo de alimentos, especialmente de proteínas animais, e as taxas de natalidade é muito bem assinalada por Josué de Castro, como se pode apreciar no QUADRO V:

Coeficiente de Natalidade e Consumo de Proteínas

Países	Coeficiente de Natalidade (por mil habitantes)	Consumo de Proteína Animal (em gramas)
Formosa	45,6	4.7
Malásia	39,7	7,5
Índia	33,0	8.2
Japão	27,0	9,2
Iugoslávia	25,9	11.2
Grécia	23,5	15,2
Itália	23,4	15,2
Bulgária	22,2	16,8
Alemanha	20,0	37,3
Irlanda	19,1	46,7
Dinamarca	18,3	56,1
Austrália	18,0	59,9
EUA	17,9	61,9
Suécia	15.0	62.6

Fonte: Josué de Castro — Geopolítica da Fome (8.ª Ed. — Brasiliense, 1968)

Observa-se que em Formosa, na Malásia e na Índia, onde é ínfimo o consumo de proteínas, "per capita", encontram-se as maiores taxas de natalidade do mundo, enquanto na Suécia, nos Estados Unidos e em outros países industrializados, onde é adequado o consumo de alimentos mais ricos em proteínas, as taxas de natalidade são muito mais baixas. Nossas disponibilidades de proteínas são de apenas 18,3 gramas "per capita", enquanto os norte-americanos têm 68,6 gramas. Em 1970 nosso consumo diário de leite em espécie foi somente de 107 mililitros, ou seja, 107 gramas. Para justificar suas campanhas de controle da natalidade os neomalthusianos, alienados ou desinformados, afirmam que os países do Terceiro Mundo, inda que potencialmente ricos e com extensas áreas, têm ritmo de crescimento demográfico muito superior à sua capacidade de produzir alimentos, mas o próximo QUADRO, número VI, os desmente totalmente:

Fome — População e Produção de Alimentos do Mundo Subdesenvolvido em 1968

Elevação da produção alimentar	3%
Crescimento médio das populações	2,6%

Fonte: Relatório anual da FAO — Scientific American, 1969

Note-se que, sem embargo do predomínio da propriedade latifundiária no mundo subdesenvolvido, e não obstante a escassez de capitais e os altos índices de analfabetismo que tanto diminuem a produtividade do trabalhador, a produção de alimentos teve um maior percentual que o aumento da população. Apesar de conhecerem perfeitamente esses fatos os antinatalistas insistem em defender teses neomalthusianas, alguns não hesitando em criticar o governo por não assumir posição que seria do seu agrado. O Sr. Eugênio Gudin afirmou recentemente: "Enquanto o Governo se mantiver na covardia de se omitir diante desse problema, não desaparecerão do Brasil os quadros de miséria, que tanto nos confrangem. Cartazes aos milhões deveriam ser espalhados pelo país inteiro reproduzindo a frase genial do Relatório Lester-Pearson: "Nenhuma Criança Deveria Vir ao Mundo Indesejada" [4]. O Sr. Rubens Vaz da Costa declarou: "A solução do problema não está na formulação de política para solucionar a crise ocupacional resultante da elevada taxa de crescimento demográfico. E', ao invés disso, a de encontrar meios para conter a explosão demográfica" [5]. Em conferência na Escola Superior de Guerra, o Sr. Mário Henrique Simonsen manifestou dúvidas na duplicação de nossa renda "per capita" até 1980, conforme anunciado no "Programa

de Metas do Govêrno", dizendo que entre os diversos setores básicos de desenvolvimento, três trazem perspectivas otimistas, um sofre encaminhamento razoável (taxa de poupança), enquanto sobre o outro, o controle demográfico, o governo ainda não fez nada" [6]. Disse ainda o Sr. Simonsen: "O desvio de investimentos, que passam a ser necessários para a construção de escolas, casas, redes de abastecimento, esgotos etc., representa um despêndio de 40% de nossa capacidade de poupança" [6].

Em livro nosso, intitulado "Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil", já no prelo, contestamos o Sr. Simonsen dizendo: "Não vemos porque poupar êsses 40% quando precisamos sanear o País e educar a população crescente. Consideramos que os investimentos em educação com a construção de mais escolas e a melhoria do estado sanitário graças a mais eficientes e extensas redes de esgotos, de abastecimento e tratamento da água, são ou pelo menos deveriam ser prioritários, não constituindo de modo algum desvios de investimentos, mas destinação correta de capitais em país, como o nosso, ainda subdesenvolvido, com elevadas taxas de analfabetismo, e altas incidências de doenças de massa, muitas das quais consequentes à precariedade de esgotos, de abastecimento e tratamento da água e da falta de educação [7]. Acrescentamos agora: Não há, também, por que poupar, quando precisamos manter a Amazônia como área exclusivamente nossa; e, os investimentos em saúde e em educação melhorarão muito a qualidade dos brasileiros que vão ocupar a Amazônia, atendendo assim às exigências de certos antinatalistas.

As campanhas de limitação da natalidade no Terceiro Mundo são financiadas e orientadas pelas seguintes organizações estrangeiras: "International Planned Parenthood Federation" (IPFF), "Ford Foundation", "Rockfeller Foundation", "Pathfinder Fund" e "Agency of Internatinal Development" (AID). A organização executora de programas antinatalistas no Brasil chama-se "Sociedade do Bem Estar Familiar" (Bemfam). Tal sociedade, subsidiada do exterior, recebeu da IPPF no ano de 1968, a quantia de US$ 573.000 e em 1971 mais US$ 900.000. Da Ford Foundation, a Bemfam recebeu entre 1966 e 1968 a quantia de US$ 1.100.000. A Ford Foundation paga em dólares e generosamente não exige recibo da Bemfam, a qual aplica os milhares de dólares que recebe em programas para reduzir a natalidade, jamais cuidando de melhorar a saúde das crianças que nasceram, que estão vivas.

O professor norte-americano Paul Erlich, da Universidade de Stanford, nos EUA, na abertura da XIII Conferência Anual da UNESCO, propôs que o Governo norte-americano tratasse quimicamente com drogas esterelizantes os alimentos que envia ao es-

trangeiro ou simplesmente cortasse a ajuda às nações que não cuidam de limitar sua população [8].

O senador William Fullbright, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, declarou que seu país deve insistir nos programas de controle da natalidade no mundo subdesenvolvido, antes de conceder ajuda econômica.

A necessidade do controle da natalidade no Terceiro Mundo é apregoada pelo Sr. Richard Nixon, como o foi pelos ex-presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson. Em maio deste ano foi noticiado que relatório da AID revela gastos de pouco mais de 2,8 milhões de dólares em projetos de controle da natalidade na América Latina para o período 1965/67. Subindo tal cifra para 8 milhões de dólares em 1971. Para os próximos cinco anos a partir de 1972 a AID gastará mais de 15 milhões de dólares para intensificar o controle da natalidade na América Latina [10].

Por que organizações estrangeiras subsidiam a Bemfam para aplicar DIU e distribuir pílulas anticoncepcionais em áreas desabitadas, com um ou menos habitantes por quilômetro quadrado, como Tocantinópolis, Porto Franco, Imperatriz, Mosquito, Açailândia, Estreito, no Maranhão, e outras localidades? Porque, tentando impedir o crescimento demográfico naquelas áreas, esperam conseguir convencer-nos da inviabilidade do desenvolvimento e ocupação de nossa Amazônia por brasileiros, o que nos obrigaria a aceitar o "engenho privado" e "enormes capitais" estrangeiros, num condomínio que repelimos como intolerável, inaceitável e humilhante.

As pílulas anticoncepcionais em uso têm provocado: amenorréias prolongadas, hemorragias uterinas, corrimentos, mamas dolorosas, tumores benignos da mama, manchas no rosto, queda de cabelo, náuseas, vômitos, enxaquecas rebeldes, icterícia, engorda acentuada, frigidez sexual, edemas, melancolia, agressividade, instabilidade neuro-psíquica, hipertensão arterial, diabetes, embolias, tromboses, paralisias, hemorragia cerebral, catarata, cegueira por trombose da artéria central da retina, parada do crescimento juvenil, abortos, nascimento de múltiplos, de deformados, de débeis físicos e mentais, de pseudo-hermafroditas, envelhecimento precoce da mulher, câncer da mama e do útero, insuficiência ovariana e morte súbita. Essas complicações, de frequências variáveis e imprevisíveis, têm sido divulgadas na literatura médica nacional e estrangeira, principalmente nos EUA e na Inglaterra, e muitas são observadas por nós médicos no Brasil.

O Dr. Robert S. Mortan, assessor da Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu livro "Liberdade Sexual e Enfermidades Venéreas", diz que a "pílula" já causou mais danos que a talidomida [11]. No entanto, em junho de 1972 a Comissão de Pe-

cuária de Corte da Federação de Agricultura de Minas Gerais, após reunião para estudar o problema de hormônios femininos no gado de engorda, decidiu solicitar a revogação da Portaria 545 de 5 de julho de 1961, do Ministro da Agricultura, a qual proíbe a comercialização e o uso de hormônios ou equivalentes sintéticos no gado [12]. Sabemos que os países europeus importadores de carne bovina do Brasil rejeitam a carne de gado engordado com hormônios sexuais. A fim de evitar os prejuízos consideráveis que teríamos com a não exportação de nossa carne, o Governo corretamente proibiu a comercialização e uso dos hormônios para engordar o gado. Mas a importação, fabricação e comercialização dos hormônios sexuais sintéticos que constituem as "pílulas", não sofre qualquer restrição entre nós, podendo as mulheres usá-las à vontade.

Os dispositivos intra-uterinos ou DIU são feitos de seda, linho, metal, aço inoxidável, polietileno ou de outras substâncias plásticas, envoltos em tênue camada de borracha sintética e são apresentados sob forma de triângulo, duplo triângulo, ampulheta, S, duplo S, sendo a forma mais comum a de serpentina desenrolada. Os DIU são introduzidos na cavidade uterina por médico ou pessoal auxiliar habilitado, isto é, parteiras e enfermeiras qualificadas.

O efeito antinatalista dos DIU resulta de seu mecanismo exclusivamente abortivo, de vez que sua presença no interior do útero não impede a postura mensal de um óvulo pela mulher, nem o acesso dos espermatozóides junto ao óvulo. O ovo humano, a nova vida a preservar, resultante da conjugação do óvulo com o espermatozóide, ou é impedido de se aninhar na cavidade uterina ou é expulso pouco tempo depois de implantado, não prosseguindo assim a gravidez. Em certos casos tem-se observado a continuação da gravidez, com o nascimento posterior de feto normal, embora presente o DIU. A literatura médica nacional e estrangeira tem registrado os seguintes acidentes consequentes à aplicação do DIU: dores intoleráveis, obrigando à retirada do aparelho, hemorragias vultosas, perfuração do útero, corrimento intenso e nauseabundo, infecções graves acarretando, inclusive, a esterliização definitiva da mulher, gravidez extra-uterina e frequente rejeição espontânea do aparelho.

O professor Norman Morris, diretor do Departamento de Ginecologia e Obstetricia da Faculdade de Charing Cross, na Inglaterra, em seu livro "Planificação Familiar", recentemente publicado em Londres, afirma que a borracha de certos dispositivos intra-uterinos pode causar o câncer [13]. O professor Gregory Pincus, dos EUA, considerado um dos "pais" da pílula", durante Congresso Médico no México, realizado em 1965, declarou que

estudando 4.500 mulheres do Haiti e de Porto Rico, que usavam instrumentos antinatalistas diversos, concluiu que "as espirais plásticas intra-uterinas podem constituir um dos fatores causais do câncer" [14]. Ressalte-se a vultosa contribuição nas "cobaias" do Terceiro Mundo. Os testes com instrumentos antinatalistas, inclusive os DIU, têm sido feitos no Brasil, até em nossa Amazônia.

As organizações antinatalistas estrangeiras e suas subsidiadas no 3º Mundo não hesitam em mistificar, iludindo leigos e até médicos não especializados, negando os malefícios dos métodos que empregam e acenando com as vantagens que as mulheres obteriam freqüentando seus postos, por eufemismo denominados de postos de "planejamento familiar", quando exames cuidadosos seriam feitos, objetivando também a descoberta precoce de lesões pré-cancerosas e do próprio câncer em fase inicial e curável.

Vamos agora desmascarar essas mistificações, mostrando que, o que importa aos antinatalistas é a distribuição de "pílulas" e a aplicação dos DIU, com ou sem médico. Lê-se em Boletim da IPPF: "Uma resolução em pontos estabelecendo novas prioridades para as associações de planejamento da família na Região do Hemisfério Ocidental foi adotada pela Comissão Executiva da IPPF na reunião do Caribe, em dezembro de 1970. As cláusulas mais importantes da resolução pedem menor dependência dos médicos através do uso de pessoal auxiliar e *ampla distribuição de anticoncepcionais por vias não clínicas*" [15]. O grifo é nosso. Com os anticoncepcionais amplamente distribuídos sem supervisão clínica prévia o diagnóstico difícil do câncer ginecológico incipiente ficará a cargo de pessoal auxiliar sem competência para tanto. Aliás, essa resolução para ser cumprida pelas subsidiárias da IPPF vem a calhar para a BEMFAM, pois no Brasil faltam médicos em 48% dos municípios. Em 1971 a IPPF recomendava às suas filiadas, inclusive (naturalmente) à BEMFAM que, na falta de pessoal habilitado para exames especializados para o diagnóstico do câncer, "as clínicas de planejamento familiar não se devem afastar de suas responsabilidades primordiais em fornecer anticoncepcionais" [16]. A propósito de programa antinatalista em Gana, na África, diz a IPPF: "A rápida aceitação e distribuição de novos métodos de controle da natalidade *sem médico* poderiam ser facilmente empreendidos pela estrutura existente" [17]. O grifo é nosso. Em folheto gratuitamente distribuído em 1971 diz a IPPF: "O registro da pressão sanguínea não é um pré-requisito para a distribuição de anticoncepcionais... É prática saudável o exame da pelvis, dos seios e a execução do esfregaço de Papanicolau para testar as possibilidades de câncer do útero quando se distribui a pílula. Mas, esses cuidados não são pré-requisitos para

a receita da pílula" [18]. O Dr. Robert D. Greenblatt, diretor-presidente do Departamento de Endocrinologia do Colégio Médico da Geórgia, em Atlanta, nos EUA, disse ter criado uma pílula contendo estrogenos e progesterona para ser tomada por via oral apenas uma vez por mês, a qual seria eficiente em 90 a 95% dos casos e que a despeito de acarretar alguns efeitos secundários já está sendo vendida no México e no Chile. Disse ainda que sua pílula é satisfatória, especialmente para a Ásia e outras nações subdesenvolvidas de outros continentes, mas acha que sua venda não será autorizada nos Estados Unidos antes de 10 anos. [19] e [20] Desta vez coube às mexicanas e chilenas testarem a inocuidade ou não da nova pílula do Dr. Greenblatt, antes de ser licenciada para uso com segurança pelas mulheres dos países adiantados — EUA e outros. Como mais uma prova de que o que interessa primordialmente às organizações antinatalistas é o controle da natalidade, sem preocupações com os graves acidentes conseqüentes ao uso dos instrumentos que aconselham, vale transcrever sugestão do médico Dr. Malcolm Potts, secretário-geral da IPPF: "Vendam cigarros sob receita médica e usem máquinas automáticas para distribuir anticoncepcionais" [21]. Para atingir seu objetivo de controle da natalidade a IPPF não se limita ao uso dos anticoncepcionais sem vigilância médica, tanto que o Dr. Potts, desobedecendo à Associação Médica Mundial, que condena o aborto por motivos demográficos [22], sugere às suas filiadas a prática do aborto e da esterilização como meios para evitar a explosão demográfica, dizendo: "Não se obterá uma diminuição das taxas de nascimentos nos países em desenvolvimento sem considerável recurso ao aborto, seja este legal ou ilegal. Na maior parte dos países subdesenvolvidos os abortos praticados têm um efeito mais eficaz para diminuir o índice de nascimentos do que a utilização de métodos anticoncepcionais"... "Uma combinação de métodos anticoncepcionais e aborto apresenta um mínimo de riscos para a mulher. É igualmente o meio mais econômico para limitar a fertilidade. Enfim, a esterilização unida ao aborto e à anticoncepção pode desempenhar importante papel no controle da fertilidade. Para que exista possibilidade de êxito, a esterilização deve ser apresentada como uma opção, quando ainda há poucas crianças na família" [23]. E a BEMFAM, filiada a essa IPPF, secretariada pelo Dr. Potts, alega como justificativa moral de suas atividades lutar no Brasil contra o aborto criminoso!!! Diz ainda o Dr. Potts: "Ficou provado que a aplicação dos dispositivos intra-uterinos por não médicos é tão efetiva e segura como a aplicação por médicos. Os atuais dispositivos intra-uterinos causam muitas vezes excessivo sangramento menstrual e são mal tolerados pelas mulheres anêmicas e mal nutridas. Espera-se que os novos dispositivos intra-uterinos que agora

surgiram possam superar parcialmente esses problemas" [23]. Que espera o Dr. Potts? Que os novos dispositivos mecânicos tenham propriedades terapêuticas antianêmicas e nutritivas? Um grupo de técnicos internacionais, em trabalho para a OMS, declarou em 1971: "Progressos notáveis se realizaram nesses últimos anos na execução e aperfeiçoamento dos métodos de regulação da fecundidade. Entretanto, os meios atuais deixam ainda muito a desejar e é mais que necessário alargar e intensificar o campo de pesquisa fundamental e aplicada com o fim de encontrar métodos mais satisfatórios" [24]. Esse mesmo grupo, contudo, diz mais adiante: "É preciso muitas vezes criar ou reforçar as redes para assegurar a provisão e a distribuição de meios anticoncepcionais *sem receita médica*" [24]. O grifo é nosso. Vê-se que o grupo de técnicos reconhece que os atuais meios anticonceptivos não são satisfatórios mas os recomenda mesmo sem receita médica. Ainda diz o citado grupo de técnicos: "O recurso eventual ao aborto pode revestir-se de importância quando a sociedade o aceita como meio de remediar o fracasso de outros métodos ou como método contraceptivo legal" [24]. Considerar o aborto meio contraceptivo, como aliás também o faz a BEMFAM [25], é ignorar que Soranus de Éfeso desde o II século da Era Cristã já havia desfeito essa confusão hoje tendenciosa. Em suma, as expressões "planejamento familiar", "planificação da família", "regulação da natalidade", "paternidade responsável" e outras semelhantes e recentes não têm qualquer autenticidade quando formuladas por notórios antinatalistas e são definitivamente desmascaradas pela própria IPPF quando afirma: "O objetivo principal de um programa nacional de planificação da família é, ou deveria ser reduzir as taxas de natalidade em âmbito nacional." O imperialismo neomalthusianista não escolhe os meios, pois recorre tanto aos anticoncepcionais como aos instrumentos abortivos e esterelizantes, desde que o fim seja atingido a qualquer preço.

No Japão, onde vivem mais de cem milhões de habitantes, em área de 374.305 km², apenas 50.000 km² maior que o Estado do Maranhão, o Primeiro Ministro Sato, temendo os prejuízos com o baixo consumo da produção industrial e o conseqüente desemprego, advertiu sobre a necessidade de aumentar o índice de natalidade [26]. O chanceler Luis Maria de Pablo Pardo criticou os que defendem o controle da natalidade na Argentina dizendo que a atual população do país é insuficiente para levar a cabo uma exploração adequada de suas riquezas e possibilidades materiais [27]. O diretor do Instituto Francês de Estudos Demográficos. Sr. Georges Bougecis Piquiet, no "Congresso de Demografia de Estrasburgo", realizado em 1971, disse: "Embora seja um exagero considerar a Europa como um continente fantasma, é preciso examinar as conseqüências da escassez de população no continente" [28].

Informa a Agência Reuters que na URSS a economia está sofrendo os efeitos da séria escassez de mão-de-obra em alguns setores e o Estado soviético está alarmado com a baixa taxa de natalidade, tentando persuadir os casais a que tenham mais filhos. Diz ainda a agência telegráfica que atualmente é quase impossível encontrar pílulas anticoncepcionais na URSS e que os meios mecânicos destinados ao mesmo fim são em número ínfimo se comparados com os existentes no ocidente [29]. O cientista John Corner, da Universidade de Cambridge, nos EUA, afirmou: "A Amazônia é o celeiro do futuro e talvez esteja lá a solução da humanidade daqui a alguns anos mais, quando o problema da fome aumentar, desde que a região não seja tomada por fazendeiros inescrupulosos" [30]. Regressando a seu país o parlamentar Charles Godell fez relatório ao Congresso norte-americano, quando disse: "Potencialmente, o Brasil poderia alimentar 1 BILHÃO de pessoas, além de suprir convenientemente suas necessidades internas, se toda a sua terra fosse devidamente fertilizada; e, se se introduzisse um sistema rotativo de lavoura o Brasil poderia produzir, hoje, alimentos para 200 milhões de pessoas. A solução para o deficit mundial de alimentos pode ser encontrada no Brasil. O uso devido da terra arável tornaria o Brasil tão produtivo quanto qualquer nação do mundo" [31].

Wilbur Zelinsky, professor de Geografia da Universidade de Pensylvania, nos EUA, destacando a importância da área total, afirma: "Obviamente o tamanho de uma área também é importante. A mera extensão territorial capacita os Estados Unidos, a Austrália, a URSS, a China e o Brasil a encontrarem dentro de suas áreas a maioria dos recursos naturais de que precisam ou que desejam" [32]. Informa José Thomaz Nabuco que no Anuário Estatístico das Nações Unidas para 1965 é dito que nos países sul-americanos e no México, onde houve um crescimento demográfico percentualmente maior ocorreu o aumento do produto nacional bruto [31]. Comprova-se assim a tese de que o aumento da população é fator de promoção e não de entrave ao desenvolvimento econômico. A desigual distribuição das riquezas produzidas não invalida a tese, pois apenas faz ressaltar a injustiça social.

Em depoimento prestado em Brasília, na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, o Professor José Thomaz Nabuco declarou: "Não tem fundamento a argumentação do Banco Mundial de que os países de menor taxa de natalidade se desenvolvem mais rapidamente" [33].

Honrando-nos e valorizando nosso livro "Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil", Barbosa Lima Sobrinho diz no prefácio: "Mas, o que não posso deixar de perguntar é como os Estados Unidos, ou qualquer outra nação industrializada e poderosa

receberiam campanhas estrangeiras para reduzir, através de meios anticoncepcionais, os números de sua própria população. Não tenho dúvida de que reagiriam violentamente, sentindo-se ofendidos nos seus brios de nação autônoma. Não me digam que a hipótese é absurda, em face da prosperidade desses países, porque tanto é legítimo reduzir o número dos que vão passar fome, como dos que vão constituir as falanges de espoliação. É afinal o crescimento da população dos países ricos que explica o ímpeto e o apetite dos respectivos imperialismos. Mas, se eles não aceitam a intervenção estrangeira nesse domínio, que eu próprio considero incluído na faixa de decisão de auto-determinação dos povos, e que eles repeliriam como afronta e humilhação, como é que vamos admitir atitudes que valeriam também por uma renúncia aos nossos brios nacionais? Não faço essa pergunta aos que já esqueceram que nasceram no Brasil. Aos que identificam os interesses brasileiros com os interesses de outros países" [7].

Podemos afirmar que a quase unanimidade do clero católico brasileiro condena o controle da natalidade. D. Ivo Lorsheider, secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, declarou em fins de 1971: "As atividades da Bemfam constituem uma ofensa à dignidade da mulher brasileira. Desde fevereiro de 1971 a Igreja vem se preocupando com a filosofia criminosa da Bemfam, órgão de interesses obscuros, e com sua praxe no uso de métodos abortivos, realizados na classe mais pobre, e que contraria os interesses do País" [34].

O Itamarati tem se pronunciado de modo diametralmente oposto aos que defendem o controle da natalidade no Brasil, inclusive nos mais altos foros internacionais, através da palavra dos Ministros Magalhães Pinto, Mário Gibson Barbosa, dos Embaixadores Araújo Castro, Lauro Escorel de Morais, José A.D. Medeiros e outros. As autoridades investidas no momento de maior responsabilidades no planejamento e execução de medidas econômicas que conduzam o País a um maior grau de desenvolvimento, como os Ministros João Paulo dos Reis Veloso e Delfim Neto, respectivamente do Planejamento e da Fazenda, mais de uma vez têm se oposto com veemência ao controle da natalidade no Brasil, inclusive defendendo a tese de que precisamos de maior expansão demográfica, em reuniões do Fundo Monetário Internacional, contrariando frontalmente o Sr. Robert McNamara. Foi dito por grupo constituído de civis e brigadeiros de nossa Aeronáutica, em trabalho conjunto sôbre a Amazônia realizado em 1967 na Escola Superior de Guerra: "Guerra, sim, devemos declarar à restrição da natalidade, que impatrioticamente tem sido movimentada por alguns brasileiros e por muitos estrangeiros que distribuem pílulas anticoncepcionais aos milhões no Norte e no Nor-

deste"... "O Brasil com 85 milhões de habitantes pode conter com largueza 600 milhões" [35]. Em recente documento da Escola Superior de Guerra, intitulado "A Época Contemporânea — O Homem" — entre fatores considerados negativos é mencionado "o uso indiscriminado de meios anticoncepcionais, de efeitos anormais e até mesmo imorais, particularmente para a juventude" [36].

O General Augusto César Moniz Aragão ao passar para a reserva em agosto de 1972, despedindo-se de seus camaradas do serviço ativo do Exército, declarou em seu discurso que se sentia intensamente preocupado por verificar que as "vantagens conquistadas pelo gênio e o trabalho do povo brasileiro tornam o nosso País objeto de inveja, cobiça e cupidez de outros Estados, por tradição imperialistas e dominadores, ora agressivos ora sub-reptícios na maneira de agir" [37].

Não há de ser com anticoncepcionais e "planejamentos familiares" objetivando tão somente reduzir a natalidade no Brasil que iremos ter condições de reagir contra a "inveja, cobiça e cupidez" do imperialismo agressivo ou não, mas sempre ávido de abocanhar nossas fabulosas riquezas da Amazônia.

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, declarou: "Não será pela negação do Crescei e Multiplicai-vos que atingiremos o bem-estar material para nós e nossos desamparados patrícios, mas sim pelo árduo caminho do trabalho e da mudança de nossas estruturas econômicas e sociais naquilo que elas tenham de anacrônico e ultrapassado, pondo-nos a passo com as nações mais progressistas do universo e igualando-as em densidade de população, para o que se faz mister muitos e muitos berços e não pílulas esterilizantes"... "Se tomarmos os fios das diversas notícias chegadas quase diariamente sobre o tema veremos que, qual uma teia de aranha, vão elas nuclear-se em fontes estranhas à nacionalidade e as suas procedências étnico-culturais"... "Temos sob os olhos os dois pontos essenciais ao nosso futuro: de um lado a necessidade de braços para a indústria, único meio de igualar-nos às nações desenvolvidas e de criar um mercado interno adequado; de outro lado, a existência de imensas áreas vazias, não só na Amazônia como no restante do interior, em especial no Centro-oeste, num universo onde abundam nações superpovoadas, evidenciando a necessidade de sua ocupação, urgindo faze-la antes que outros tomem a si a tarefa" [38]. Reduzir nosso crescimento demográfico pela limitação da natalidade, sob quaisquer pretextos, é, sem dúvida, transferir traiçoeiramente a outros o que cumpre aos brasileiros patriotas executar. Em decorrência do repúdio brasileiro, inclusive oficial, ao controle da natalidade, a cota que nos caberia dos 140 milhões de dólares para o referido controle, que o Sr. Robert Mc-

Namara oferece através do Banco Mundial, [39] é perfeitamente dispensável.

Como brasileiros e cientistas, naturalmente sensibilizados pela grandeza e opulência do ambiente em que se reuniram, os professores universitários de Medicina Legal, os diretores dos Institutos Médico-Legais do Brasil e demais médicos legistas, em seu III Congresso realizado em Belém do Pará, de 24 a 29 de outubro de 1971, recomendaram por unanimidade em uma de suas resoluções conhecidas como "A Carta de Belém": "O impedimento do emprego de quaisquer medidas destinadas a cercear o aumento populacional, até que este atinja cifras compatíveis com sua vasta extensão territorial, com o ritmo de desenvolvimento do País e a segurança nacional". Em outra resolução, também aprovada unanimemente, os professores recomendaram: "A proibição do emprego do DIU (dispositivo intra-uterino), somente sendo permitido, a juízo médico, nos casos em que a gravidez ponha em risco a vida da gestante, quando se justificaria a prática do aborto terapêutico". E desta forma confirmam os mestres brasileiros de Medicina Legal que os DIU são abortivos.

Os países desenvolvidos da Europa, os Estados Unidos da América do Norte e o Japão, na Ásia, em consequência do acentuado desenvolvimento econômico, tiveram natural e considerável declínio de suas elevadas taxas de natalidade para níveis em torno de 15 a 20 por mil, em época na qual não existiam os anticoncepcionais para emprego em massa, nem se cogitava de reduzir populações, sendo desconhecida a expressão "explosão demográfica". Os neomalthusianos pretendem, atualmente, reduzir nossas taxas de natalidade não às custas do real auxílio a nosso desenvolvimento econômico, que tanto procuram frear, mas graças ao aborto, à esterilização das mulheres do Terceiro Mundo e ao uso indiscriminado, extensivo e intensivo de anticoncepcionais.

Prevê-se que o mundo deverá ter 6 a 6,5 bilhões de habitantes no ano 2000, o que ocorrerá em época de muito mais acentuada conscientização política dos povos do mundo subdesenvolvido. Os 70% que vivem em regiões hoje atrasadas e dominadas econômicamente, e que já começaram a arrebentar as algemas do neocolonialismo, serão no próximo século constituídos de muitos negros, mulatos, amarelos e mestiços diversos, cujo número grupos minoritários brancos pretendem reduzir. E aí se vê, também, o conteúdo racista odioso do neomalthusianismo que os antinatalistas supõem que possa passar despercebido.

Antes de terminar voltemos ao motivo central dessa palestra, ou seja, a defesa de nossa Amazônia. Vejamos o QUADRO VII:

Alienação de Áreas do Brasil a Estrangeiros

Estados e Territórios	Hectares vendidos
Acre	2
Amazonas	1.839.500
Pará	7.9938.071
Maranhão	1.787.110
Amapá	?
Roraima	232.915
Rondônia	?
Goiás	2.111.032
Mato Grosso	1.787.110
Bahia	5.610.623
Total	21.306.363

Fonte: Relatório da CPI da Câmara de Deputados sobre venda de terras a estrangeiros. Relator: Dep. Brigadeiro Haroldo Veloso

Os 21.306.363 hectares vendidos a estrangeiros correspondem a 213.063 quilômetros quadrados, dos quais 156.957 foram alienados na Amazônia brasileira. Os 56.160 km2 vendidos na Bahia, também a estrangeiros, correspondem a 10% da área total do Estado e certamente estão em região das mais ricas em chumbo e cobre e em minérios raros e estratégicos, cujo inventário nós ainda não fizemos. A área alienada é maior que os Estados do Paraná e Santa Catarina, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Pernambuco somados; Ceará e Rio Grande do Norte somados; Áustria, Hungria, Grécia, Bulgária, Portugal, Inglaterra e Gales somados e as duas Coréias. A área da Bahia vendida a estrangeiros é superior à de Sergipe, Alagoas, Estado do Rio, Estado do Espírito Santo, Suíça, Holanda, Bélgica, Albânia, Formosa e quase três vezes a área do Estado de Israel.

O historiador Maurice Crouzet, Inspetor-geral da Instrução Pública na França, em sua magnífica História Geral das Civilizações, ao se referir à densamente povoada Indonésia, onde em Java a densidade demográfica, em 1955, atingia a 386 hab./km2, não sugere o controle da natalidade como solução a ser adotada e, em vez de limitação da população aconselha: "E' preciso alimentá-la e aqui, como em todos os países subdesenvolvidos, a única solução é a modernização da economia e a industrialização" [40]. É desnecessário dizer que a extinção do latifúndio improdutivo está implícita na modernização da economia.

Finalmente desejamos reafirmar que prosseguimos ocupando nosso vasto território porque as crianças que nasceram em 1930/40 deram sua indispensável contribuição, intelectual e material, para construir Brasília, a Belém—Brasília, Furnas, Três Maria, Urubupungá, como já estão hoje empenhadas na construção da Transamazônica, da Santarém—Cuiabá, em Ilha Solteira e em outras obras, cuja realização teria sido impossível não fora a bendita "explosão demográfica" entre nós ocorrida naquelas décadas. As crianças que os antinatalistas, nacionais e estrangeiros, ingênuos ou não, querem impedir que venham hoje a nascer no Brasil, serão os jovens que em 1990/95 integrarão nossas Forças Armadas, que povoarão as cidades surgidas em consequência da abertura de novas estradas de penetração, defesa e ocupação de nosso País, que defenderão nosso mar territorial de 200 milhas, que aumentarão a nossa produção de bens de consumo e de produção a serem justamente distribuídos, que criarão e aperfeiçoarão nossa própria tecnologia graças a um maior número de universitários e de trabalhadores nas fábricas, minas e usinas. As crianças que o imperialismo neomalthusiano, "ora agressivo ora sub-reptício na maneira de agir", quer a todo custo e por quaisquer meios, mesmo criminosos e imorais, impedir que venham hoje a nascer no Brasil, serão os homens e mulheres que amanhã continuarão a nos assegurar, a preservar para nós a posse integral da Amazônia Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

1) Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Ano XX, n.º 142 de 1971) — Guanabara — Brasil.
2) O Estado de São Paulo — 16.11.71
3) Jornal do Brasil — 26.6.71
4) O Globo — 14.4.72
5) VAZ DA COSTA, Rubens — Crescimento Demográfico e Desenvolvimento Econômico: O Caso Brasileiro — Population Reference Bureau, Inc. — 3/69.
6) Jornal do Brasil — 3.10.70
7) ASSIS PACHECO, Mário Victor — Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil (no prelo) Paz e Terra.
8) Jornal do Brasil — 26.11.69
9) O Globo — 1.3.68
10) O Globo — 7.4.72
11) O Globo — 14.1.72
12) O Globo — 6.6.72
13) Jornal do Brasil — 2.4.71
14) Médico Moderno — Vol. 5, n.º 6 pág. 45 — setembro de 1965
15) IPP News — N.º 204, fevereiro de 1971
16) IPP News — N.º 205, março/abril 1971
17) Boletim da IPPF — Vol. 5.º nº 1, fevereiro de 1971
18) "SOBRE A PÍLULA" — IPPF, julho de 1971

19) O Globo — 24.6.72
20) O Globo — 26.6.72
21) Atualidade Médicas (AM), outubro de 1970
22) Médico Moderno, julho de 1972
23) POTTS, Malco'm — Control of Human Fertility — Les Cornets d'enfance — Vol. n.º 18, págs. 19/28, 1972.
24) La Planification Familiale et les Services de Santé — Rapport d'un Comité d'experts de l'OMS — Genéve, 1971 — Organization Mondiale de la Santé — Série de Rapports Techniques N.º 476.
25) Planejamento familiar continua idéia da BEMFAM contra aborto — PULSO, Ano 11, n.º 456, pág. 5, 1/7/1972.
26) PULSO — Ano 10, n.º 403, janeiro de 1971.
27) Jornal do Brasil — 10.12.71
28) Jornal do Brasil — 3.9.71
29) O Globo — 6.4.72
30) Jornal do Brasil — 9.2.68
31) Jornal do Brasil — 21.6.67
32) ZELINSKI, Wilbur — Introdução à Geografia da População — Zahar Editores, Rio, 1969
33) O Globo — 24.8.72
34) Tribuna da Imprensa — 2.12.71
35) SERRA DE MENEZES, Armando; PIMENTEL, Ruderico; FRAZÃO, M. R. Eugênio e FURQUIM WERNECK E. Jorge — Cruzada Amazônica — Documento da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra — 1967.
36) O Globo — 12.8.72
37) Tribuna da Imprensa — 10.8.72
38) FURTADO DE MENDONÇA, N. Lauro — A HUMANAE VITAE E A SEGURANÇA NACIONAL — Mar (Boletim do Clube Naval — Vol. 80, n.º 199 — págs. 44/48 — 1969).
39) Jornal do Brasil — 13.5.72
40) CROUZET, Maurice — História Geral das Civilizações (trad.) Tomo VII — A Época Contemporânea — 3.º volume, pág. 63 — 2.ª edição — Difusora Européia do Livro — São Paulo, 1960.

1.º *CICLO DE CONFERÊNCIAS AMAZÔNICA BRASILEIRA EM FOCO*

Sob os auspícios da Comissão Nacional da Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, realizou-se entre 1.º de setembro e 4 de novembro de 1972 o 1.º ciclo de conferências subordinado ao tema "Amazônia Brasileira em Foco".

Amplamente divulgado através de cartazes e noticiário dos jornais, o curso recebeu irrestrito apoio nos meios culturais e estudantis cariocas, tanto assim que ficaram inscritos, ao se encerrarem as matrículas, 129 alunos.

As palestras foram pronunciadas no salão nobre da Associação Brasileira de Imprensa, às sextas-feiras, das 18h30m às 19h30m. Foram os seguintes o elenco de conferencistas e os temas por eles abordados:

1 — Prof. Artur César Ferreira Reis, presidente de honra da CNDDA: "Ocupação da Amazônia e cobiça estrangeira".

2 — Prof. Aziz Nacib Ab'Sáber, professor do Dept.º de Geografia, da Universidade de São Paulo. "Relevo da Amazônia".

3 — Prof. Orlando Valverde, diretor do Comitê de Estudos da CNDDA: "Ocupação Agrícola da Amazônia".

4 — Dr. Mário Vitor de Assis Pacheco, secretário da Associação Médica do Rio de Janeiro: "Política Demográfica da Amazônia".

5 — Italo Falesi, diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias da Amazônia (Belém): "Solos da Amazônia".

6 — Prof. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, professor do Dept.º de Geografia, da Universidade de São Paulo: "Clima da Amazônia".

7 — Dr. Alberto Ruiz Eldredge, embaixador do Peru: "A Amazônia Peruana".

Das conferências do Prof. Ferreira Reis, do Dr. Assis Pacheco foram organizadas apostilas, cujos textos vão reproduzidos no presente número do boletim "A Amazônia Brasileira em Foco".

AMAZÔNIA, O ÍNDIO, RONDON

Francisco Braz de Araújo *

Muito já foi dito e escrito, sôbre a situação do índio, orientando-se como recuperá-lo e educá-lo, tendo sido feitos muitos esforços nesse sentido. Criaram-se zonas para civilizá-lo e equipes de homens conhecedores da mata, atingiram e estão atingindo lugares inacessíveis, onde só o índio dominava, para trazê-lo ao convívio do homem branco, do civilizado e os resultados até agora têm sido poucos, apesar dos ingentes esforços num trabalho árduo, cansativo e exasperante.

Muitas pessoas acham melhor destruir o índio, matando-o impiedosamente, como se fôsse um animal, o que não deixa de ser uma atitude criminosa, igual àquela que se aninhava no cérebro do paranóico Adolf Hitler, quando liquidava, em massa, judeus e não judeus. Pessoas lúcidas, humanas, não aceitam tal banditismo e situam-se na posição de defesa do índio, seguindo o mesmo caminho, trilhado no passado, pelo grande e inolvidável Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O seu sobrinho. General Frederico Rondon, que esteve recentemente na Amazônia, não gostou do que viu, dizendo que a Fundação Nacional do Índio é a grande ausente nos sertões amazônicos e acrescentava que uma única exceção positiva registrava com prazer: o dinamismo e abnegação do sertanista Orlando Vilas Boas, empenhado na atração de grupos de índios erradios na zona a ser cortada pela rodovia Cuiabá-Santarém. Lá também encontrou Leonardo Vilas Boas, irmão de Orlando, em plena faina de aculturação de índios do alto Xingu, o qual estava bem inspirado na doutrina do General Cândido Rondon, mas enfrentando grandes dificuldades, motivadas pelas distâncias dos órgãos da Funai, que deveriam apoiá-lo, contando quase exclusivamente com a FAB, que o visitava com os seus aviões. Ressaltou o General Frederico Rondon que a obra realizada pelos Batalhões de Engenharia de Construção é

---

* Representante da CNDDA, em Fortaleza.

surpreendente, daí opinar o General Frederico Rondon, pela volta da Fundação Nacional do Índio, ao Ministério do Exército, o que seria uma medida acertada, possibilitando a essa Fundação desempenhar melhor as suas funções no plano de integração nacional e desenvolvimento da Amazônia. Nenhum homem, no Brasil, seja militar ou civil, fez mais pela defesa do índio, do que o Marechal Cândido Mariano Rondon. Todo seu pensamento, durante anos, estava concentrado na missão, por demais pesada, em benefício do índio, fundando em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio, com o objetivo de educá-lo e integrá-lo à comunidade brasileira. Deixou o conforto do lar, as atrações das cidades embrenhando-se na selva bruta, sabendo das dificuldades que iria enfrentar, até mesmo a má vontade de grupos com responsabilidades no Governo, os quais, não acreditavam na sua altruística missão, admitindo sim, que ele iria se diluir no emaranhado da floresta, tendo fim inglório. Homem de ação e honesto, não se imiscuiu na política, porque sabia que esta, num país subdesenvolvido como o nosso, com grande percentagem de analfabetos, é deprimente no conteúdo e na forma, cujas diretrizes são manipuladas sob a inspiração de interesses mesquinhos. Rondon é sem exagero a estrela reluzente, sempre a brilhar no firmamento da solidariedade humana, pois, um homem que se decide a educar selvagens, com os quais iria ter constantes contatos, evitando não os matar, não os molestar, nem mesmo sendo atacado, como algumas vezes foi, é um homem excepcional, digno do culto que hoje se faz à sua memória. Os americanos quando marchavam desbravando o Oeste, com as suas Winchesters, armas rápidas, dizimaram os peles vermelhas, cometendo toda espécie de crueldades; e depois, embelezaram o feito em filmes, exibindo-os mundo afora. Lá não existia um Rondon. O próprio Thomas Jefferson, que assinara a declaração da Independência, a qual foi aprovada pelo Congresso, em 4 de julho de 1776, era senhor de escravos, tanto de negros como de índios. Negros e índios lutaram pela independência; vitoriosa esta, não foram recompensados em nada, o que viram foi o alastramento da escravidão, alastramento que deu origem à segunda revolução americana de 1861 a 1865. Se bem que Thomas Jefferson, movido por sentimento humanitário, tentasse liquidar com a escravatura, não o conseguiu porque os proprietários do sul o impediram. Lá, a raça era outra, considerava-se superior, sem supor que um dia o povo vietnamita mostrasse o contrário. Firmava-se em conceitos próprios, não admitindo miscigenação com o índio, só tolerando depois o negro, sem com ele se misturarem, porque queriam mão-de-obra barata; daí o terem ido buscá-lo na África, e, como o negócio não dera resultado, resolveram repatriá-lo, engendrando a hoje conhecida Repú-

blica da Libéria. Como o repatriamento também não dera resultado, poucos foram repatriados, uma grande quantidade permaneceu no país, e hoje representam 23.000.000. Aqui, nós não tivemos e nem temos problemas raciais, e nem preconceitos de nenhuma espécie, o que prova que somos um povo fraternal. Da mistura do índio com o branco e com o negro, formou-se a nossa raça. Foi um mal ou um bem? Foi um bem. O Brasil sempre recebeu e continua recebendo imigrantes de todas as raças, aqui se adaptam, constituem família e seus descendentes se vangloriam de serem autênticos brasileiros, e com razão. É o que se pode chamar a verdadeira terra da promissão. Até mesmo os judeus que têm sido perseguidos e escorraçados em todos os países, aqui vivem em paz, trabalhando e fazendo suas preces e orações nas sinagogas, cientes de que no nosso País, o sol nasce para todos, contanto que sejam dignos de si e da terra que os recebeu. Nós que somos o produto de mistura de raças as mais variadas, constituindo isso o fundamento de nossa grandeza, razão porque fomos capazes de, lutando, conservar a unidade de nossa Pátria, por isso, temos ainda hoje consciência de nosso valor e respeito pela vida humana, vendo no índio um ser humano como nós, sabendo de que neste imenso país que hoje se chama Brasil, quando era só floresta, o índio era o seu habitante primitivo, vivendo de acordo com seus costumes, cultura própria, no qual o sentido de liberdade se baseava no seu nomadismo, sem constrangimento. Em virtude de tudo que já foi dito, não podemos deixar o índio ao abandono e nem liquidá-lo. Com a Transamazônica, que será a estrada da redenção, cuja construção está chegando ao fim, todos os problemas serão solucionados, a curto e a longo prazo, incluindo-se o do índio. Com o índio e outros elementos que irão chegando, aumentaremos a nossa capacidade no aproveitamento racional das produtivas forças lá existentes. Nada mais desconcertante para uma nação do que procurar demonstrar no exterior que tudo vai progredindo, internamente, com o povo satisfeito, quando na realidade as coisas se apresentam de maneira diferente. Na opinião certa do Dr. Orlando Valverde, em artigo sob o título "O Drama do Trabalhador Nordestino na Amazônia Atual", publicado na revista Amazônia Brasileira em Foco, n.º 7: "O Brasil não poderá ser conceituado como nação, enquanto subsistirem, mesmo em partes mais remotas, relações de trabalho escravista". Ao Exército Brasileiro, que é o reflexo do povo, coube-lhe a glória de ter sido o iniciador da história do nosso país, conquistando assim, posição de destaque em todos os acontecimentos. Agora, o Exército, consciente de sua posição, deve junto com o povo, levar adiante a história, tendo como missão primordial a ocupação da Amazônia. Para que se tenha uma idéia

do quanto se torna necessária e urgente a ocupação, dos 120 mil militares que compõem o Exército, apenas 15 mil se encontram na Amazônia. De há muito, vem se cogitando da criação do 5.º Exército e se já tivesse sido concretizado esse projeto, o seu raio de ação por todo o imenso território da Amazônia, já estaria dando resultados, no relacionamento entre civis e militares, criando-se uma nova mentalidade: Moral, Cívica e Nacionalista. Para tristeza nossa, somos um país subdesenvolvido, dentro de um mundo interdependente em que alguns países já atingiram o máximo de sua capacidade técnica e científica, entretanto, nós ficamos marcando passo, pensando em milagres como se milagres solucionassem alguma coisa. É bom repetir: chegou a hora de nos apoiarmos nos nossos próprios esforços, desenvolvendo a nossa capacidade em todos os setores da atividade humana, acabando se com essa política de face hedionda que só tem desmoralizado a nação, e que por incapacidade entrava o progresso, conservando a ignorância, o atraso, a miséria, o cerceamento da liberdade, a injustiça, e onde há injustiça haverá desespero. Fixemo-nos, por um momento, no caso do Vietnã, um país com 330.000 km2 e 32.000.000 de habitantes, situado no sudeste da Ásia, uma região, rica e estratégica, que engloba 250 milhões de habitantes e que é a porta de entrada para os oceanos Pacífico e Índico — um país onde uma guerra não declarada, a mais cruel da história da humanidade, embora já tenha sido iniciado o seu fim com o cessar fogo, nos serve de valioso exemplo. Lembremo-nos da Amazônia, um imenso mundo virgem, de riquezas incalculáveis, no qual a cobiça internacional alimenta o desejo de um dia dominar, se reconhecer que não temos coragem e condições para defendê-la. Se pensarem assim, estão errado. Assim como no passado a memorável campanha de "O petróleo é nosso" deu resultados, não obstante o sacrifício de muitos patriotas, e a Petrobrás está aí para atestar o de quanto somos capazes, assim também o futuro da Amazônia é problema nosso e por nós será solucionado.

A Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, cujo presidente de honra é uma figura respeitável pela cultura e caráter, o professor Arthur Cezar Ferreira Reis, e como presidente o General Tácito Lívio Reis Freitas, já conhecido pela cultura, honestidade e convicção nacionalista, há muitos anos vem publicando uma revista: "Amazônia Brasileira em Foco", com raio de ação já em grande parte do território brasileiro, desenvolvendo um intenso trabalho de esclarecimento relacionado com os problemas da Amazônia. Pela verdade e os conceitos expostos na revista, desde o seu primeiro número, de autoria de brasileiros de altos conhecimentos e sinceridade de propósitos, cada dia a revista vai conquistando as simpatias

do povo brasileiro, o qual já adquiriu consciência de que o futuro do Brasil está ligado ao futuro da Amazônia, o que também demonstra o interêsse que esse mesmo povo tem pelas coisas sérias, já não admitindo que se faça distorção da verdade a serviço de interêsses contrários aos interêsses do nosso país.

Para se conservar vivo, no meio da luta, o homem tem que lutar, e esta luta é incessante, vem desde o começo da história da humanidade: nossa luta pela justiça e liberdade está ligada à sobrevivência da soberania de nossa Pátria, em cujo território se contém a nossa Amazônia, somente nossa!

DESAMPARO, A RECOMPENSA AO PEÃO ESCRAVO DA AMAZÔNIA

Luiz Paulo Coutinho e Rubens Barbosa
(Enviados especiais)

O peão que está derrubando a floresta mato-grossense, numa região maior que o Estado de São Paulo, ao longo dos vales do Araguaia e do Xingu, onde se desenvolvem grandes projetos agropecuários, senão chega a ser um escravo, potencialmente não está longe disso: sem condições de vida e trabalho, suor no corpo, malária no sangue, é simples instrumento de uma ocupação, na qual é o único herói e o mais desprezado fator.

Meses dentro da floresta, muitas vezes sem condições de sair, a não ser de avião, vive o peão na total dependência do seu empregador, o *gato*, empreiteiro, que pode explorá-lo à vontade. A espoliação vem diminuindo, mas quando ocorre, o peão não tem condições de lutar: na região não há um só funcionário do Ministério do Trabalho, e a justiça comum não está a seu alcance.

Seus empregadores não recolhem os encargos sociais, o peão foi transformado em autônomo, sem vínculo ou qualquer benefício previdenciário. Não há na região hospitais públicos ou escolas para seus filhos; a moradia ele a constrói na floresta que derruba; a malária lança permanentemente ao leito tosco ou à rede nordestina mais de 20% do contingente de 30 mil homens que trabalha anonimamente na região.

O quadro pode ser atenuado. Nas diversas fazendas visitadas, algumas já têm enfermarias, fornecimento de comida ao preço do custo, e umas poucas têm escolas e Mobral. O JB também percorreu as minerações de cassiterita de Rondônia, onde o homem desbravador recebe tratamento humano. Mentalidade para uma melhor assistência ao homem existe portanto na Amazônia. Falta regulamentá-la, torná-la obrigatória, fiscalizada, e não espontânea.

Em Barra do Garças, município de Mato Grosso que faz fronteira com Goiás, 121.936 km2 de área, dominado pelos rios Araguaia e Xingu, cujas bacias são divididas pela serra do Ron-

cador, localiza-se a quase totalidade dos 100 grandes projetos agropecuários da Sudam em Mato Grosso.

Ali está a maior concentração de peões, vinda do Nordeste, de Minas e de Goiás. Trabalham no desmatamento, o que se faz em ritmo acelerado, para que no lugar da floresta surjam grandes clareiras com postos de capim colonião, farto, viçoso, que vai alimentar o gado nelore, puro de raça, boi-divisa, a ser exportado pelo porto de Santarém.

Na cidade, muitas pensões e poucos peões, já que os *gatos* as percorrem diariamente em busca de mão-de-obra para as fazendas, as SA. Caminhões e até ônibus chegam também diàriamente trazendo peões para os *gatos* mais organizados, que têm redes de contato com mercadorias (transportadores) em regiões de farta procura e pouca oferta de trabalho.

FONTES DE MÃO-DE-OBRA

O Ceará já não é mais o grande fornecedor de mão-de-obra para o Centro-Oeste. A Polícia Federal está controlando o chamado êxodo ostensivo, e o cearense, como peão, caiu muito de cotação. O delegado Laudelino Coelho explica que quem contrata trabalhador é obrigado a qualificar-se na Delegacia da Polícia Federal em Fortaleza, explicar o destino dos transportados, apresentar a relação de nomes, qualificação, carteira de identidade de todos os trabalhadores e ainda a carteira profissional ou o contrato de trabalho de cada um.

Mas o controle não chega ao interior, onde prefeitos e delegados de polícia não se importam com a migração. O delegado do Trabalho, na seca do ano passado, dirigiu circular aos 142 prefeitos cearenses, pedindo providência contra os aliciadores. Obteve apenas cinco respostas, pois a saída de flagelados beneficiava as prefeituras, diminuindo a tensão social e as despesas de assistência.

Os prepostos dos *gatos* continuam agindo no Ceará. Agora não mais conseguem arregimentar grandes levas, pois os caminhões paus-de-arara são vigiados nas estradas. Burlam a vigilância enviando os trabalhadores em ônibus, em pequenos grupos. Essa limitação reduziu o êxodo, mas um segundo fator esfriou o ânimo dos *gatoss* os cearenses não são os nordestinos ideais para o serviço, pois gostam de fugir e fogem assim que chove na região de onde vieram. E o pior: têm filhos demais.

Belém funciona como entreposto de trabalhadores dos projetos agropecuários do Pará. As denúncias de trabalho escravo na região amazônica são constantes, mas até agora não existe um só projeto em tramitação sobre o assunto na Justiça Federal. O

problema quase sempre morre nos inquéritos realizados pela polícia civil, sem maiores consequências para o empreiteiro, que normalmente acaba convencendo as autoridades policiais que o *explorador* é o trabalhador.

O caso mais recente foi de quatro homens que chegaram a Belém para denunciar os métodos de trabalho na Fazenda Alacid, no Município de São Domingos do Capim. Narraram que tiveram de enfrentar pistoleiros para fugir da fazenda, onde mais de 100 pessoas eram mantidas sob trabalho escravo, e que duas pessoas morreram no tiroteio. Dias depois o empreiteiro José Rodrigues do Vale, responsável pela contratação, comparecia à polícia, negava as acusações e invertia os papéis.

Em Goiás há processos. Mais de 20, sobre tráfico de trabalhadores, já foram enviados à Polícia Federal, mas até agora nenhum dos indiciados sofreu qualquer punição. As autoridades culpam a legislação, que precisa ser reformulada, "pois a pena é a multa de Cr $0,50 a Cr$ 5,00, que jamais farão cessar o crime". Lembram ainda que, "para tranquilidade do aliciador, o delito é afiançável".

O trajeto rumo ao Centro-Oeste, os caminhões carregados de trabalhadores cortam Minas, onde a Polícia Rodoviária realiza uma severa vigilância. A providência é praticamente inútil: muitos vão por vontade própria e pagam suas passagens. A solução, embora ao arrepio das determinações superiores, é deixar que prossigam, pois seria desumano mantê-los retidos até legalizarem a situação ou faze-los voltar. Da ação da Patrulha Rodoviária em Minas, fica de prático apenas uma constatação: os nordestinos foram substituídos nos paus-de-arara, nos últimos anos pelos capixabas, que se destinam especialmente a Rondônia.

No primeiro contato do *gato* com o peão começa o endividamento do primeiro e um risco para o segundo. Se o peão vem num caminhão, o *gato* terá que pagar toda a despesa de transporte e alimentação da viagem ao transportador, mediante recibo. Se o apanha numa pensão, paga a despesa com a hospedagem.

A segunda fase do endividamento é um pequeno adiantamento que o peão sempre exige do *gato* para a compra de alguma coisa na cidade ou para gastar com mulheres. O risco para o *gato* é o do homem fugir — e como foge — para livrar-se do saldo negativo que o faria trabalhar na fazenda quase dois meses, sem receber vintém.

Na SA (fazenda) novas dívidas recebem o peão, pois vem limpo, só com a roupa do corpo. Para trabalhar, terá que comprar na cantina botina, roupa, foice, enxada, panelas, caneca, rede para dormir entre outros materiais, além da comida que lhe é fornecida semanalmente.

O saldo do peão só vem geralmente com dois meses de trabalho duro, e muitas vezes não vem nunca, dependendo da desonestidade que domine o ambiente de trabalho num projeto agropecuário. Fornecimentos com alimentação e material a preços que podem atingir de 10 a 30 vezes os seus custos tornam o peão um eterno endividado, o que pode ocorrer numa fazenda onde o *gato* tenha carta branca para fazer pagamentos e controlar a cantina. Dezenas de queixas existem na polícia contra este tipo de exploração. Nas fazendas organizadas, o *gato* está perdendo, de uns tempos para cá, esse controle, ficando o pagamento e o fornecimento a cargo do gerente, pessoa de confiança do grupo investidor que controla a SA de longe.

Nas fazendas organizadas, o trabalho é menos brutal, e o peão menos explorado, podendo até obter em tres meses um saldo de Cr$ 1.500,00, à base de Cr$ 500,00 por alqueirão derrubado (48.400m2).

SEM FISCALIZAÇÃO

O empreiteiro sempre existirá, porque a agropecuária, utilizando-o no sistema, foge do recolhimento dos encargos sociais das leis trabalhistas. Só é feito o recolhimento dos 8% do Imposto de Renda, nada mais. O contrato de trabalho, quando existe, é entre o peão e o *gato*. A agropecuária fica de fora. O empreiteiro (*gato*) não é registrado na Junta Comercial, não tem personalidade jurídica, não pode contratar legalmente ninguém, como o faz, para empreitadas de prestação de serviços.

Qualquer contrato deste tipo pressupõe o preço do serviço mais os encargos sociais que deveriam ser recolhidos pelo empregador, o que não acontece, porque não há na região um único funcionário do Ministério do Trabalho para coibir a prática.

O sistema funciona com a SA contratando a prazo fixo o empreiteiro para a derrubada e depois para o plantio do capim em algumas centenas de alqueires. O empreiteiro geralmente *contrata* subempreiteiros e estes reunem os peões necessários. O peão é então enviado para a frente de trabalho na floresta, distante muitas vezes dezenas de quilômetros da sede da fazenda. Lá tem sua área demarcada. Geralmente vai sozinho, sem família. Só à noite e na hora das refeições se reune com outros peões num barracão tosco, que eles mesmo ergueram para alojamento comum, feito com madeira da própria floresta, tendo a folha das palmeiras como cobertura. Nesse barracão há sempre um deles, o mais velho ou o mais doente, que faz a comida.

Uns poucos possuem rádios de pilha, seus companheiros na floresta, rádios potentes, três faixas de onda, que sintonizam o

Brasil e o mundo, via Embratel. E' o único luxo de uns poucos. O resto é provação: mosquitos, malária, animais ferozes, falta total de assistência médica. Uma crise de apendicite pode ser fatal, uma crise cardíaca o é quase sempre; uma dor de dente tem que ser penada vários dias, pois o contato com a fazenda é feito quase sempre apenas uma vez por semana e o peão terá que esperar que seus empregadores se disponham a enviá-lo a um hospital ou ao dentista num dos três centros próximos: Barra do Garças, Xavantina ou São Félix do Araguaia, onde há recursos, porém só particulares e caros, que o próprio peão terá que pagar.

Se não lhe pagam, se o enganam nas contas, se o roubam no fornecimento, se fica inválido ou cego, devido a uma perna esmagada por uma das árvores que derruba ou por uma mordida de cascavel, só tem a polícia como recurso, e assim mesmo se conseguir sair da floresta. Não há justiça trabalhista ou comum ao seu alcance. Os contratos não lhe dão direito a qualquer tipo de assistência hospitalar ou seguro de vida. Aleijado, terá que mendigar. Se morrer, será enterrado, lá mesmo, muitas vezes anonimamente, e nunca sua família saberá. Se for assassinado, idem, e muitos crimes foram cometidos na região.

Este quadro negro não é regra geral na Amazônia legal. Em muitos projetos visitados na região notam-se pontos claros. Em fazendas bem administradas e até em algumas que estão sendo implantadas, testemunhamos um esforço para a melhoria da situação geral dos peões. Nestas existem farmácias, enfermarias, algumas se apressam em enviar o doente grave ao hospital ou a curar-lhe a malária gratuitamente. Mas as doenças tropicais correm por conta das fazendas, as demais são pagas pelo peão, geralmente propício a toda a sorte de moléstias, pois o seu mal de base é a fome, que o acompanha desde o nascimento.

Poucas — raras mesmo — têm escola para os peões com filhos; algumas se preparam para organizar o Mobral. Muitas já não exploram no fornecimento, abatendo gado próprio para vendê-lo ao peão e até mantendo uma agricultura de subsistência para fornecimento a preço módico.

Esses claros têm-se ampliado porque os investidores, paulistas na sua maioria, antes omissos, desconhecendo totalmente o que ocorria nas suas fazendas, viram-se acusados de promover trabalho-escravo, de permitir crimes nas suas propriedades, e passaram há algum tempo a visitar seus projetos, a fiscalizar o tratamento dado ao peão, a proibir violência e exploração, lá colocando gerentes humanos e capazes, que afastaram os *gatos*, antes os todo-poderosos de uma fazenda, pois controlavam centenas de homens, tinham jagunços e impunham a sua força ao próprio gerente.

Porém, uma boa parcela ainda é de maus projetos, com vícios dos primeiros tempos do desbravamento. Cerca de 40% desses projetos estão parados, mantendo nas fazendas alguns poucos funcionários. Muito dinheiro dos incentivos foi mal aplicado ou desviado. A Sudam não fiscaliza nada.

Casos de exploração ainda ocorrem e continuarão ocorrendo. Na Fazenda Tangur, um empreiteiro deixou de pagar a 200 peões. Na Fazenda Roncador, idem, com 50 homens sem receber. Nas Fazendas São José e São Francisco, por falta de pagamento e abandono da gerência, 20 famílias estavam se alimentando apenas de palmito, o que levou o delegado de polícia de Barra do Garças, capitão Evangelista do Nascimento, a denunciá-las à Sudam. Na Fazenda Tapirapé, também abandonada, os peões comiam de favor numa fazenda próxima.

OS COMENTÁRIOS

De Barra do Garças a São Félix, passando por Xavantina, são 740 quilômetros de estrada de terra, arruinada pela falta de conservação, a cargo da Sudeco. Foi quase toda construída pela Fazenda Suiá Missu, a mais poderosa de todas as agropecuárias. Seu tráfego é de cerca de 150 veículos diários, só que a metade atola ou quebra pelo caminho, muitas vezes transportando gado que morre de sede e fome em cima dos caminhões, após cinco ou mais dias sem qualquer socorro. Só num dos atoleiros havia 20 caminhões com as rodas enterradas e, na boléia, o gado mugindo.

Numa das inúmeras pensões à beira da estrada, um grupo comentava sobre mortes de peões, geralmente fugidos das fazendas e perseguidos pelos *gatos* e seus jagunços: "Um peão há algum tempo apareceu boiando com os braços arrancados, no rio que cruza a Fazenda Araxingu". Segundo davam a entender, essas mortes ficam impunes, são atribuídas às feras, ou, quando muito evidentes, classificadas como legítima defesa.

— E ficam por isso mesmo, porque, sem família, sem ninguém que se interesse pelos processos abertos na Justiça, tudo é esquecido. Além disso, é difícil caracterizar um crime. O corpo geralmente não aparece; é enterrado na mata, e a falta de um peão quase nunca é tida como supeita, pois a prática de fugir das fazendas é fato comum, corriqueiro. Todos imaginam que o homem arribou, não que foi morto — explicam.

Recentemente, um *gato*, apelidado Louro Baiano, baleou dois peões que estavam domindo. Um morreu e outro ficou ferido. Foi preso, mas um mês depois estava solto por força de um alvará judicial.

Queixas contra as SA se sucediam: "Na Fazenda Santa Lúcia, me cobram Cr$ 3,50 por um cigarro Arizona, o mais barato" ou "me paga uma pinga, que a fazenda Colorado está sem pagar".

UM DEPOIMENTO

Pedro Carolino da Silva, 24 anos, natural de Pompeu, em Minas Gerais, que espera em Cuiabá ser contratado por outro *gato* para trabalhar no desbravamento, narra as peripécias de seu primeiro emprego, na Fazenda Novo Horizonte, em Mato Grosso.

Foi para lá com mais de 140 pessoa, vindas de todo o país. Recebeu gleba de 24 alqueires, para derrubar e roçar à base de Cr$ 225,00 cada um. No começo eram três na mesma área, mas um ficou apenas cinco dias. Em dois meses Carolino e seu companheiro João, tinham acabado a roçada e se preparavam para a derrubada. Aí apareceu o gerente, Eurico de tal, e disse que o contrato não era para 24, mas sim para 14 alqueires. Assim, os dois ficariam devendo à fazenda e teriam que trabalhar até pagar as contas.

Segundo Carolino, Eurico ameaçou: se não cumprissem suas ordens e tentassem fugir seriam mortos pelos guardas. A fazenda, sustenta o ex-peão, tinha patrulhas de oito a 10 homens armados que caçavam os fugitivos na floresta. Nunca trouxeram ninguém e afirmavam "que a onça tinha comido os fugitivos e deixara apenas a ossada".

Carolino conta que fugiu, levando farofa de carne, uma lata com água e uma faca de cozinha. Andou pela floresta uns 60 quilômetros, em busca da rodovia para Cuiabá. À noite, quando bebia em um riacho, foi localizado por um dos guardas, conhecido como Geraldo Mineiro. Carolino narra que implorou ao guarda que o deixasse ir, pois não devia nada à gleba. Geraldo, depois de muita conversa, mandou que ele sumisse mas que nunca contasse a ninguém que o havia deixado passar. Mais tarde Carolino chegou à estrada e conseguiu *carona* até Cuiabá.

No depoimento à polícia êle insinuou mas não chegou a afirmar que jagunços da fazenda praticavam execuções sumárias na floresta. Garantiu que o regime de trabalho era de semi-escravidão, e queixou-se de uma droga dada aos peões, que deixava todos "tristes, muito calmos, cabisbaixos e sem nenhum apetite sexual."

"GATO" AZARADO

Os *gatos* geralmente se afastam dos jornalistas, mas Elias Santana Sule, gaúcho de Alegrete, "estava muito indignado e cheio

de razão". Bradava contra 10 peões que *contratara*, pagando todas as dívidas de transporte, alimentação, e ainda adiantamento de uns Cr$ 150,00 para cada um. "Dei até cigarros Minister para esses excomungados, foram à zona pegar mulher e tomar cachaça às minhas custas. tratei-os como um pai, mas os canalhas fugiram". Ao seu lado, um jagunço forte, decidido, interrompeu: "Se pego um homem desses só não o trago de volta se for mais valente do que eu".

Mais calmo, Elias Sule, dava detalhes: "pela primeira vez vi por aqui uma *gata* vendendo peão no seu caminhão, que ela mesmo guiava. Veio de Santa Helena, Goiás, com 60 deles, mas só chegou aqui com 40, 20 fugiram. O nome dela é Messias Martins Abrantes e mora em Santa Helena, Hotel Bandeirante, na Rua Paulo Lopes, 104. Mulher dá azar."

Paguei pelos 10 homens que ela me entregou (gastos com passagem e alimentação) Cr$ 1.657,00, adiantei-lhes cerca de Cr$ 1.500,00 e coloquei-os na pensão, onde gastei mais Cr$ 700,00 Total, Cr$ 4 mil de prejuízos. Estou arruinado, porque o empreiteiro geral sempre fica com 50% do que a fazenda lhe pagará pela derrubada. Os outros 50% ele me dá, mas todo o pagamento aos peões correm por minha conta. Não sobra nada.

— Tem peão bom, duro, que dá conta do seu alqueire em menos de mês, chegando a ganhar, em três meses, limpo, de Cr$ 2 a 3 mil. Mas como tem peão salafrário que só pensa em fugir. Por experiência de 12 anos como subempreiteiro, afirmo que entre 100 peões, 30 não produzem nada e 20 fogem. Estes mesmos que fugiram, devem agora estar se aproximando de outro *gato* para enganá-lo também. E' por isso que muito *gato* perde a paciência e os pega de jeito. Acaba indo para a cadeia, mas quem foi desonesto, o *gato* ou o peão?

INVALIDEZ

No lugarejo de Guedilândia, o caso mais comentado era o de um peão irremediavelmente inválido de uma perna, andando de muleta. Chama-se Domingos Alves do Nascimento, 28 anos, maranhense. Conta que uma árvore caiu sobre sua perna, ao derrubá-la. Fratura exposta. Não foi bem tratado pela Fazenda Sete Barras. Seu irmão é que o hospitalizou dias depois, mas sem êxito no tratamento. Não mais pode trabalhar. Vive de favor e da bondade alheia. A muito custo conseguiu entrar com um processo contra a fazenda, mas a justiça é lenta em Barra do Garças e nem o saldo do seu trabalho, que deixou na fazenda, lhe foi pago.

GRANDE INVESTIDOR

A Fazenda Suiá Missu é a mais poderosa da região e tida como a maior do mundo no seu gênero. São 577 mil hectares, ou 250 mil alqueires. Em Barra do Garças, a Prefeitura municipal se orgulha em proclamar que o Papa Paulo VI investe no seu município. E' que a fazenda pertence ao grupo da Liquigás, controlado pelo Vaticano. Já tem 36.600 cabeças de gado em 16 mil alqueires gramados. Este ano vai derrubar mais 4.500 alqueires, utilizando 1.800 peões. Ano que vem mais 8 mil alqueires, pretendendo chegar em poucos anos a 150 mil cabeças de gado.

A sua sede já é uma pequena cidade: campo de pouso, escola, farmácia, enfermaria, armazém, pensão, consultório para médico e dentista, que fazem três visitas semanais, ruas drenadas e arborizadas, oficinas, alojamentos para o pessoal permanente e administrativo. Tem um porto próprio e vai montar um grande frigorífico.

Nem com toda esta organização, a fazenda consegue — segundo afirma seu administrador, Sr. Paulo Pinto — manter o peão, "um andarilho nato, que tem doença de andar. Dos 867 peões da última derrubada, só 100 permanecem aqui à espera da próxima".

Em outra fazenda, a Bordon, do grupo paulista proprietário de frigoríficos, o desmatamento está no início. O gerente, José de Oliveira Resende, não pôde atender. Estava tremendo sob três cobertores. Com ele, 40 dos 600 peões da fazenda estavam com malária na enfermaria, quase todos deitados em redes — não se acostumam com a cama que os enfermeiros oferecem. Estavam bem tratados, com soro, injeções e outros remédios.

Como a Suiá Missu, a Bordon dispensou os *gatos*. Forma times de 10 homens e um deles é escolhido por eles mesmos para ser o empreiteiro. Com isso, todo o controle é da fazenda, que faz os pagamentos a cada um, e o fornecimento ao mini-empreiteiro, semanalmente. A comida não é explorada: carne a Cr$ 3,50 o quilo, e arroz plantado na fazenda, a Cr$ 50,00 o saco de 50 quilos.

DIA DO PAGAMENTO

Quando é dia de pagamento da Suiá Missu, a cidade de São Félix do Araguaia vive momentos de apreensão. Os peões chegam em grupos. Passaram três meses, no mínimo, dentro da floresta, só pensando em mulher e em cachaça. No último pagamento a 867 peões, a Suiá gastou Cr$ 1.200 mil. Cada um deles vem com pelo menos Cr$ 1 mil no bolso, e gosta de exibir di-

nheiro, lançando-o sobre as mesas dos bares. Mulheres e regatões vêm de todos os lugares para esperá-los, metade da área urbana da cidade vira prostíbulo ou feira-livre de bugigangas.

E começa a orgia. A maioria se enfia nos prostíbulos, onde são estimulados a beber até que as prostitutas metam a mão nos seus bolsos e lhes tirem todo o dinheiro, lançando-os na rua. Este homem, que tanto pensou em mulher, na solidão da floresta, quase sempre volta sem ter tido nenhuma; volta sem vintém ou se encosta numa pensão à espera de um *gato* que venha levá-lo, pagando sua dívida.

Aí está a realidade deste homem desassistido, desorientado, analfabeto, alguns foragidos da polícia ou das próprias famílias, que foram abandonadas à míngua em terra distante. E isso não acontece com apenas 50 ou 100 deles. Pelo menos 70% perde todo o dinheiro que ganhou nos três meses de vida infernal na selva, tremendo de malária, enfrentando as feras, em apenas dois dias.

Quando se lhes indaga por que não juntam algum dinheiro, a resposta é outra pergunta: "Prá que moço? A floresta esmaga a gente — responde um paraibano, José Francisco Maia, de 28 anos. Essa terra não é do homem, é do boi. Só uns poucos boiadeiros vão ficar aqui para levar o boi para o matadouro. Por isto gasto tudo, essa terra não é para mim."

EM RONDÔNIA

Uma clareira aberta na imensidão da floresta, local ideal para um campo de concentração de trabalhadores — o avião é praticamente o único meio de transporte — causou surpresa pelo contraste com a região das agropecuárias. Vimos confortáveis acampamentos, casas de madeira com dois quartos, teladas contra os mosquitos, escolas funcionando, enfermarias curando a malária, salário baixo — Cr$ 250,00 para um braçal — mas a comida, hospitalização e tudo mais é gratuito. Regime CLT, todos com carteiras profissionais, 13º salário, férias.

Alguns têm até cinema aos domingos, quadras de esporte e muita organização. São os acampamentos das companhias estaníferas de Rondônia, às margens dos rios Candeias e Madeirinha, onde máquinas gigantescas, dragas, fazem o trabalho de mil garimpeiros cada uma para a extração da cassiterita. Visitamos os acampamentos de São Domingos (em implantação) e de Oriente Novo, onde estão trabalhando mil homens, e onde há um exemplo de mentalidade nova em relação ao desbravador.

A maior de todas as estaníferas é a Araçazeiro, do grupo Itaú-América, consorciado com uma firma americana. Há também o grupo da Aripuanã, com acampamento em Igarapé Preto, e o grupo

da Mibrasa, do milionário boliviano Patiño, além de outros menores, todos com a mesma mentalidade, investindo no homem, tratando-o com dignidade.

OMISSÃO

Os órgãos federais e estaduais da Amazônia não estão preparados para o surto de progresso e colonização da área. O INCRA tem a mesma estrutura de antes e não possui sequer levantamento das terras devolutas, o que está provocando crises entre proprietários e posseiros. O Ministério da Saúde é o grande omisso da Amazônia. A malária fez voltar colonos paranenses, catarinenses e gaúchos, que traziam mão-de-obra qualificada. Outros grupos não virão, só o peão rude suporta ficar.

Já o Ministério do Trabalho teve que optar entre omitir-se ou agir. Foi obrigado à primeira alternativa. Se fosse fiscalizar o trabalho nas agropecuárias, 90% do contingente de peões que ali trabalham seriam impedidos de fazê-lo por falta de documentação, e isto arrasaria toda a política de ocupação e colonização da Amazônia.

O delegado regional do Trabalho, em Cuiabá, Sr. João Bem Dias de Moura Filho, reconhece que é totalmente ilegal o sistema de trabalho nas agropecuárias. Culpa o investidor, que por omissão desconhece tudo o que ocorre nas fazendas.

— A situação melhoraria com a criação de um cartão de trabalho, válido apenas para as frentes amazônicas, onde o peão daria o nome que quisesse, mesmo falso — há muitos foragidos da polícia — fotografia e impressão digital. Haveria três cópias: uma para o peão, outra para o Ministério e outra para a polícia. Com isso passaríamos a controlar a entrada de peões nos postos de triagem, das estradas, fiscalizar as fazendas e organizar o trabalho na região. Contudo, o Departamento de Mão-de-Obra vetou a idéia, "por ferir dispositivos legais."

A colonização da Amazônia, sua ocupação, as estradas que rasgam a região, os investidores vindo de toda parte para aplicar bilhões, os incentivos fiscais, tudo isso é um fato novo que carece de uma infra-estrutura. A Amazônia não tem técnicos em níveis médio e superior, e que jamais irão para lá sem salários compensadores.

A solução estaria num regime CLT, ou ainda nos *campus* avançados das universidades, ou ainda num regime especial de estágio de universitários que, bem pagos, passariam de seis meses a um ano na região para organizar hospitais móveis, fazer levantamentos de terras devolutas, organizar um ensino orientado para a agri-

cultura e pecuária, planejar as cidades e projetar seus serviços básicos. Há campo na Amazônia para todos os grupos universitários.

Segundo a pequena elite de médicos, engenheiros, funcionários públicos e militares, que lá trabalham, a Amazônia já precisa de uma mesa-redonda com dimensões relativas ao seu tamanho — 60% do território nacional. Nela seriam debatidas leis, regulamentos e medidas especiais, que não podem continuar a ser ditadas por legisladores e burocratas do Centro-Sul, que jamais vieram à região e vivem numa outra realidade — 26% do território nacional e 83% da renda do país.

Nessa mesa-redonda de debates haverá lugar suficiente para que nela se assente a pequena elite de técnicos que hoje vive na Amazônia. Eles terão muito o que falar e sugerir. O Governo, seus executivos e os investidores do Rio, São Paulo e Brasília, terão muito o que ouvir.

(Transcrito do JORNAL DO BRASIL, de 22-4-73)

CONTRABANDO LEVA AS TONELADAS O OURO DO PARÁ

Rangel Cavalcanti
(Enviado especial)

Itaituba, Pará — Pelo menos duas toneladas de ouro, avaliadas em Cr$ 20 milhões, estão desaparecendo todos os meses na região aurífera do Pará, através de uma complexa rede de atravessadores e contrabandistas, apoiada por aeroportos clandestinos e pela violência, que leva o metal para o exterior e para o Sul do país, sem pagar impostos e sem autorização para negociar no ramo.

No município de Itaituba, o centro principal dos garimpos no Pará, está a sede do contrabando do ouro. Ali, nada menos de 26 aeroportos clandestinos já foram denunciados, enquanto se estimam em mais de 100 os demais, espalhados pelas selvas, só conhecidos dos pilotos de confiança dos garimpeiros e dos contrabandistas que operam na área com ramificações na Bolívia, Venezuela, Colômbia e Paraguai.

UM MISTÉRIO ESTRANHO

Ninguém consegue seguir a pista do ouro de Itaituba, embora as autoridades da receita federal não façam segredo sobre os cálculos atuais de produção e sôbre o volume que é legalmente registrado. E' o mistério menos misterioso que existe, embora seus desdobramentos — as operações de contrabando — permaneçam protegidos pela grandiosidade da selva, pela extensa área do município — 165 mil km2, maior do que o Estado do Ceará, e principalmente pela violência, ainda característica da dura atividade do garimpo.

Para se faiscar ouro — assim se chama a atividade — é necessária uma autorização especial, mas a grande maioria dos faiscadores de Itaituba trabalha clandestinamente. Tanto assim, que dos 6 mil garimpeiros existentes no município, apenas 386 haviam se registrado legalmente para a atividade, segundo os dados do Posto da Receita Federal naquela cidade, encarregado, com

garimpeiro, de emitir o documento. Esses 6 mil garimpeiros, somados a um número desconhecido de aventureiros que buscam ouro desordenadamente pelas barrancas dos rios Crepori, Jamachin, Tapajós e outros, podem elevar a quase 10 mil o número de trabalhadores. E ninguém tem condições de ir até eles para exigir uma regularização da atividade, tanto pela dificuldade de acesso como pelo perigo de vida. Muitos deles são criminosos do Nordeste, que chegam à mata sem qualquer documento, ambientados na violência, e por lá ficam. São criminosos do Nordeste, que chegam quando vão gastar alguns quilos de ouro em farras que só terminam na última grama do pó amarelo.

O OURO

Embora seja unânime a opinião de que o ouro está diminuindo, o complexo de rios de Itaituba ainda fornece o grosso da produção da Amazônia. Até cinco anos atrás, quando um garimpeiro encontrava duas vezes mais ouro do que hoje, a febre era maior. Como o ouro ali é todo aluvional, encontrando-se misturado ao cascalho, e não em filões, a cata é parecida com a do diamante, na base da batéia para lavagem, apanhando o faiscador as pepitas ou pequenos grãos em meio à terra e ao barro.

Um garimpeiro — faiscador — consegue entre 10 a 15 gramas de ouro por dia nos garimpos de Itaituba. Retirada a margem dos que não trabalham por causa das crises de malária, filariose e outros males — entre os quais a cachaça — calculada em menos de 20 por cento (já atingiu a 50 por cento), a produção ao final de um dia é de aproximadamente 70 quilos, o que dá 2 100 quilos por mês. E esse ouro desaparece como que por encanto.

O QUE PAGA

Desses 2 100 quilos de ouro, menos de 110 são registrados legalmente e pagam imposto através da Agência da Receita Federal em Santarém ou do Posto de Itaituba. Wilson Fonseca, um hábil agente fiscal que dirige a agência de Santarém, revela que pela sua repartição passam mensalmente entre 20 e 40 quilos de ouro, que pagam imposto único sobre minerais com alíquota de apenas 1 por cento. Já em Itaituba, o escriturário Paulo Galvão, chefe do Posto da Receita Federal, também registra 30 a 40 quilos por mês, tendo quebrado todos os recordes quando recolheu, num só mês, imposto sôbre 90 quilos. Todo o ouro restante desaparece nos caminhos do contrabando.

Segundo Wilson, ninguém paga impostos sôbre o ouro naquela região, a não ser as empresas realmente estabelecidas para a

compra, que precisam de documentação para despachar o produto para São Paulo. O comprador, em geral, foge da Receita Federal, não só por causa do imposto, que é muito baixo, mas para que não possa depois ter que explicar o que fez com o metal. Não existem meios de uma fiscalização mais intensa. Santarém dispõe de uma agência da Receita Federal com um agente e dois funcionários, que cuidam da movimentação de 12 mil documentos por mês, além de assistirem a 6 mil declarações do Imposto de Renda. Não possuem meio algum para uma fiscalização de campo. Em Itaituba, onde o ouro tem seu centro, a situação é pior. O posto da Receita é uma casa velha, cedida pela Prefeitura, de frente para o Rio Tapajós, com duas dependências apenas, numa das quais dorme o chefe, não dispondo nem de sanitário. Paulo Galvão, o chefe, é praticamente chefe dele mesmo, e o seria se não fora uma mocinha que o ajuda nos serviços menos importantes. Ele não tem transporte e nem meios, nem mesmo para visitar um garimpo, quanto mais para uma fiscalização atuante no mercado do ouro.

CAMPO LIVRE

Sem serem molestados pelas autoridades, os contrabandistas do ouro têm o campo livre para agir no imenso município de Itaituba. Uma frota de quase 50 aviões pequenos voa a todo o instante de Itaituba para os garimpos e para Santarém, realizando alguns deles os vôos misteriosos que duram dois ou três dias, sempre explicado como pane, etc. Eles são os pombos-correio do ouro. Alguns desses pilotos conhecem as rotas dos aeroportos clandestinos e podem deixar Itaituba rumo a qualquer local da Venezuela, Paraguai, Bolívia ou Colômbia, sempre apoiados por uma rede de pistas nas selvas para reabastecimento e emergências, pistas essas que não constam de qualquer carta aérea oficial. O caminho predileto é o de Mato Grosso, de onde saem para o Paraguai. Ou seguem pelo Amazonas, rumo à Venezuela. O barco é também um excelente meio de contrabando, levando o ouro através de Santarém, para Manaus, de onde ele segue ainda pelo rio até as fronteiras da Colômbia, ou é repassado para os transporte aéreo rumo à Venezuela. O Acre também é uma das saídas, dando portas para a Bolívia. Nesses países o ouro é então negociado no mercado internacional.

Um relatório reservado apresentado pelo chefe da Agência da Receita Federal em Santarém, ao Ministério da Fazenda, indicava os dois tipos de contrabando de ouro existente: o interno e o externo. Os levantamentos realizados mostram que apenas uma pequena parte do ouro é contrabandeado para dentro do Brasil, já que uns 200 quilos por mês são consumidos por fabricantes

de jóias do Sul, algumas centenas de gramas pelos ourives de Juazeiro do Norte e outras praças artesanais. Esse contrabando é feito em pequenas doses, com pessoas levando em geral de 10 gramas a meio quilo, nos bolsos, já que o ouro é fácil de carregar às escondidas. Um quilo de ouro dá uma barra menor do que uma carteira de cigarros.

OURO E DÓLAR

Wilson é um estudioso dos problemas do ouro. Ele conta como o ouro desapareceu mais rapidamente da área paraense, durante a crise do dólar. Investidores internacionais, temendo pela moeda americana, cuidaram de comprar diretamente o ouro. E com isso milhares de quilos saíram de Itaituba e foram parar no golfo Pérsico, onde, segundo ele, está o mercado do chamado "ouro sujo". Ali ninguém quer saber a origem do metal, que, depois de mudar de mãos adquire *respeitabilidade* e é levado para a Europa. Nesses últimos três anos a grama do ouro subiu de Cr$ 4,50 para entre Cr$ 10 e 11, mas na crise do ouro chegou a Cr$ 13 e 14,00 pelo excesso de procura. E nenhuma grama de todo o ouro levado para o exterior passou pela Receita Federal para pagar impostos, mediante a emissão da nota fiscal.

Um mecânico de aviões testemunhou muitas vezes o transporte de dezenas de quilos de ouro acondicionados em latas de leite em pó. De uma só vez viu 16 dessas latas, contendo cada uma quatro quilos, que foram transportados para Itaituba, tomando rumo ignorado depois.

UMA ESTRUTURA

Arquimedes é um cearense cuja origem exata é desconhecida. Ele é dono de vários garimpos em Itaituba e em Mato Grosso e possui a maior estrutura de toda a região. Tem oito aviões monomotores, que voam milhares de quilômetros por semana para todos os pontos do Estado, sem um controle eficiente, pois nem a FAB nem a DAC podem manter registros de todos os seus pousos e decolagens, a não ser quando feitos em Santarém ou Itaituba. Na área dos garimpos e nos campos de pouso clandestinos tudo é mistério. Nos garimpos o campo de pouso, geralmente distante da área de fiscação, é sempre de propriedade do dono da mina, e ali só desce avião mediante sua permissão prévia. E assim mesmo eles cobram taxas as mais absurdas, de embarque e desembarque. Cada pessoa paga Cr$ 30,00 a Cr$ 40,00 para desembarcar, e a mesma importância para embarcar de novo. O avião paga a taxa de pouso de Cr$ 150,00 e ainda existe uma

taxa de Cr$ 0,30 por quilo de carga, bagagem ou qualquer mercadoria transportada.

Nenhum piloto em Itaituba quis viajar com o repórter, sob fretamento, até um dos garimpos do Arquimedes — o mais próximo dista mais de uma hora de vôo —, todos alegando outros compromissos, pane no motor ou outra desculpa. O próprio Arquimedes desapareceu quando o procurávamos, em mais uma de suas misteriosas viagens pelo interior, que duram muitos dias e não se sabe por qual roteiro. Ele tem uma das maiores produções de ouro do município, vendendo parte, bem pequena, a empresas de São Paulo que mantêm compradores ali. O resto, não explica para onde vai. Mais quatro dezenas desses aviões — de Arquimedes ou não — estão por toda a parte nos céus de Itaituba, fazendo rotas misteriosas. Alguns levam abastecimento aos garimpos, muitos dos quais de acesso tão difícil que são obrigados a lançar as mercadorias do ar, pois é impossível o pouso do mais leve dos monomotores. Guias especiais entram mato a d e n t r o periodicamente para a busca do ouro faiscado.

As autoridades da Receita não podem fiscalizar os garimpos. E os dois agentes explicam algumas das razões: primeiramente, seria necessária uma estrutura de transportes e de homens tão grande quase um exército, para vasculhar os 165 mil km2 de selva somente do município de Itaituba, onde vivem cerca de 20 mil habitantes. O custo dessa operação, em caráter permanente, seria em muito superior ao valor do imposto sonegado. Em seguida, há a questão da violência. O homem do garimpo não "zela pelo ouro", como diz Wilson Lima. Ele se tornou animalizado pela vida no mato, vendo a cidade apenas uma vez por ano, quando muito. Trabalha de sol a sol num clima de violência e medo, atacado pelas moléstias mais graves, especialmente a malária, filariose e hepatite, que os vitima com crises periódicas. Nunca ficam ricos, e não hesitam em matar por algumas gramas de ouro. Não se pode calcular quantos homens estão enterrados nas matas de Itaituba, mortos em brigas pessoais ou pelos próprios donos de garimpo, em tentativas de furto. Eles ganham, quando não atuam por conta própria, duas gramas de ouro por dia, tendo que entregar tudo o que produzem ao dono do garimpo, que corre o risco de nada encontrar. Esse ouro é consumido pelos preços absurdos dos gêneros fornecidos pelo proprietário, que chegam a custar 10 vezes mais do que nas cidades. São escravos que não admitem deixar a terra aurífera e estão prontos para enfrentar as autoridades.

O escriturário Paulo Galvão, em Itaituba, revela que pode pedir até o auxílio do Exército para ir em busca do ouro sonegado. Mas, explica, uma tropa do exército não pode ficar permanentemente em Itaituba. Quando ela for embora, quem a trouxe estará

condenado. Ele hoje espera apenas uma oportunidade para ser transferido para Belém ou uma cidade próxima, deixando a região do alto Tapajós.

Não adianta nem mesmo colocar um fiscal permanente em cada garimpo. Dentro de pouco tempo ele morre, caso não se bestialize vivendo naquele meio e não adira aos métodos ali praticados, de violência, corrupção e crimes.

FORA DO MUNDO

Os garimpos estão praticamente fora do mundo. Existem pelo menos uns 20 deles mais ou menos organizados, e mais uma centena de "pontos de faiscação", todos produzindo ouro, se bem que em níveis baixos, pois a mecanização não existe. O mais audacioso engenho ainda é uma batéia mecânica, usada por uns poucos garimpeiros, mas que não tem dado rendimento ideal. Esse aparelho, fabricado em Brasília, é vendido pela Fundação de Assistência ao Garimpeiro, uma entidade que praticamente nada pode fazer para melhorar o negócio do ouro e os seus agentes.

De todos os garimpos existentes, a Fundação, que é órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, assiste diretamente a cinco. Ela leva, periodicamente, médicos e dentistas até os garimpos Crepori, São Domingos, Água Branca, Jacareacanga e Cuiú-Cuiú, enquanto um enfermeiro faz ponto por lá para tratamentos de urgência. Instalada numa casa de madeira confortável, em frente ao aeroporto de Itaituba, a Fundação vive em luta surda contra os donos de garimpos, que não gostam do seu trabalho. Primeiramente porque ela não admite os campos de pouso privados e força a liberação deles ao tráfego de todos. As resistências são muitas. Por outro lado, uma cooperativa de garimpeiros, funcionando no prédio da Fundação, compra ouro dos faiscadores para revender, o que não é legal, já que lhe falta autorização para funcionar como negociadores do metal. Mas a Receita Federal não cria problemas maiores, pois assim consegue controlar alguma parcela do ouro, que é vendido através de concorrência pública e paga imposto.

DIFÍCIL

Atualmente a Fundação possui 30 quilos de ouro no seu cofre e ninguém quer comprar. A concorrência foi aberta sem aparecerem os licitantes. Esses 30 quilos são o resultado de três meses de compras. E a falta de compradores mostra perfeitamente que o mercado ativo é mesmo o clandestino.

Os compradores de ouro estão por toda parte, sempre discretos e cheios de dinheiro. Irã Gonçalves, um maranhense, chegou

sem nada a Itaituba. Já garimpou, e hoje é dono de um salão de sinuca e bar, o Taco de Ouro. Ele também compra ouro em pó dos garimpeiros que aparecem ali para gastar as gramas apuradas na bebida e na sinuca, antes de irem diretamente para o meretrício. Ele tem conhecimento da ida do ouro para o exterior, através dos aviõezinhos e dos barcos, mas prefere ficar calado. Já o índio mundorocô, Pedro, educado na missão do Cururu, com a cabeça cheia de cachaça, conta que já viu aviões de vários tipos, sem qualquer identificação, voando pelas proximidades dos garimpos, na missão de apanhar ouro. Elói Xavier é outro que espera ficar rico. Abandonado por uma empresa empreiteira da Transamazônica, que quebrou e deixou os empregados à míngua, ele entrou no garimpo, e em poucos dias estava em Itaituba para gastar as primeiras 80 gramas de ouro, que vendeu a Irã.

Na cidade apenas um estabelecimento comercial está montado para a compra de ouro, finalidade bem expressa na pintura da parede lateral, oferecendo os melhores preços. São firmas paulistas que usam o escritório para a compra legalizada, cujo volume é mínimo. O resto é vendido em vidrinhos de penicilina a quem der mais, a preço que gira entre Cr$ 10 e Cr$ 13,00 a grama.

UMA INDÚSTRIA

Além de sustentar o contrabando grosso para o exterior, Itaituba também fornece a matéria-prima para as fábricas de jóias no país, a maior parte sem legalização, que possuem uma rede nacional de vendedores, a maior parte formada de donas-de-casa, que vendem a prestações, com os cartõezinhos introduzidos pelos sírios no Brasil. Mas o volume dessas compras não é muito grande, principalmente porque as fábricas misturam o ouro com cobre, para reduzir-lhes a maleabilidade.

As principais fontes do ouro são os garimpos Crepori, São Domingos, Creporizinho, Água Branca, Jacareacanga, Cuiú-Cuiú, Camarão, Jirimum, Isaias, Paraibinha, Meira, Apolônio, Grota Rica e Germano, localizados às margens dos rios Jamanchi, Crepori e Creporizinho que são os maiores produtores. Os demais espalhados por todo o município, são meros aglomerados de homens e violência, cada um buscando para si o ouro que nunca os torna ricos.

Festa nos garimpos só ocorre quando o dono leva algumas meretrizes para uma semana de "assistência" aos garimpeiros. Aí, cobrando 10 a 15 gramas de ouro por um "amor", elas dão alegria aos homens e voltam com centenas de gramas de ouro para vender em Itaituba. A cachaça, proibida, mas não controlada pela Fundação, completa os prazeres dos faiscadores.

SEM CONTROLE

Falta toda uma estrutura de controle em Itaituba. A Receita Federal dispõe apenas de um homem, a FAB agora está criando ali um destacamento, não há controle dos vôos e nem se conhecem os aeroportos existentes no interior. A presença de estrangeiros é comum na cidade, vindos não se sabe de onde, sem que nem mesmo a polícia exerça uma vigilância. No Hotel Calderaro, o menos ruim da cidadezinha, o hóspede apenas anota o nome, profissão e endereço, num velho caderno Avante, sem mostrar identidade. E os contrabandistas ainda contam com a ajuda da natureza, pois o Tapajós acima de Itaituba deixa de ser navegável, pondo o avião como meio principal de transporte.

E, enquanto as autoridades não descobrem um meio de fiscalizar e controlar a faiscação e os garimpos, duas toneladas de ouro desaparecem todos os meses pelos caminhos do contrabando, saindo de Itaituba para o exterior, sem pagar um centavo de imposto e sem qualquer controle estatístico, criando novas fortunas que o Imposto de Renda não conhece até hoje.

(Transcrito do JORNAL DO BRASIL de 3-9-72)

ÍNDICE

Pág.

OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E COBIÇA ESTRANGEIRA — Arthur Cezar Ferreira Reis 7

ECOLOGIA DA PAISAGEM E AGRICULTURA RACIONAL NA AMAZÔNIA — Dr. Harold Sioli 19

A TRISTE HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO INDÍGENA — Mário Chimanovitch 28

A CONTRADIÇÃO ENTRE A OCUPAÇÃO E DEFESA DA AMAZÔNIA POR BRASILEIROS, E UMA POLÍTICA DE LIMITAÇÃO DA NATALIDADE — Dr. Mário Vítor de Assis Pacheco 48

1.º CICLO DE CONFERÊNCIAS "AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO" 67

AMAZÔNIA, O ÍNDIO, RONDON — Francisco Braz de Araújo 68

DESAMPARO, A RECOMPENSA AO PEÃO ESCRAVO DA AMAZÔNIA — Luiz Paulo Coutinho e Rubens Barbosa 73

CONTRABANDO LEVA ÀS TONELADAS O OURO DO PARÁ — Rangel Cavalcanti 85

Composto e impresso nas oficinas da
GRÁFICA EDITORA ITAMBÉ S. A.
Rua Leandro Martins, 72 — RIO - GB.

CNDDA
Comissão Nacional de Defesa e
pelo Desenvolvimento da
Amazônia

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura